



*Aprovada na 4ª reunião
ordinária de 2016,
realizada em 07 de março
de 2016.
Publique-se.*

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**2ª REUNIÃO (ORDINÁRIA)
DIA 15 DE FEVEREIRO DE 2016, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 14H,
NO PLENÁRIO Nº 6 DA ALA SENADOR NILO COELHO**

Ata Circunstanciada da 2ª reunião (ordinária) de 2016 do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, realizada em 15 de fevereiro de 2016, segunda-feira, às 14h, no Plenário nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Conselheiro Miguel Ângelo Cançado, destinada à seguinte Ordem do Dia: ITEM 1 – Discussão de emenda ao Parecer nº 8/2014, sobre violência contra profissionais de comunicação, proposta pelo Conselheiro Celso Augusto Schröder; ITEM 2 – Discussão acerca dos efeitos da crise econômica sobre o setor da Comunicação Social, a partir de proposta da comissão de relatoria formada pelos Conselheiros Marcelo Rech, Nascimento Silva, Marcelo Cordeiro e Fernando César Mesquita; ITEM 3 – Formação de comissão de relatoria para discutir o tema da concentração dos meios de comunicação no Brasil; ITEM 4 – Formação de comissão de relatoria para discutir os processos de concessão de serviços de radiodifusão no Brasil. Estiveram presentes os Srs. Conselheiros Titulares: MIGUEL ÂNGELO CANÇADO, Presidente; RONALDO LEMOS, Vice-Presidente; WALTER VIEIRA CENEVIVA, representante das empresas de rádio; ROBERTO DIAS LIMA FRANCO, engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social; CELSO AUGUSTO SCHRÖDER, representante da categoria profissional dos jornalistas; JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO, representante da categoria profissional dos radialistas; SYDNEY SANCHES, representante da categoria profissional dos artistas; e FERNANDO CÉSAR MESQUITA, representante da sociedade civil. Estiveram presentes, também, os Conselheiros Suplentes: MARIA CÉLIA FURTADO, representante das empresas de imprensa escrita; MARIA JOSÉ BRAGA, representante da categoria profissional dos jornalistas; JORGE COUTINHO, representante da categoria profissional dos artistas; LUIZ ANTÔNIO GERACE DA ROCHA E SILVA, representante das categorias profissionais de cinema e vídeo; PATRÍCIA BLANCO, ISMAR DE OLIVEIRA SOARES e DAVI EMERICH, representantes da sociedade civil.



(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Desculpem-me o atraso.

Boa tarde às Sr^{as} e aos Srs. Conselheiros, a todos os presentes, aos que nos acompanham pela internet e pela TV Senado.

Vamos retomar os nossos trabalhos na tarde desta segunda-feira, dia 15 de fevereiro, nossa segunda reunião ordinária do ano de 2016 com a pauta previamente distribuída a todos. Tivemos uma manhã – como já foi dito por muitos de nós e por mim mesmo – altamente produtiva. Vamos voltar ao tema logo em seguida.

Havendo número legal, declaro aberta e instalada a 2ª sessão ordinária do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional.

Nós temos como expediente do dia, na Ordem do Dia, a discussão de emenda ao Parecer nº 8/2014, sob a relatoria do eminente Conselheiro Celso Schröder. O.k., Conselheiro?

Item 2 da pauta: discussão acerca dos efeitos da crise econômica sobre o setor de Comunicação, a partir de proposta da comissão de relatoria formada pelos Conselheiros Marcelo Rech – que justificou a ausência –, Nascimento Silva, Marcelo Cordeiro e Fernando César Mesquita. O Marcelo Cordeiro justificou a ausência? Não, deve estar vindo.

Item 3 da pauta: formação de comissão de relatoria para discutir o tema da concentração dos meios de comunicação.

Item 4 da nossa pauta: formação de comissão de relatoria para discutir os processos de concessão de serviços de radiodifusão no Brasil.

Nós teremos em seguida relatório de andamento das comissões temáticas, comunicações dos Conselheiros e participação da sociedade civil.

Eu falei pela manhã e sugiro que acrescentemos aqui a essa nossa pauta, logo no início, antes mesmo do primeiro item, uma discussão sobre conclusão e encaminhamentos acerca do seminário que realizamos hoje pela manhã como um item novo na pauta desta tarde. Alguém diverge dessa propositura? (*Pausa.*)

Faremos assim.

Justificaram ausência os Conselheiros Marcelo Rech, que está substituído hoje pela suplente Conselheira Maria Célia Furtado, a quem agradeço pela presença; Conselheiro Pedro Pablo Lazzarini, substituído pelo seu substituto, Conselheiro Luiz Antonio Gerace, a quem também agradeço, e Conselheiro Francisco de Araújo Lima, que será substituído pelo Conselheiro Márcio Novaes, que não chegou ainda.

Nós temos três atas para aprovação. Na última sessão ficou uma dúvida com relação à Ata da nossa 5ª Reunião de 2015. Se não me engano, houve proposta do Conselheiro Nascimento – não tenho certeza, mas me parece que de S. Ex^a – para que postergássemos essa aprovação do Conselheiro Ceneviva para esta assentada.

Então, estamos com três atas a serem aprovadas: 5ª, 6ª e 7ª reuniões de 2015.

Consulto se há alguma objeção, emenda ou se podemos considerá-las lidas, dispensando suas leituras. Se fôssemos fazê-las, talvez gastássemos toda a tarde. Podemos considerar? (*Pausa.*)

Assim está feito.

Considero lidas e aprovadas as três atas, 5ª, 6ª e 7ª reuniões de 2015.

Está sobre a mesa, distribuído a todos os senhores: 59ª Reunião Ordinária do Conselho Curador da EBC. Alguma consideração a respeito?



Peço à assessoria que registre o anúncio e que efetivamente seja consignada a informação de que o Conselho está ciente.

Conforme decidido em reunião, enviei o Ofício nº 162 ao Ministro das Comunicações solicitando a S. Exª o adiamento do prazo para manifestação sobre a consulta pública proposta pelo Ministério das Comunicações para revisão do modelo de prestação de serviços de telecomunicações no Brasil.

Muito embora esse prazo tenha vencido, se não me trai a memória também nesse ponto, em torno de 20 de dezembro – parece que está aquiescendo ali o Conselheiro Ceneviva quanto à data... *(Pausa.)*

...não recebemos resposta formal do eminente Ministro das Comunicações. Efetivamente, esse prazo foi adiado. Na verdade, foi suspenso, pela informação que tenho.

Consulto o Colegiado, em especial o Conselheiro Ceneviva, que foi quem propôs essa provocação ao Ministério, se há alguma providência a mais, se há algum encaminhamento que devemos tomar acerca desse assunto, porque é relevantíssima a discussão do modelo de prestação de serviço de telecomunicações do Brasil, relevante até pela sua amplitude. Um assunto dessa dimensão não pode ser encaminhado, embora o prazo tivesse sido apenas para uma consulta pública, sem algum tipo de intervenção, de participação, de consulta a esse órgão colegiado.

Consulto se alguém tem algum encaminhamento a sugerir quanto a esse ponto.

Conselheiro Ceneviva com a palavra.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Obrigado, Sr. Presidente.

Sim, tenho. Primeiro, do ponto de vista dos fatos, o Ministro acolheu o pedido de prorrogação, todavia prorrogou apenas até a segunda quinzena de janeiro, salvo engano, dia 20 – não me lembro com precisão...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Não foi, então, suspensão? Foi prorrogação? *(Pausa.)*

Eu me equivoquei aqui, então.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Segundo notícias da imprensa especializada, o Ministério está trabalhando nesse tema que considero de enorme importância para o Conselho de Comunicação Social. Tenho dúvidas sobre a legalidade da consulta pública ser feita sem envolvimento do Conselho de Comunicação Social, porque uma parte dos serviços de telecomunicações exige a manifestação do Conselho antes de qualquer proposta de mudança legislativa.

Choca-me muito, e queria que ficasse registrada a minha perplexidade, o fato de haver pressa, levando-se em conta que se trata de uma mudança cuja parte substancial entrará em vigor em 2025, portanto de hoje a nove anos; que S. Exª o Ministro uma autoridade recém-chegada a um setor cujos detalhes e características S. Exª teve três ou quatro meses para aprender e sendo o tema de tão enorme importância. Isso gera em mim uma sensação muito negativa porque não faz sentido tanta pressa para resolver um problema para daqui a nove anos.

Proporia, como encaminhamento, que o Conselho se manifeste sobre a consulta pública e demande do Ministro e das autoridades que o Ministro indicar para apreciar o tema que considere as manifestações do Conselho independentemente da eventual circunstância de que não tenhamos atendido à consulta pública dentro do prazo que o próprio Ministro estabeleceu.

O tema é muito importante. Diz respeito, à distribuição de audiovisual, ao acesso à banda larga e a todas as plataformas de comunicação que viabilizam o



intercâmbio do substrato que é o nosso objeto de preocupação, que é a comunicação entre as pessoas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Tenho uma proposta objetiva a fazer acerca do tema: solicitar a V. Exª uma audiência para o Conselho a esse respeito, dando conhecimento dessa data a todos. O que acham disso? Posso pedir à assessoria que tente fazer com a assessoria do Ministro, ainda nesta tarde, uma consulta quanto à agenda. Claro, para mim, é mais fácil. Estou, aqui, em Brasília, toda semana. Moro aqui ao lado. Mas quem puder vir, com a ressalva de que só temos autorização de passagem para os dias de sessão... O que pensam disso? Posso pedir essa audiência? Posso pedir agora mesmo que a assessoria tente com o Ministro. Pediríamos, então, a S. Exª que abra um prazo específico para o nosso Colegiado, para o Conselho se manifestar sobre essa revisão do modelo. O que pensam disso?

Ceneviva, que já estava com a palavra.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Concordo com a sugestão. Procuraria me juntar a essa eventual audiência e faço já uma ponderação a todos os meus Pares. A consulta pública não é tal que demande respostas "sim" ou "não".

Não é uma consulta digital, ela é analógica. Pode haver "sim", "não", "mais ou menos", quem sabe até ideias que nem sequer estejam contempladas nela, o que, de certa maneira, torna mais viável nossa contribuição, porque podemos apresentar contribuições que digam sobre – por exemplo, não sei se é o objeto da preocupação de todos, mas sei que há – uma proposta de que a banda larga seja considerada um serviço em regime público. Sobre ser a banda larga um serviço prestado em regime público, o Conselho de Comunicação tem Conselheiros que se manifestam a favor, tem Conselheiros que se manifestam contra e terceiros que ainda têm uma ideia diferente. A consulta pública comporta esse tipo de pronunciamento que não seja unânime.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Claro.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – De tal maneira que conseguiríamos, acredito, de hoje até a próxima sessão, produzir um relatório que seria conclusivo, inclusive quanto às nossas eventuais divergências.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Está bom. Há alguns inscritos: Nascimento e Schröder. Farei uma pergunta objetiva primeiro. Objeção quanto a esse pedido de audiência de S. Exª? Não? *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Um encaminhamento? Está bom, V. Exª tem a palavra.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Obrigado, Presidente.

Eu acho que a audiência seria uma solução interessante. Talvez o Ministro se dispusesse a vir para uma reunião extraordinária. Esse é um tema decisivo e facilitaria a presença, inclusive, de todos os Conselheiros. Nós não fizemos isso ainda, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Nenhuma sessão extraordinária que não nas manhãs do dia de sessão.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Talvez pudéssemos pensar isso.

Obviamente, não sou contra a audiência, mas, se fosse possível, parece-me que seria inclusive...



O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – V. Ex^a me permite uma ponderação?

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – A objeção que farei não é excludente da sua ideia, que me parece magnífica. Eu tenho certeza de que se marcarmos com, todo respeito, a ausência de S. Ex^a, quando chegar na véspera vai designar um substituto para aqui estar. Isso é certo que acontecerá, estou prevendo...

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Convenceu-me muito rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Indo nós a S. Ex^a, se Maomé não vem, que vá a montanha...

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Concordo. Acho taticamente fazer logo a audiência... Concordo. Convenceu-me.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Aí, quem sabe, nós o convidamos para uma audiência pública, nesse momento, dizendo da importância de que ele esteja como líder político do tema no momento.

Nascimento. Em seguida, Ceneviva. Não é isso?

O SR. NASCIMENTO SILVA – Olha só, fantástico. Chamar o Ministro aqui mais uma vez, vamos ficar todos com cara de tacho. Eu acho que nessa provocação de ir lá – e aí eu faço um apelo aos demais – seria interessante que chegassem lá todos os componentes.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Inclusive, preciso de suporte, porque o tema, de certa forma... Preciso do apoio de todos.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Solicitaria que todos os Conselheiros fossem bancados pelas respectivas entidades que os indicaram – vou solicitar isso da Fitert, a nossa Federação – estejam presentes. Eu acho que ele vai ter que comprar cadeira, inclusive, para colocar todo mundo lá.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Tomara!

O SR. NASCIMENTO SILVA – Se ele não vem aqui, vamos todos lá, porque não adianta irem dois, três. Está certo que tem um peso irem dois, três e o próprio Presidente, mas acho que se aportarmos todos vai ser muito legal, vou dar muita risada.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Pois não, a assessoria já está autorizada a fazer a consulta. Assim será feito.

Alguma outra sugestão sobre ou fazemos esse encaminhamento. Ah, sim, desculpe-me, Conselheiro Ceneviva.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Não é uma sugestão, é apenas um comentário estritamente prático. É o seguinte: a circunstância de que o Ministro eventualmente não se envolva e designe alguém pode ser boa, pode não ser ruim neste caso porque, de fato, o Ministro colheu as contribuições e tem uma equipe comandada por um servidor – cujo nome não conheço agora para falar de cabeça –, que é quem está se envolvendo com esse material.

Então, na circunstância, que não fosse o Ministro que eventualmente viesse aqui e, sem prejuízo da audiência, talvez não fosse tão ruim.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Perfeito.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Pois bem. Comunico que por proposta...



Sim, Conselheiro Nascimento, ainda sobre o tema?

O SR. NASCIMENTO SILVA – Sobre a fala do companheiro Ceneviva. Agora eu o estou chamando de companheiro, ele está numa felicidade só. Brincadeira. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Todos estamos. (*Risos.*)

Sem exageros.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Brincadeira. Sem exagero, mandando beijo.

Eu acho que nada impede de irmos lá e ele convocar o tal indicado. Acho que trazendo aqui, Conselheiro Ceneviva...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Deixemos com S. Ex^a o Ministro a condução...

O SR. NASCIMENTO SILVA – ...não teremos o êxito.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Comunico que, por proposta do eminente Conselheiro Davi Emerich, na nossa última reunião, encaminhei um convite à Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e o Direito à Comunicação com participação popular, a Frentecom, na pessoa da eminente Deputada Federal Luiza Erundina, para que esteja conosco em uma das nossas reuniões.

Até esta sentada, não merecemos ainda uma manifestação positiva ou negativa por parte da Deputada.

V. Ex^a está contemplado quanto à proposta que fez.

Conforme proposto pelo eminente Conselheiro Vice-Presidente Ronaldo Lemos, foi encaminhado o Parecer nº 1, de 2015, do CCS, sobre o direito ao esquecimento à Associação Nacional de Jornais e à Associação Brasileira de Imprensa, e a todos os Parlamentares – não é isso? (*Pausa.*)

Acho que a todos, não? (*Pausa.*)

A proposta até do convite que há pouco anunciei à Deputada Luiza Erundina, reitero que, para o evento da manhã de hoje, para as sessões, encaminhamos, por meio eletrônico, porque mais prático, para todos os gabinetes dos 81 Senadores e 513 Deputados convite para estarem conosco, como já anunciei.

Na última reunião, ficou definido que eu definiria nomes para o seminário sobre restrições em publicidade e propaganda a ser realizado no dia 7 de março, próximo. Dessa forma, apresento os seguintes nomes como já convidados – não é isso? (*Pausa.*)

Perdão. Corrigindo minha informação, temos ainda pendentes, e podemos fazê-lo nesse momento, a definição de quem deverá ser convidado, até porque temos apenas três semanas para a próxima reunião: Conar, Associação Brasileira de Agências de Publicidade (Abap), Associação Brasileira de Anunciantes (ABA), Associação dos Profissionais de Propaganda (APP), Associações de Veículos de Comunicação, produtores de conteúdo e produtoras profissionais do setor.

- Nomes sugeridos pelo eminente Conselheiro Nascimento Silva: Isabela Henriques, do Projeto Criança e Consumo; Pedro Afonso Hartung, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente (Conanda); Mariana Sá, do Movimento Infância Livre de Consumismo, Catarine Cara Georges, do Instituto Alana; Ana Paula Bortoleto, do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) e Fábio da Silva Gomes, Coordenação Geral de Prevenção e Vigilância do Instituto Nacional do Câncer.

- Instituições sugeridas pelo Conselheiro Murillo Aragão: OAB, Ministério Público.

- Sugestões do Conselheiro Walter Ceneviva: chamar apenas um ou dois profissionais de publicidade que falem sobre eficiência de propaganda.

- Sugestões do Conselheiro Celso Schröder: chamar quatro participantes, incluindo representantes da propaganda, dos reguladores e dos consumidores.



Temos, então, aqui, a tarefa de definir quem desses pode ser convidado.

Alguma consideração?

Passo a palavra à eminente Conselheira Patrícia Blanco.

A SRª PATRÍCIA BLANCO – Boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Só um minutinho, Conselheira. O eminente Vice-Presidente precisará se ausentar por um instante. Volta logo. Já combinamos que, ao final da sessão – pode ser que eu tenha que sair um pouco mais cedo porque tenho uma audiência no STJ às 17h e sairei daqui às 16h40 –, invertamos, ou seja, sai ele agora e, depois, eu, um pouco mais tarde.

Conselheira, desculpe a interrupção.

A SRª PATRÍCIA BLANCO – Só recapitulando, Conselheiro Nascimento, na última reunião, colocamos todos esses nomes que foram citados. Eu tinha entendido que escolheríamos três ou quatro nomes para que ficasse uma audiência pública, um seminário um pouco mais focado, para podermos aproveitar desses palestrantes de forma um pouco mais aprofundada.

Esses nomes foram colocados como sugestão de todos nós e nem todos precisam ser chamados. Até acho que se chamarmos todos esses vamos ter aqui cinco dias de debate. Eu acredito que quatro nomes sejam mais do que necessários para que possamos ouvir.

Na última reunião também, recapitulando, o que tínhamos conversado era sobre chamar entidades ou representantes que pudessem falar sobre todos os pontos: a sociedade civil; o Conar, que é o órgão de autorregulamentação da publicidade; as empresas dos anunciantes; a ABA (Associação Brasileira de Anunciantes); a Associação dos Veículos de Comunicação ou dos produtores de conteúdo e também dos profissionais de propaganda. Porque a restrição à publicidade atinge todos esses elos da cadeia, não só o consumidor, mas também o produtor, aquele que veicula a informação e também que produz essa informação. Acho que deveríamos afunilar esses participantes em quatro representantes e daí, se for necessário, convocamos um outro seminário para aprofundar mais o assunto.

A minha proposta inicial, que trouxe e levei ao Conselheiro Nascimento também, era de que nós fizéssemos um seminário um pouco mais genérico, no sentido do contexto da publicidade ou dessa restrição à publicidade, sem entrar especificamente em restrições de setores ou de segmentos. Aí, até o Conselheiro Ceneviva colocou sobre a importância de ouvirmos o profissional da propaganda para entendermos um pouco mais como ele pensa ao criar suas campanhas. Não sei se era essa a proposta, Ceneviva.

Então – de novo, estou sendo um pouco confusa – estou resgatando, trazendo todas essas informações para que possamos conversar e chegar nesses quatro nomes representados pelos profissionais de publicidade e também pelos consumidores ou pela sociedade civil.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Nós tínhamos definido – se não me trai a memória – na nossa última sessão mesmo – já lhe passo a palavra, Conselheiro Nascimento – que, até por uma questão física, topográfica, nós não chamássemos mais que quatro. Vimos hoje que foi excepcional, acredito, o desenvolvimento dos trabalhos e, ainda assim, um pouco corrido. Já chegamos ao final com dificuldades para ajustar perguntas, enfim, manifestações dos Conselheiros. Podemos fixar como parâmetro quatro, isso é certo, não é isso? *(Pausa.)*

Conselheiro Nascimento.



O SR. NASCIMENTO SILVA – Olha só. Eu quero dialogar com o Conselheiro Ceneviva e a Conselheira Patrícia.

Quando se traz um profissional da área para saber o que ele pensa da propaganda, de uma certa forma nós estamos falando que esse profissional vai defender os interesses empresariais. Portanto, não se precisa trazer o representante das empresas, vamos colocar nesse sentido. Ou, se trouxermos os dois – o representante da empresa e o que produz esse trabalho – eu acho que está de bom tamanho. Por outro lado, só falta definir quem cobra tanto do empresário quanto desse profissional que trabalha para o empresário uma postura mais ética. Essa é a preocupação que tenho certeza de que toda sociedade tem com relação à vinculação de comerciais. É nesse sentido. Por isso que, não desmerecendo as indicações que a nobre Conselheira fez, tomei a liberdade de indicar esse outro leque, sem amarrar com ninguém, Presidente. Então, está aberto para que encaminhe mais dois nomes.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Perfeito.

Mais alguém? Senão, vou fazer uma coisa...

Sim, Conselheira Maria Célia.

A SRª MARIA CÉLIA FURTADO – Mas, em um assunto tão importante para os veículos.... porque, como todos sabemos, aqui, o que assegura a imprensa livre é a publicidade. Acho que é fundamental termos um representante de uma entidade de veículo. Pode ser a Abert, a Aner, a ANJ, mas é fundamental que alguém de alguma dessas associações esteja presente em um debate dessa envergadura.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Mais alguém? (*Pausa.*)

Conselheiro Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Obrigado, Presidente.

Acho que acertamos o número. É isso mesmo. Estamos começando a definir quem melhor. Sempre vamos ter, obviamente, muitos a convidar. Sem querer ser redundante e sem fazer nenhuma defesa de proposta, vou insistir na proposta que eu tinha desenhado na última reunião e que me parece que dá conta dos setores que temos que ouvir. Insisto: acho que temos que ouvir sobre a propaganda brasileira o Estado. Temos que decidir se será o Ministério ou quem irá falar. Será o Estado brasileiro falando sobre a propaganda, e está prevista na Constituição brasileira as suas limitações, inclusive, segundo alguns setores, exige regulação na medida em que atinge crianças, etc. A propaganda brasileira tem, para além do seu caráter de financiamento da mídia brasileira, ela própria uma dimensão de mídia. Ela própria tem uma dimensão de conteúdo. É preciso que alguém fale por ela. Insisto nisto: temos que decidir. Acho que tem que ser alguém do Estado brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – V. Exª pode sugerir?

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – O Ministério da Justiça me parece que talvez fosse o local, ajudado, pelo que os senhores viram, brilhantemente, pela minha Vice-Presidente Maria José.

Acho que têm que estar presentes obviamente os produtores da propaganda. Concordo com o Nascimento. Acho que os produtores da propaganda, neste caso, a não ser que tenham diferença de opinião, de posição... Não conheço, por exemplo, uma posição crítica à propaganda brasileira a partir dos profissionais da propaganda brasileira. Não identifico, pelo menos. Se houver, está bem. A propaganda tem que ser defendida. Então, tem que vir alguém da ARP... A ARP é no Rio Grande do Sul, do meu amigo e aluno Fabio Bernardi. Nacional, eu não sei quem é, mas tem que vir aqui.



A propaganda tem um órgão autorregulador. Ela é um órgão – é uma posição que tenho –, no meu ponto de vista, obviamente, legitimador da propaganda, ou seja, não vejo como regulação, na medida em que é autorregulação composta pelas empresas de propaganda, portanto muito submetida a sua perspectiva. Do meu ponto de vista, insisto, incide muito pouco. É o mesmo que, por exemplo, a Fenaj fazer a regulação dos jornalistas brasileiros. Para os jornalistas, isso é vetado de maneira absurda. O Conselho de Jornalismo para nós é vetado. Seria a mesma coisa. Obviamente, teríamos dificuldades do ponto de vista da regulação pública de os jornalistas fazerem sobre o jornalismo, enfim. Então, acho que tem que ser um órgão regulador, vamos debater com ele, que de alguma maneira já reproduza a posição das empresas.

Acho que tem que vir alguém do consumidor. E podemos pensar: consumidor *latu sensu*...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – V. Ex^a já falou em cinco.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Não. Quatro.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Vou fazer sugestão de formação aqui...

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – O.k. Só para registrar a minha posição.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – ...só para prosseguirmos no debate. Posso fazer uma sugestão de formação dessa Mesa?

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Me parece razoável e pertinente a sugestão de que tenha uma representação do Estado, o Ministério da Justiça, o Conar, a Associação Brasileira dos Profissionais de Publicidade, que é o lado da criação e dos profissionais, e a Associação de Veículos de Comunicação, representando as empresas. O que acham?

Eu acho que fica pulverizado.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – A sociedade somos nós.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Presidente, há um problema. Embora eu concorde que, obviamente, os veículos de comunicação dependam da publicidade, nesse caso, é indireto, é completamente indireto. Eu acho que os veículos de comunicação, marginalmente, decidem sobre isso. Eu acho que o que nós temos que ouvir é a produção de propaganda mesmo, ou seja, associação nacional de propaganda. E acho que, por respeito ao órgão que existe, o órgão regulador deles...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eu não tenho essa associação nacional aqui. Desculpe.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – É a Abap? Ela não substitui aqui a associação dos profissionais?

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Pois é. Pode ser. Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eu quero procurar o equilíbrio máximo aqui. Eu não tenho preferência alguma.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Eu também. Eu acho...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eu quero deixar bem claro isto: eu não tenho nenhuma preferência. Eu estou tentando apenas, porque eu tenho aqui...

O SR. NASCIMENTO SILVA – A única preferência que eu tenho é representante da sociedade civil, que sofre com as...



O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Por exemplo? V. Ex^a pode sugerir?

O SR. NASCIMENTO SILVA – Das cinco que eu coloquei, pode colocar qualquer um.

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – Presidente, eu acho que o Idec poderia representar bem, visto que ele é defesa do consumidor e tem se envolvido nos debates aqui, no Congresso. Inclusive aqui, em audiências públicas, o Idec tem se feito representar.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Vamos por partes.

Ministério da Justiça. Há consenso? Ou alguém diverge?

A SR^a PATRÍCIA BLANCO – Presidente, não há divergência em relação a chamá-los, mas nós já chamamos a Secretária de Defesa do Consumidor, que é a Dr^a Juliana, e ela não participou de proteção de dados. Então, eu não vejo, nesse caso específico da publicidade, que seja um assunto que o Ministério da Justiça e a Secretaria de Defesa do Consumidor tenham acompanhado tão a fundo, tão próximos. Então, eu não sei se ela viria nesse caso. Eu fico um pouco em dúvida.

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a PATRÍCIA BLANCO – Não, não.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Eu acho que é da Justiça mesmo. Eu acho que não vir já é um sintoma preocupante de um País que precisa...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Vamos pelo critério de colegiado.

Quanto ao Ministério da Justiça, eu perguntei se há consenso. Não há consenso, mas há uma divergência apenas. Podemos considerá-la, então, como integrante da Mesa? Colhendo votos, porque, senão, nós vamos ficar a tarde inteira discutindo quem...

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – Sr. Presidente, eu acho que a Conselheira Patrícia não apresentou uma divergência, ela apresentou uma ponderação, mas que eu acredito que...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Só uma ponderação. Perfeito. Então, vamos chamar o Ministério da Justiça.

O Conar. Parece que, quanto a esse, há consenso, unanimidade.

Aí vem a Abap. Também?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eu havia sugerido a associação dos profissionais e a associação dos veículos. E agora vem o Idec. Entre três, temos de escolher um.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – O Idec, Sr. Presidente, se me permite. Eu acho que o Idec dá conta dessa representação. Eu não sei se eles fazem a discussão. Deveriam fazer. Então, eu acho interessante ouvir quem tem por obrigação fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – De modo que nós ficamos com um seminário designado com convites para Ministério da Justiça... Especificamente a quem? Podem me indicar? Conselheira Patrícia.

A SR^a PATRÍCIA BLANCO – A Dr^a Juliana, a Secretária de Defesa do Consumidor.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – A assessoria está anotando.

A Associação Brasileira de Agências de Publicidade (Abap), o Conar e o Idec. Está bem assim?



(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – O tema exato do seminário é: restrições em publicidade e propaganda.

Agora, eu vou encaminhar, se concordam, convites para aqui estarem presentes todas essas entidades e pessoas sugeridas. O.k.? O Nascimento sugeriu mais nomes. E eu vou encaminhar convites a todos.

Eu peço que, se a assessoria tiver dificuldades quanto a identificar localização, a assessoria mantenha contato com os respectivos proponentes.

Ficamos com isso resolvido.

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – Presidente, nossas agendas têm se tornado públicas. Eu acho que as entidades interessadas poderão vir, mas, em se enviando convites para essas entidades, eu acho que também nós deveríamos enviar convites para associações de veículos e outras partes relacionadas. Em se enviando convites, que se faça uma lista mais extensa de entidades.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Os Conselheiros e até os convidados podem fazer indicações à assessoria, pois já fica designada a autorização para produzir os ofícios convidando todas as pessoas vinculadas a esse assunto, evidentemente, pois ninguém vai chamar um técnico de futebol aqui, eu suponho, para discutir esse assunto. Até se houver um técnico de futebol que...

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Um técnico que se interesse, não é, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – ...que se interesse, ele será...

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Sr. Presidente, rapidamente, talvez fosse muito interessante também a gente mapear e convidar – obviamente, eles estão convidados intrinsecamente, mas não têm comparecido – os Parlamentares que têm algum tipo de projeto de lei nessa...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Serão chamados todos.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – O.k.! Acho que isso fica interessante.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Mas, de qualquer maneira, tomando a sua sugestão, já que o interrompi grosseiramente, peço que a Assessoria faça um levantamento de temas relacionados ao seminário do Dr. Walmar e dos demais e nos informe antes no *chat*, no canal de *e-mails* dos Conselheiros, para que aqui estejamos sabendo do que tratamos e para que se convidem todos os Parlamentares federais.

Então, para essa reunião já ficam todos convocados, titulares e suplentes, às 9h da manhã do dia 7 de março.

Há uma questão para ser resolvida quanto à agenda do mês de abril. Tenho um compromisso fora e, por isso, não poderei estar aqui. Fui dizer hoje ao Vice-Presidente Ronaldo que ele já se organizasse para aqui estar, para conduzir os trabalhos no dia 4 de abril, mas ele também vai estar fora.

Consulto o Colegiado se mantemos essa data – a reunião seria conduzida, parece-me, pelo Cordeiro, que seria o Presidente da reunião – ou se marcamos para a segunda-feira seguinte, quando o Ronaldo poderá presidir. O que entende o Colegiado? Temos essas duas opções. *(Pausa.)*

Não temos ainda a pauta definida para essa reunião. Temos, então, a opção de postergá-la para o dia 11 de abril, na segunda-feira seguinte, ou de manter o calendário. Neste caso, o Marcelo Cordeiro conduziria a reunião – eu não o consultei ainda, porque, hoje, ele não veio aqui –, ou um dos outros.



Tem a palavra o Conselheiro Nascimento.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Vamos lá! Eu me inscrevi antes de o Presidente falar que iria indicar outro membro do Conselho para dirigir o trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Não, não, é o Regimento que indica, não sou eu.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Sim, mas, se não tivesse dito isso, eu não teria esta dificuldade toda que estou tendo agora para dizer que, na semana seguinte, tenho reunião já marcada para a Fitert e para o Sindicato com relação à questão da negociação que estamos tendo em Minas. Mas, se for do entendimento de todos, eu posso tentar mudar essa reunião, enfim.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Podemos marcá-la para o dia 11? Além dessa observação do Conselheiro Nascimento, mais alguém diverge? Podemos transferir a reunião para o dia 11? *(Pausa.)*

Na Casa, já consultei a Assessoria, e, sendo na segunda-feira, não há problema.

Em vez, então, de o Colegiado se reunir no dia 4 de abril, ele se reunirá no dia 11.

Conselheiro Nascimento, eventualmente, eu não estarei aqui no dia 11 também.

Então, fica decidida a transferência da reunião no mês de abril do dia 4 para o dia 11.

Há mais alguma manifestação sobre os assuntos que, há pouco, debatemos? As comunicações da Presidência eram esses pontos. *(Pausa.)*

Vamos, então, ao nosso primeiro item da pauta do dia.

Ah, sim, vamos voltar a... Perdão! Acolhendo a sugestão que foi minha mesmo...

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – É a do Ceneviva, não é? É o Relator da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Sim. Vamos fazer um encaminhamento de conclusões e do que vem a seguir quanto ao seminário. Já sugeri, na manhã de hoje, que fosse Relator dessa conclusão o autor da proposta, o eminente Conselheiro Walter Ceneviva, no que fui apoiado por todos.

Coloco o assunto em discussão quanto ao relatório e ao encaminhamento, passando, primeiro, a palavra para o nosso Relator, o eminente Conselheiro Walter Ceneviva.

Depois, colho as manifestações de todos.

Tem a palavra o Conselheiro Ceneviva.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Obrigado, Sr. Presidente.

Fiquei bastante satisfeito – espero contar com a concordância dos demais – com a qualidade da apresentação que recebemos. Tivemos a oportunidade de aprender, tivemos a oportunidade de perguntar, tivemos a oportunidade de nos manifestar, inclusive divergindo, por exemplo, em relação ao tema da digitalização da televisão.

Mas isso foi muito importante para que o Conselho e aqueles que tiveram oportunidade de assistir pudessem saber o estágio da migração das rádios AM, o destino do conteúdo em AM, a utilidade do rádio numa visão sensacional da academia em relação à importância do meio rádio, de tal maneira que o que concretamente proponho é algo que, em parte, já foi deliberado na nossa reunião matutina, que é que todos tenhamos acesso ao material apresentado pelos palestrantes.

Mas eu proporia também, e proporia a mim mesmo junto com aqueles que se interessem pelo meio rádio, que produzíssemos não propriamente um relatório, já que as apresentações são em si um relato, mas uma avaliação propositiva, a contar daquilo que nós ouvimos hoje: o que deve ser objeto da nossa atenção, os problemas que se colocam



diante de nós. E eu me fixo nos problemas porque, para as coisas que vão bem, ou seja, para todas as providências que já estão bem implementadas, não há tanta preocupação, mas, para outras que possam ser objeto de atenção, nós, ou eu mesmo, ou uma comissão de diretoria, como seja deliberado, faríamos propostas de acompanhamento do assunto pelo Conselho de Comunicação Social até o fim da nossa legislatura, em relação ao tema da migração do AM para o FM.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Não sei se compreendi bem, mas V. Ex^a fará, de qualquer maneira, um relatório e nos trará na próxima reunião?

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Eu entendo que um relatório propriamente dito não seria propriamente o caso, seria um sumário do que foi dito, mas com propostas do que deva ser acompanhado.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Do encaminhamento, sim. É isso que digo como conclusão.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Isso que eu não chamaria de relatório, Presidente, porque relatar é descrever o que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Sim.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – O que é desnecessário, segundo eu entendo, já que todos estivemos aqui. Mais importante do que simplesmente descrever...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – É encaminhar.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – ...é propor, o que acompanhar até o fim da nossa legislatura.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Isso fica já designado como tema para nossa próxima reunião, na tarde do dia 7 de março próximo.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselheiro Schröder e, em seguida, eu lhe passo.

Conselheiro Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Presidente, eu acho que são duas coisas um pouco diferentes. O relatório da reunião de hoje efetivamente me parece que, se for feito, e essa é a proposta do Presidente, teria que ser feito pelo Conselheiro Ceneviva, porque foi ele que convocou. No entanto, o Conselheiro Ceneviva está encaminhando para um outro tipo de solução, que é um relatório sobre a opinião deste Conselho sobre a transição da AM para a FM. E essa opinião nós não temos consolidada ainda no Conselho. Então, se for isso mesmo, ou seja, se for a opinião deste Conselho, aí eu acho que nós temos que montar uma comissão, em que o Ceneviva certamente seria o Relator, mas teria que ser uma comissão tripartite, produzir uma opinião, passar por este Pleno à tarde e aprovar com opinião. Nós fizemos, escutamos, foi muito bom, etc., manifestamos aqui sobre o evento, mas não formulamos uma opinião ainda sobre isso. E essa proposta do Conselheiro Ceneviva, insisto, parece que nos remete a um outro tipo de encaminhamento, ou seja, de formulação. Eu acho, então, que, se é para o fim do ano, fazemos uma comissão, em que o Ceneviva, obviamente, pode ser o nosso coordenador da comissão, e, aí, sim, produzimos na comissão um debate e depois trazemos esse debate para cá.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Mas essas suas ponderações – não vou dizer exatamente objeções – não estão contrariando a ideia de que ele traga encaminhamentos que podem até se convergir com o entendimento que daqui se tire; que ele traga encaminhamentos para debatermos entre nós, isso é fundamental. Esse é um



debate que me parece será importantíssimo e rico, com tudo o que ouvimos hoje. Não sei o quanto ficará nas nossas memórias, mas será fundamental que o façamos. E depois nada impede que o Colegiado tire uma opinião fechada a partir dos encaminhamentos. Pode ser assim? Se não nós vamos ficar esperando muito tempo. Eu quero encaminhar soluções.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Tudo bem. Eu não tenho problema. Criamos uma novidade.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – É novidade.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – E eu não tenho problema nenhum com isso, mas eu vou trazer à baila que alguns assuntos não precisarão se constituir das comissões.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eu acho que nós temos que quebrar paradigmas

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Eu não tenho problema nenhum. Eu não tenho problema nenhum, mas só quero salientar que, eventualmente, nós teremos e poderemos reivindicar que alguns assuntos sejam efetivamente produzidos no relatório a partir do relator exclusivo.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Você me dá um aparte, Schröder? Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Nascimento e Fernando César...

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Por isso que eu queria pedir um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Um aparte.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Eu tenho dúvidas se estou entendendo a ponderação do Schröder, e queria insistir, justamente para que a gente possa discutir o mesmo assunto, no seguinte: a migração, quer a gente goste, quer a gente não goste, está acontecendo. Ela é implementada. Nos Estados do Nordeste, é um fato consumado, e ela vem vindo. A minha proposta é que nós acompanhemos tudo que diz respeito a ela, inclusive, evidentemente, o fato da própria migração. Nós podemos discordar dela, mas que a gente não faça um relatório sobre a migração; que a gente acompanhe a migração. Essa é a minha preocupação. Não se trata de ser comissão ou não comissão. O problema não é qual é o corpo de dentro do Conselho que vai se pronunciar, mas é o tempo. Nós vamos fazer um retrato e dar uma opinião sobre um retrato, ou vamos acompanhar o filme? A minha proposta, Presidente, é que a gente acompanhe o filme. Agradeço ao Conselheiro Schröder.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselheiro Fernando César Mesquita.

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA – Presidente, eu sou aqui o idiota da objetividade. Eu acho que às vezes a gente discute, por muito tempo, coisas que realmente não são tão importantes, e aí nós vamos perdendo tempo. Nós ouvimos aqui hoje um debate muito interessante. A migração – ou o nome que tenha – é um fato. Vai acontecer. Tem prazos, que serão respeitados ou não. Há technicalidades. Mas eu acho o seguinte: na minha sugestão, nós temos aqui um Conselheiro e uma Conselheira que são da área de Comunicação, e pessoas com notórios conhecimentos de tecnologia na área da Comunicação. Eu sugeriria, para a gente não perder tempo e não criar mais uma comissão, que o Roberto ou a Liliana acompanhassem, em nome do Conselho, todo o andamento dessa história da migração, e fossem levando e trazendo para nós as informações necessárias para que nós tomemos conhecimento.



O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Como um trabalho quase permanente? Eu também gosto dessa obviedade, da praticidade. É o que eu tenho procurado sempre aqui.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Seria um trabalho permanente, até porque eu não entendo nada do assunto. O Roberto entende. A Liliana entende. Os outros entendem sob outro ponto de vista. Mas o ponto de vista que está se discutindo no momento lá é um ponto de vista técnico, pelo que eu entendi aqui. Pode ser que eu esteja enganado, mas das exposições que eu ouvi, é uma questão técnica, mais técnica do que qualquer outra coisa.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselheiro Nascimento.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Eu quero colocar meu nome para acompanhar o valoroso trabalho do Roberto e da Liliana, porque não é só isso que o Conselheiro está colocando. Não é só a questão técnica. Há mais coisas.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselheiro Roberto Franco.

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – Eu agradeço a citação do Fernando, mas queria chamar até a atenção. O Vice-Presidente Ronaldo Lemos coordena a Comissão Permanente de Tecnologia. Esse assunto poderia ser posto na pauta permanente da Comissão, para que tenha acompanhamento, e seriam trazidos a este Conselho, sempre que oportuno, relatórios, ou seriam trazidos à pauta, para discussão, os impactos. Tanto eu quanto a Liliana e os demais Conselheiros podem contribuir em manter esse assunto vivo.

Eu acho que a preocupação expressa pelo Ceneviva é: as apresentações de hoje mostraram a relevância de uma tomada de decisão imposta por um progresso tecnológico, imposta por dados de mercado, uma solução que muitos apontam como a sobrevivência de emissoras que estão ali nas ondas médias. Eu acho que esse impacto e essas decisões cabem ao Conselho, sim, acompanhar, para ver se realmente foram acertadas, se lidaram com todas as demandas existentes e problemas, e se de fato solucionaram todos esses problemas ou se ainda restam outras questões a serem resolvidas do ponto de vista econômico, do ponto de vista do papel social e cultural que cumprem essas emissoras, e até de geração de empregos, que eu acho que é uma preocupação muito forte do Nascimento. Então, eu pegaria a sugestão do Fernando Mesquita e apenas transformaria: que a Comissão Permanente de Tecnologia tivesse isso como uma pauta constante em suas reuniões.

O SR. DAVI EMERICH – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Davi.

O SR. DAVI EMERICH – Só concordando com o encaminhamento do companheiro, passaria pela Comissão Permanente e a Comissão pegaria todas as intervenções feitas pelos Conselheiros, que não são intervenções oficiais do Conselho, mas que levassem em consideração as preocupações levantadas pelos nossos Conselheiros no seminário.

Então, não é uma posição do Conselho, mas é uma preocupação manifestada por membros do Conselho: ter isso como referência para fazer o acompanhamento dessa transição.

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – Se o senhor me permite, eu queria fazer uma releitura da proposta do Ceneviva. O que eu entendo que o Ceneviva está propondo aqui é o seguinte: buscar, em cima de um entendimento do que foram as apresentações, possíveis indicadores de pontos para se trabalhar e se acompanhar e fazer uma proposição de encaminhamento em que se pudessem ter esses pontos vivos. Como disse o Conselheiro, que algumas questões de concordância ou discordância fossem mapeadas



para que pudessem ser verificadas como pontos de aperfeiçoamento ou de monitoramento, para que essas preocupações pudessem ser dirimidas ao longo do tempo. O Ceneviva me permitindo essa releitura, acredito que, na próxima reunião, o Ceneviva poderia trazer esse mapeamento – todos nós podemos contribuir com ele, inclusive, acho que as observações colocadas pelo Schröder devem ser recolocadas – e, a partir daí, a Comissão de Tecnologia podia se debruçar sobre esse tema.

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA – Presidente, eu acharia importante, então, que o Conselho comunicasse ao Ministério das Comunicações e à Anatel que a nossa Comissão de Ciência e Tecnologia está sendo credenciada para fazer o acompanhamento permanente.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Interessante, se não estou fazendo aqui fazendo uma leitura equivocada, as ideias são complementares umas das outras, não estou vendo uma como excludente da outra. A primeira sugestão que fiz, para dar sentido prático, foi só isso que eu quis, é que tenhamos na próxima reunião o debate e o encaminhamento sobre quanto devemos agir em relação ao que foi hoje debatido, acerca da migração de um sistema para o outro, se posso dizer assim, AM para FM. Aí surgiram todas as ponderações, inclusive essa de um trabalho permanente. Tudo isso sairá, como consequência, desse debate da próxima reunião, não?

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Este Conselho é tripartite e, por ser tripartite, tem um rito muito salutar que é fazer as comissões tripartites, para que, quando os debates chegarem ao Pleno, já tenham os consensos detectados e os dissensos enumerados, o que temos de diferente.

O encaminhamento que o Presidente fez foi correto, nós tivemos uma excelente apresentação hoje durante a manhã. O que vamos fazer com isso? O Presidente sugeriu que o nosso Ceneviva seja o relator disso, não temos objeção nenhuma a essa questão, desde que este relatório que o Ceneviva faria seria sobre a apresentação que o Plenário fez, que a Mesa fez. Outra coisa é nós nos manifestarmos, este Pleno aqui se manifestar sobre a transição, o que podemos fazer, que é um encaminhamento híbrido, feito logo em seguida, que o próprio Presidente fez, o Ceneviva complementou, que se faria ao final do ano. Para fazer isso, nós precisamos produzir... É muito mais fácil... Estou achando que estamos fazendo uma marola desnecessária, uma volta em torno, só estou querendo que a formalidade seja reservada. Se nós vamos decidir, e este Plenário vai ter posição, acho que é mais fácil que essas posições sejam medidas numa comissão. Podemos fazer isso numa comissão. Se não for numa comissão, e não precisa ser, não temos tempo, etc., vamos fazer o acompanhamento, como está sendo proposto, o.k. O que vamos fazer com esse acompanhamento? Vai ficar na gaveta, porque, se for o acompanhamento que vamos propor ao Congresso Nacional, precisa passar por este Plenário. Ou seja, vamos postergar o problema. Para mim, não há problema nenhum, só que, para ser posição deste Plenário, tem que ser aprovado aqui. E, para ser aprovado aqui, parece-me que a maneira mais fácil é que saia de um relatório. Se não for isso, não há problema nenhum. Sai do relator, nós faremos da Plenária o debate.

Aqui vai ser feito o debate que a comissão faria. Não há problema nenhum. É só uma questão de validar a sua proposta. Eu só estou dizendo que me parece desperdício não aproveitarmos a apresentação da manhã. Parece-me que sim. Eu concordo com o Ceneviva. Inclusive, acho que nós temos que sinalizar para o Ministério. O nosso próprio ex-Vice-Presidente nos aponta isto: Anatel, estamos acompanhando, aprendemos como se faz, estamos acompanhando assim e assado quem faz isso.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Perfeito.



Eu vou falar sobre a questão formal, em seguida, para não ficar fazendo contraponto.

O Conselheiro Roberto pediu. Eu quero saber se mais alguém pretende para ver se, de uma forma ou de outra, podemos encerrar essa formação de solução e encaminhar a dissolução.

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – Eu queria entender. Eu estou tendo uma percepção um pouco diferente do Schröder, porque eu não estou vendo, na proposta feita, a proposta de deliberar um voto. Estou vendo a proposta em que se mapeia alguns assuntos em que todos podem colaborar para encaminhar para uma comissão permanente. Ainda assim, salvo engano, o Regimento prevê que o Presidente pode designar para qualquer tema um relator ou uma comissão de relatoria tripartite.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Essa é a formalidade a que eu ia me referir.

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – Está previsto no Regimento que podem ser feitas as duas formas, mas também não vejo nenhum desconforto de que esse tema seja tratado numa comissão de relatoria, que eu, como o Schröder, acho que é uma prática de bom tom quando os assuntos não passam por um consenso.

Na questão de um relator, ele simplifica quando são temas secundários, mas eu não percebi na proposta do Ceneviva. E, quando refiz a minha leitura particular, eu vi muito mais que trouxe aqui um assunto importante. Eu desconheço qualquer projeto de lei ou qualquer projeto de regulamentação deste assunto em tramitação. Todos são superados. Merecem muito mais um acompanhamento para que nós possamos, sim, trazer a este Plenário. Concordo totalmente com o Schröder que as comissões apoiam as discussões no pleno e que as deliberações são tomadas aqui. Então, se é para deliberar, ela viria por aqui, mas já usando de uma comissão formada, que tem representação de todos os setores, não tendo que formar um comissão tripartite.

Ainda assim, não vejo aqui uma proposta de deliberação. Então, é só esse ponto. A proposta de encaminhamento que eu dei é nesta visão de que não existe deliberação a ser tomada e, sim, o encaminhamento de temas para serem acompanhados pela comissão.

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA – Presidente, é isto que eu estava falando: já existe a legislação definida, já existem os decretos. Nós não temos um projeto de lei, como prevê o Regimento, para que nós nos manifestemos. Então, eu acho que tem que ser um acompanhamento.

Eu ouvi as exposições. Eles estão com ideias bem definidas, com prazos. Eu ouvi as ponderações do Nascimento sobre a questão social, sobre a questão do desemprego, etc., mas eu acho que nós não temos como falar sobre uma coisa que já está definida. Não há um projeto de que vá ser apresentado um projeto de lei que mude ou altere ou que dê outra concepção à ideia de migração de AM para FM.

Eu acho que essa sugestão de que a Comissão de Ciência e Tecnologia encaminhe o assunto e fique acompanhando... Nós temos aqui o Roberto e a Liliana, da parte de tecnologia, que são duas pessoas reconhecidamente muito competentes nessa área. A Liliana hoje interferiu aqui de maneira brilhante, embora discordando um pouco também do Nascimento.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Pois bem, só para esclarecer. Já foi dito aqui, Schröder, para não sair do nosso regimento, da nossa Constituição, que é o nosso...

Conselheiro Nascimento, eu gostaria de encerrar esse debate.



O SR. NASCIMENTO SILVA – Para tentar encerrar, eu gostaria de ter essas informações desse acompanhamento.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Perfeito.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Houve o acompanhamento hoje. Foi hoje, foi ontem, foi anteontem, será amanhã, será depois de amanhã. Do que ocorrer lá, eu gostaria de receber as informações, ponto, porque há toda uma categoria, lá atrás de mim, aguardando essas informações na maior expectativa, apesar de que já está tudo definido.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselheiro Schröder, fiz exatamente na perspectiva do Regimento, que me confere constituir uma comissão ou designar um relator. Como S. Ex^a o Conselheiro Ceneviva foi o autor, pensei que ele compilasse e orientasse trazendo isso. Acho que nisso não há divergência. Tudo mais que foi dito aqui é em complemento, é em auxílio a... Eu quis dar praticidade apenas.

Ficamos decididos assim? Ele traz essa simples conclusão, com sugestões que podem ser acolhidas ou rejeitadas, com toda simplicidade e com acréscimos até a nossa próxima sessão. O.k.? Sem prejuízo de que – já fica determinado – a Comissão faça esse acompanhamento para, daqui a três semanas, nos relatar se há alguma novidade sobre o tema em questão.

Mais alguém?

Encerrado o assunto.

Agora sim, primeiro item da pauta. Eminentíssimo Conselheiro Celso Augusto Schröder, querido amigo, para falar sobre a questão da violência contra...

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA (*Fora do microfone.*) – Sobre a consulta pública do Ministério das Comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Volto a ele em seguida, porque já anunciei esse aqui.

Volto a ele. Pode ser?

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA (*Fora do microfone.*) – Sem problema algum.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – V. Ex^a fica autorizado a me advertir se eu por acaso passar por cima. Só para não atropelar, porque eu já chamei.

Conselheiro Celso Schröder, relatório sobre a complementação do Parecer nº 8, que trata da violência contra profissionais de comunicação.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Obrigado, Presidente.

Essa defesa inclusive, Sr. Presidente, de alguma maneira já foi feita há três ou duas reuniões ou pelo menos foi apresentada a nossa proposta.

Ela tenta responder à violência de que comunicadores, jornalistas, radialistas, blogueiros e outros tantos foram vítimas nesses últimos anos. É uma proposta do nosso Presidente Ronaldo Lemos, que efetivamente produziu um bom debate e nos levou a retomar uma proposta que já havia sido encaminhada pela Conselheira Wlana Panizzi, companheira e conterrânea, ex-Reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Na verdade, nós fizemos ou pelo menos localizamos alguns dados que eram da Fenaj, e não nominados e tal. Pensamos que era importante, até para confirmar ou não esses dados.

A proposta tem uma singeleza. Ela é muito rápida e diz o seguinte. Vou relê-la, porque já fiz essa leitura há algumas semanas:



15/02/2016

O CCS sugere a análise, a elaboração e a adoção de políticas públicas e ações visando à implementação das propostas acima [são cinco propostas, como diálogo, estabelecer programas de qualificação, etc.] e aponta como primeira medida a criação do Observatório da Violência contra Comunicadores no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e a criação de um protocolo de atuação para as polícias no âmbito do Ministério da Justiça.

O CCS, a despeito dos limites das propostas apresentadas, quanto a sua efetividade [as propostas dos projetos de lei], recomenda a sua aprovação.

A CCS reitera a sua posição contrária a todo e qualquer tipo de violência contra os profissionais da comunicação.

É o parecer.

Brasília, 15 de fevereiro.

Nesse tempo que levou, desde o nosso debate do ano passado, à formulação dessa proposta e a esse espaço, a Fenaj produziu o seu relatório sobre a violência contra os jornalistas de 2015. É esse relatório que os senhores têm em mãos. É um relatório que foi pesquisado e editado pela Maria José, que tem, do meu ponto de vista, uma qualidade bastante boa e que tem sido referência nos últimos anos.

Esse relatório enfatiza e dá conta de que a violência contra os jornalistas brasileiros... E aqui nós já tratamos disso. Não só jornalistas. Aparecem nos números aqui, nós resolvemos incluir, como fazem outras organizações, por exemplo, a Federação Internacional dos Jornalistas, comunicadores, nominando-os, obviamente, diferenciando-os, mas compondo o número, blogueiros e etc.

A violência extrema, que é o assassinato de jornalistas, diminui, mas aumenta a violência não extrema, ou seja, agressões, contra jornalistas nesse tempo. Por outro lado, aumentou também a violência extrema, ou seja, o assassinato de outros comunicadores, como radialistas. Esse ano de 2015 foi um ano que ficou muito claro.

Tendo esse relatório que confirma uma tendência, Presidente e companheiros do Conselho, que é de uma violência física extrema – embora diminuindo a morte de jornalistas –, demonstrado que as polícias militares, particularmente a Polícia Militar de São Paulo, são as grandes responsáveis, esta Casa precisa se debruçar sobre isto: por exemplo, em segundo lugar ficaram políticos, assessores e parentes de políticos. Ou seja, esse já era um dado que aparecia há alguns anos, diferentemente de outros países, a violência contra os jornalistas no Brasil tem uma grande parte – em alguns momentos, em alguns anos, chega a ser o primeiro lugar – no campo da política, ou seja, jornalistas que fazem cobertura de política. Esse é um elemento importante, que mostra uma incapacidade de os setores da política brasileira conviverem com a atividade jornalística.

Parece-me que esse relatório pode ser incorporado ao relatório que fizemos. Quanto às propostas que tinham sido apresentadas, se não me engano, o Conselheiro Ceneviva tinha pedido vista no sentido de poder se debruçar um pouco mais sobre a proposta elaborada, portanto, resta-nos aprovar.

E, para encerrar, também trago um relatório divulgado ainda nesta semana, um relatório da FIJ que circula, em que apresenta o Brasil – enfático que a proposta nossa de um observatório é para relativizar esses números que darei agora, inclusive –,



infelizmente e desgraçadamente, como décimo país de violência contra jornalistas nos últimos 15 anos. É preciso que se diga nos últimos 15 anos porque em alguns países, por exemplo, Iraque, Iêmen, etc., em que nos últimos anos cresceu a violência estão em guerra civil ou em guerra com os outros países.

O Brasil, assim como México e Rússia, são os únicos países que sem conflitos estão entre os dez países mais violentos do mundo.

Então, parece-me que precisamos de mecanismos urgentes para enfrentar efetivamente esse dado que é alarmante e que insiste, mesmo com os debates, mesmo com as ações muito tênues que têm sido feitas, em não diminuir. Ou seja, as curvas continuam, se não ascendentes, pelo menos não descendentes. Ou seja, temos, nos últimos anos, esses números de violência mantidos. Insisto, neste ano diminuiu o número de assassinatos de jornalistas, mas aumentou o número de assassinatos de comunicadores, entre eles, em grande número, os radialistas.

Esse o relatório no qual as propostas estão descritas e estão à disposição dos Conselheiros para aprovarmos ou não.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Muito obrigado, Conselheiro Schröder.

A matéria está em discussão. Colho inscrições.

Conselheira Patrícia Blanco, Roberto Franco. Mais alguém?

Conselheira Patrícia Blanco.

A SRª PATRÍCIA BLANCO – Obrigada, Presidente. Eu queria só cumprimentar a Maria José e o Conselheiro Schröder pelo material. Já dei uma folheada, acho extremamente pertinentes essas questões, mostrar as agressões e realmente ter números sobre as tentativas de restrição à liberdade de imprensa principalmente praticadas por agressões aos jornalistas e a comunicadores como os radialistas. Se possível, se houver um *link* eletrônico, gostaria de dividir isso. Ótimo, vou fazer um *link* para colocarmos também no *site* do Palavra Aberta. Temos tentado trazer esses relatórios para mostrar a importância da defesa do jornalista, do profissional de comunicação para que tenhamos sempre a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa garantidas no nosso País.

Era isso que eu queria colocar.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselheiro Roberto Franco.

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – Bom, gostaria também de elogiar o material e agradecer por ele. Vai servir de fonte de referência para jornalistas.

Na empresa em que trabalho vou compartilhar o material porque acho que é fonte inclusive para pautas.

Elogiar também a proposta de voto do Conselheiro Schröder porque acho que ele fugiu da vala comum de tentar simplificar e tentar soluções imediatistas. Assim, ele cria um ambiente de discussão mais amplo da violência contra o jornalista, contra o radialista, contra todos os envolvidos na atividade de jornalismo, que é uma coisa que ele sempre tem dito e que gera uma certa polêmica, mas a preocupação está muito mais com a atividade jornalismo do que com o jornalismo *stricto sensu*.

Por outro lado, gostaria de chamar a atenção para o seguinte. Acho aqui também que o Conselheiro Schröder foi muito feliz. Apesar de apoiar a iniciativa, temos que lembrar que a obtenção de coletes à prova de balas para um funcionário passa por um processo, além de caro, longo. São aprovações de Polícia Federal, do Ministério do Exército, etc., que levam o processo a uma tramitação de mais de seis meses. A



obrigatoriedade do fornecimento – e de forma alguma sou contrário ao mérito, porque estamos tratando de vida humana, de integridade humana, e devemos preservar a vida, e é uma preocupação da própria empresa – também, quando se torna uma obrigação, de alguma forma, é transferir do Estado, que é o responsável pela segurança, para a atividade privada ou individual, o que pode até significar o impedimento de pequenas empresas jornalísticas, blogues, etc., a fazer o acompanhamento de assuntos como esse. No momento em que se propõe isso, tem que se pensar também na simplificação da obtenção das licenças, na redução de carga tributária, etc., para tornar viável a toda gama de empresas jornalísticas no Brasil terem acesso a essa obrigação.

Também acho que vale muito o voto do Conselheiro Schröder porque, mais uma vez, temos que pensar em fazer com que acabe a violência contra o jornalismo e não simplesmente proteger através de coletes, de dispositivos pontuais, que, na verdade, admitem a existência da violência e pensam em proteger simplesmente tomando a proteção das consequências dessa violência.

Tal qual Schröder, apoio a iniciativa, porque a curto prazo não há alternativa que possa substituí-la. Por outro lado, chamo a atenção que regulamentos e procedimentos complementares para torná-la viável são necessários, principalmente para a proteção das pequenas empresas de jornalismo.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Muito obrigado, Conselheiro.

Eminente Conselheiro Davi Emerich.

O SR. DAVI EMERICH – Presidente, duas questões. Uma mais de forma, e vou sugerir uma pequena emenda.

Venho participando desse debate, também li outros pareceres do Conselho de Comunicação Social e sinto falta de uma padronização dos pareceres. Acho que se o Conselho pudesse trabalhar... Por exemplo, falamos que o objeto de análise são três projetos aqui. O documento, praticamente, não se refere aos projetos em si, especificamente, por exemplo, que custa caro ou coisas desse tipo. Então, acho que poderíamos talvez adotar, com a ajuda da Secretaria, uma padronização nos nossos pareceres para que todos saíssem em uma mesma bitola.

Concordo plenamente...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Só um minutinho. V. Ex^a me permite? (*Pausa.*)

Sob que perspectiva essa padronização? Formal?

O SR. DAVI EMERICH – É uma padronização formal. A Câmara tem uma padronização formal de parecer. O Senado tem uma padronização formal. Acho que todos os nossos pareceres deveriam obedecer a uma certa padronização. Não sei se isso é pertinente, mas acho que seria interessante. Por exemplo, o parecer sobre a proposta do Senador Roberto Requião era totalmente diferente desse aqui. Acho que mereceria uma certa padronização, porque ficaria mais, vamos dizer assim, legislativo. Ser mais formal seria interessante.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Vou pedir a V. Ex^a, que é um servidor da Casa... Desta ou da Câmara?

O SR. DAVI EMERICH – Sou daqui do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Que, depois, se reúna com a assessoria conduzindo essa padronização.

O SR. DAVI EMERICH – Se isso for possível. De repente não é possível, porque há muitos documentos que são...



O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Tanto quanto possível. V. Exª fica designado para orientar aqui a nossa assessoria, já que é autor da proposta.

O SR. DAVI EMERICH – E uma emenda de redação na página 6, onde praticamente nos referimos aos projetos. No início da página 6, "o que por sua vez nos leva também a identificar a fragilidade", eu retiraria essa palavra, porque estamos tratando dos projetos em tramitação e a palavra "fragilidade", ainda que não esteja diretamente relacionada aos projetos, não é boa para se tratar de projetos de Senadores e Deputados. Então, eu retiraria essa palavra "fragilidade".

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eu consulto o Relator se ele absorve essa propositura.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Sim.

Há ainda o Conselheiro Ronaldo, Vice-Presidente.

O SR. RONALDO LEMOS – Eu queria só aproveitar a oportunidade para dar parabéns por esse trabalho. Eu acho fundamental. Eu queria até levantar para quem assiste à reunião que depois dê uma olhada nesse material muito benfeito, expondo isto que é uma vergonha no Brasil, que é a violência contra jornalistas, contra comunicadores. Isso é inaceitável no nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Já que V. Exª estampa assim, permite-me um pequeno aparte?

O SR. RONALDO LEMOS – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Já que V. Exª faz essa observação mostrando a todos, é importante destacar que a autora da proposta é a eminente Conselheira Maria José Braga, que é editora e autora da pesquisa que está aqui sendo distribuída. Crédito a quem merece crédito.

Obrigado, Conselheiro.

O SR. RONALDO LEMOS – Está certo.

Aproveitando, Sr. Presidente, eu só gostaria de sugerir que, em sendo feito o encaminhamento com a votação do parecer, quando esse parecer fosse encaminhado ao Congresso Nacional, a líderes e à Presidência da Casa, nós incluíssemos também esse documento como anexo, para que ele possa ser lido pelos Parlamentares, especialmente porque basta abrir o documento, uma vez que ele está muito benfeito, com gráficos e visualizações dos dados, para ver o drama que é a violência contra comunicadores aqui, no Brasil. Então, eu gostaria de fazer essa sugestão de encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Consulto o eminente Presidente da Fenaj, nosso querido Conselheiro, e a autora da pesquisa se é possível fazer isso. *(Pausa.)*

Vamos encaminhar, então, esse trabalho. V. Exªs têm de dizer qual é o limite de quantitativo que podem nos encaminhar, porque podemos mandar para todos os Parlamentares e entidades, enfim.

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA – Presidente, eu tenho uma sugestão.

O Conselho de Comunicação Social, constitucionalmente, é um órgão de assessoramento das matérias em tramitação. Eu sugeriria a V. Sª que encaminhasse ao Presidente do Senado uma sugestão de que esses pareceres fossem publicados no *Diário do Congresso Nacional*...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Perfeitamente.



O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA – Já que o Conselho é um órgão constitucional, assessora o Congresso, eles poderiam ser publicados normalmente no *Diário do Congresso Nacional*. Eu acho que um ofício ao Presidente do Senado poderia ser a solução.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eu peço à assessoria que providencie imediatamente o atendimento a essa propositura de requerer a S. Ex^a o Presidente do Senado que publique pareceres, este e os do ano passado que tenhamos produzido.

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA – Os pareceres aprovados.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Os aprovados, evidentemente, claro.

O Conselheiro Schröder está com a palavra ainda? Não. Então, eu lhe passo em seguida, depois, na sequência...

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – É que o senhor me fez uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Ah, sim, quanto ao quantitativo. Desculpe-me.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Com certeza. Nós podemos disponibilizá-lo eletronicamente. Temos um número, que não é esse número, ou seja, nós imprimimos esse número todo, mas, obviamente, nos interessa que isso chegue... Nós nos comprometemos – não é, Maria José? – a complementar esse número e mandar um para cada Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Mande para a assessoria aqui que eu faço questão de assinar os ofícios todos.

Conselheira Maria Célia.

A SR^a MARIA CÉLIA FURTADO – Eu também quero cumprimentar o trabalho interessantíssimo e gostaria de sugerir que ele fosse enviado à SIP, a Sociedade Interamericana de Imprensa, de língua latina, que tem sede em Miami, que tem um trabalho muito forte de defesa dos jornalistas. Eles se reúnem semestralmente, mostrando, na América Latina inteira, os casos em que há violência contra jornalistas. É uma entidade que merece receber esse relatório.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Muito obrigado, Conselheira Maria Célia.

Só para esclarecer – e desculpem a ignorância presidencial no caso –, os pareceres já estão sendo publicados todos.

Eu vou pedir ao eminente Conselheiro Davi que, o mais rápido possível – se puder fazê-lo até amanhã –, venha à assessoria para fixar o padrão. Depois, inserimos a assinatura do Relator, eminente Conselheiro Celso Schröder, e do Presidente.

O SR. DAVI EMERICH – Não, eu acho que o padrão fica este que está aqui. Eu falo para os próximos relatórios.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – O padrão já está aprovado?

O SR. DAVI EMERICH – Não, eu estou dizendo... A minha proposta é que, nos próximos pareceres, seguissemos um padrão. Eu acho que para mudar o atual, não. Eu acho que ficaria muito difícil a essa altura.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Perfeitamente. V. Ex^a encaminha isso, posteriormente, à assessoria que vai formatar e colher nossas assinaturas para publicação.

Conselheiro Ceneviva.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Obrigado, Sr. Presidente.



Pedi a palavra apenas para registrar que considero o relatório melhor do que o melhor que a gente poderia imaginar, na medida seguinte: ele não apenas descreve as agressões contra jornalistas ou ele não apenas tabula a informação, como também ele ainda traz a descrição das agressões. Ele não traz só as agressões criminosas, digamos assim, mas ele traz também algumas outras informações sobre fatos que não têm relação com o exercício da profissão. Ele traz isso com clareza, e isso é importante para separar o joio do trigo. É uma missão genial de quem é jornalista. Ele traz também informação a respeito de casos de condenação por decisão judicial com o exercício do direito de defesa, ou seja, é também esta, no Estado de direito, uma hipótese a que se submetem os profissionais da Comunicação: a de, se abusarem de sua liberdade, sofrerem a condenação.

Portanto, o relatório não é uma descrição de agressões que simplesmente vitimiza o profissional da Comunicação, mas vai muito além disso, colocando o profissional da Comunicação como alguém responsável, que tem uma função crucial a desempenhar. Agora, o que é lamentável é que a leitura dos casos revela uma massacrante maioria de agressões ostensivamente criminosas, perpetradas ou por agentes do Poder Público ou por pessoas frustradas com o exercício da liberdade de expressão, o que é chocante em si mesmo.

Realmente, é sensacional o relatório. Estou fazendo uma leitura diagonal dele, enquanto fazemos os debates. Eu queria insistir com todos: isso vale a pena. A descrição que a Laura Santos, junto com a nossa querida Conselheira Maria José Braga, está nos trazendo é uma coisa muito especial para entendermos o estado do exercício da liberdade de expressão no Brasil neste instante.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Muito obrigado, Conselheiro.

Com a palavra, o penúltimo inscrito – o último inscrito sou eu próprio –, o Conselheiro Sydney Sanches.

O SR. SYDNEY SANCHES – Boa tarde, Sr. Presidente!

Boa tarde, Colegas!

Tenho de me associar aos inúmeros e reconhecidos parabéns dados ao trabalho da Fenaj. Os parabéns, realmente, são muito importantes neste momento, e o encaminhamento a todos os Parlamentares me parece fundamental.

Obviamente, nada tenho contra o conteúdo, mas, considerando que o parecer está datado de fevereiro de 2016, talvez algumas adequações temporais no texto tenham de ser feitas. Por exemplo, na p. 4, no primeiro parágrafo, na penúltima linha, está escrito "e, em 2014, em apenas quatro meses". Certamente, a primeira minuta foi redigida em 2014. Então, tem de se fazer um ajuste no texto.

Na mesma página, Schröder...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eminente Conselheiro, posso só fazer uma observação de ordem prática?

O SR. SYDNEY SANCHES – É claro!

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Esse será outro parecer. Esse não substitui aquele. Ele será um novo parecer. Aquele...

O SR. SYDNEY SANCHES – Não, não, mas este aqui está datado de 16 de fevereiro. Foi feito, provavelmente, um texto preexistente.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Perfeito!

O SR. SYDNEY SANCHES – Portanto, precisa dessa adequação temporal.



No quinto parágrafo, também há um ajuste a ser feito com relação ao ano de 2014, pois é dito: "Segundo dados da Fenaj, já foram registrados três assassinatos." Provavelmente, há registros mais recentes quanto à totalidade das violações sofridas pelos jornalistas.

Na p. 5, da mesma forma, no primeiro parágrafo, depois de "esse fenômeno começou em 2013" vem a expressão "tem perdurado no corrente ano". Temos de trazer ao tempo atual o texto.

Creio que são só essas três pequenas observações. A adequação temporal no texto é importante.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Perfeito!

Tomei a liberdade – acho que o Presidente pode e deve se manifestar – de me inscrever aqui para fazer algumas rápidas ponderações e propostas. A primeira delas é que, em nome do Colegiado, vou expedir um ato, se não houver objeção, dizendo que foram aprovados aqui – espero que isso se dê por unanimidade – cumprimentos à Presidência da Fenaj pela excelência do trabalho que nos foi apresentado nesta tarde. Encaminho esse expediente em nome do Conselho de Comunicação, para que fiquem registrados nos Anais do CCS e da própria Fenaj – não se trata de jogar confete nos nossos dois companheiros – os cumprimentos deste Colegiado quanto à excelência desse trabalho.

Posso considerar aprovada a proposta por todos? (*Pausa.*)

Muito obrigado.

Quando falamos de violência, consulto se é possível... Temos um parecer, então, pelo que já antevejo, aprovado com os louvores que foram aqui destacados, mas, no Brasil, as coisas funcionam com repercussão de quem?

Da imprensa, que são as senhoras e os senhores que estão aqui.

Tenho procurado sempre dar um sentido prático e quero dar visibilidade, tanto quanto possível contando com os senhores, e não há como dar visibilidade senão contando com quem? Com a imprensa. Um caso específico, um *leading case*, um caso emblemático que a imprensa possa... Porque, se não, esse parecer, isso tudo vai ficar num âmbito muito restrito. Eu quero saber se há – estou sugerindo e indagando a um só tempo – algum caso específico, se há alguma ponderação, algum tema específico dentro desse tema macro, que é a violência contra o jornalismo, que possamos dar como dimensão pública da preocupação deste Colegiado com a violência contra os jornalistas. Não sei se me fiz entender.

Eminente Conselheiro Relator, em primeiro lugar.

Eu quero que, além do trabalho que sai daqui, que é este parecer – que é técnico, mas é um parecer –, nós possamos dar um sentido de que os companheiros da imprensa tenham interesse pelo assunto, que a todos interessa.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Presidente, se me permite, eu passei os olhos e acho que, neste ano, não há nenhum caso que pudéssemos trazer como emblemático. Teríamos que artificialmente construir. Poderíamos até fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Em Goiás mesmo há um caso altamente emblemático.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Isso.

(*Intervenção fora do microfone.*)



O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Nós temos em 2013, temos em 2014, mas não me lembro, em 2015, de um caso que tenha dimensão pública em outros momentos. No entanto, parece-me que a proposta que estamos trazendo, que é a construção de um observatório, um observatório da violência contra comunicadores, e já teve anuência, nós já conversamos com o Ministro da Justiça...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Esse pode ser um ponto.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Esse pode ser um ponto, porque esse me parece que vai enfrentar a impunidade, vai enfrentar números inflacionados ou deflacionados que circulam por aí em alguns momentos, de acordo com interesses, e vai constituir um local onde o Brasil possa construir uma posição que nos tire dessa posição que, confesso, é vergonhosa. Quando participo das instâncias internacionais, fico constrangido de estarmos juntos com Iraque, com outros locais em situação de guerra.

Portanto, eu selecionaria isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Perfeito.

Pensemos todos, então, em especial o Relator, até pela posição de destaque que ocupa no cenário dos jornalistas no Brasil, na comunicação, portanto, como um todo, pensemos todos como dar dimensão externa do Conselho quanto a isso.

Coloco em votação o parecer que acaba de ser apresentado, já que amplamente discutido.

Alguma objeção? (*Pausa.*)

Lido e aprovado à unanimidade o Parecer nº 1 de 2016.

Os dados serão atualizados, conforme sugestão do eminente Conselheiro Sydney Sanches, a quem agradeço pela atenção, e encaminhados à publicação, conforme há pouco decidido.

Fazendo aqui uma interrupção na nossa sequência, iríamos, em tese, para o item 2 da pauta, passo a palavra para o eminente Conselheiro Walter Ceneviva, que pediu, sobre um tema já provocado antes, que é o relativo à questão da consulta do Ministério das Comunicações.

Alguma questão nova, eminente Conselheiro?

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Um aspecto, de fato, para que fique registrado em ata: o responsável pelo grupo técnico da reforma do modelo de telecomunicações no âmbito do Ministério das Comunicações é o Secretário Nacional de Telecomunicações, Dr. Maximiliano Martinhão, conforme foi alertado. E agradeço a gentileza do nosso companheiro Cagiano.

Era só o registro, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Muito obrigado, eminente Conselheiro.

Chamo, então, à discussão o item 2 da nossa pauta, os efeitos da crise econômica sobre o setor de comunicação. Formamos uma comissão de relatoria, composta pelos eminentes Conselheiros Marcelo Rech, Nascimento Silva, Marcelo Cordeiro e Fernando César Mesquita.

Consulto o Nascimento Silva e o Fernando César Mesquita: alguém dos senhores vai relatar esse tema hoje, inclusive diante da ausência de dois dos membros, de dois dos nossos marcelos?

O SR. NASCIMENTO SILVA – Eu sugiro que a gente tenha mais um tempo, em função até mesmo da ausência do Mesquita, para que a gente possa...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – O Mesquita está presente.



O SR. NASCIMENTO SILVA – Ausência anterior.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Ah, sim.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Pelo fato de nós não termos acertado os ponteiros – vamos dizer assim – para esse relatório, eu pediria que reportássemos esse tema para a próxima reunião, se for possível e consenso do Mesquita e, evidentemente, com a ausência dos dois.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – De acordo, Conselheiro. O Colegiado tem alguma objeção? (*Pausa.*)

O tema, então, fica adiado para a reunião do mês de março, com a observação aos dois Conselheiros ausentes hoje que assim foi feito, para que eles tenham atenção ao tema na próxima sessão.

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselheiro Roberto Franco.

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – Se possível, seria interessante circular o parecer antes da reunião, para que a gente possa analisar e, inclusive, acrescentar alguns dados disponíveis. Se for possível circular antes, eu gostaria.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Item 3: formação da Comissão de Relatoria para discutir o tema da concentração dos meios de comunicação.

Eu tenho aqui, ao mesmo tempo, o encaminhamento da justificativa de ausência hoje do Conselheiro Araújo Lima, e um pedido para que S. Ex^a participe dessa Comissão de Relatoria.

Mais alguém se habilita?

É a Comissão de Relatoria para concentração dos meios de comunicação. O autor da proposta é o eminente Conselheiro Celso Schröder. (*Pausa.*)

Celso Schröder, V. Ex^a se dispõe?

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Até porque é autor da proposta.

Falta alguém da sociedade civil. Se não houver objeção, fica o Conselheiro Araújo Lima como representante das empresas. Alguém da sociedade civil se habilita?

Conselheiro Ronaldo? Eu estou sugerindo.

O SR. RONALDO LEMOS – Eu me habilito.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Então, fica formada a Comissão de Relatoria, composta pelos eminentes Conselheiros Celso Schröder, como autor da proposta, Araújo Lima e Ronaldo Lemos.

Conselheiro Ceneviva, é sobre esse ponto?

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Tem a palavra.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Obrigado, Presidente. Eu requero ao senhor e ao Plenário que seja transcrito na ata ou anexada à ata – como for melhor – um *e-mail* que eu encaminhei para a formação anterior do Conselho de Comunicação Social, em 11 de março de 2014, dando ao Conselho a oportunidade de assistir a um filmete de um programa de humor chamado Conan, que se apresenta na televisão americana, em que esse humorista apresenta o noticiário de talvez vinte ou vinte e cinco emissoras de televisão locais. Em todos esses noticiários, o âncora conclui a apresentação de uma notícia dizendo: "Se você ama alguém, aproveita e manda um SMS".



Com a apresentação desse vídeo, o que o humorista pretende demonstrar é que o pluralismo não se constitui simplesmente na variedade de fontes de informação. Ele precisa ser substancialmente constituído de visões completamente diferentes, o que não se dá quando há meios de comunicação demais. Eu considero muito importante, pela singeleza do exemplo e pela clareza do exemplo, que cada qual de nós, tendo a oportunidade, assista a esse vídeo, que – insisto – constitui uma compilação de notícias de TV americanas sobre um mesmo fato, e o mesmo fato é apresentado de uma maneira completamente bisonha, incompatível com a seriedade da atividade jornalística, e no entanto se constituiria, na visão de muitos, em uma manifestação de pluralismo, porque, afinal de contas, seriam mais de vinte emissoras – mais de vinte tolas emissoras falando bobagem para o telespectador e, apenas de maneira formal, mas não de maneira substancial, cumprindo a obrigação de dar visões diferentes sobre os fatos da vida real.

Então, o meu pedido, Presidente, com relação a esse tema, é a transcrição desse *e-mail*, que eu encaminharia para a assessoria e para todos os demais Conselheiros, para que todos que não tenham já recebido antes possam ter acesso a esse material.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – A assinatura minha e do Schröder bastam.

V. Exª tem a palavra, Schröder.

Conselheiro Ceneviva, V. Exª pode repetir esse *e-mail*, por favor, para essa composição? A assessoria replicará assim que receber.

É sobre o ponto?

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – É sobre o ponto, só um comentário, Presidente. Primeiro, conheço o programa, o apresentador, acho interessante, e dizer que compartilho, adianto que compartilho com o Walter Ceneviva essa posição. Volto a me referir a esse estudo, que foi determinante para a Fenaj, chamado "Donos da Mídia", um estudo feito pelo estúdio Epcom no final dos anos 90, início do ano 2000, em que exatamente isto foi detectado: regiões do Brasil onde nitidamente há uma utilização político-ideológica da radiodifusão, estranhamente, era onde havia maior número de concessões. Ou seja, o número de concessões não equivalia a uma maior diversidade de vozes, a uma maior democracia.

Em princípio, parece que compartilhamos dessa posição. Certamente, vamos ter que eleger, para além daquilo que a ideia numeral de concentração traz, já que no Brasil não está definido ainda o que é monopólio, além de contribuir para isso, certamente, temos que produzir no País também uma ideia – que na Fenaj chamamos de controle público, controle social, seja lá o que for – de indiretamente, transversalmente, a sociedade conseguir interferir, dialogar com os conteúdos da radiodifusão, se não, efetivamente, ficamos com essa pobreza mundialmente diagnosticada.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Mais alguém sobre o tema?

Consulto os dois membros há pouco designados, Schröder e Ronaldo Lemos, se esse tema vem na próxima pauta. Há tempo para isso?

O SR. RONALDO LEMOS – Fica difícil fazer uma avaliação, Sr. Presidente, até porque o Araújo Lima não está aqui. Acho que a gente poderia jogar isso para duas, sem ser a próxima, que é daqui a três semanas, para a outra, em abril. Aí acho que faz sentido.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – V. Exª vai presidir essa, que foi, efetivamente, transferida para o dia 11.



O SR. RONALDO LEMOS – Sim. Já está confirmado? Está ótimo.

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA – Presidente, consulto os especialistas no assunto se concentração dos meios de comunicação e processo de concessão de serviços de radiodifusão no Brasil são temas muito próximos, acho que poderia ser uma coisa só.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Os itens 3 e 4 da pauta.

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA – Itens 3 e 4, porque são temas muito polêmicos, principalmente, aqui no Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Parece-me bastante razoável a ponderação. Ambos, inclusive, são de autoria do mesmo eminente Conselheiro Celso Schröder. Se o Colegiado não tiver objeção à proposta objetiva do eminente Conselheiro Fernando César Mesquita, fazemos...

Conselheiro Ceneviva.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Obrigado, Presidente.

Não chego ao ponto de fazer propriamente uma oposição, mas faço só uma ponderação. Se não houver problema nisso, eu queria ouvir o próprio Conselheiro Mesquita em relação ao seguinte: o tema dos processos de concessão é um tema muito mais burocrático do que um tema substancial, como é o da concentração, que envolve economia e tudo o mais. O Senador Wellington, quando esteve conosco hoje, comentou a respeito disso, o Secretário Roberto Pinto Martins comentou que há até obstáculos constitucionais para uma maior velocidade. Então, acredito, de maneira muito pragmática, que a gente possa fazer um trabalho mais rápido em relação ao tema 4 e acho o tema 3 "inconcluível", se existisse essa palavra. É uma missão impossível. De tal maneira que, de novo, sem discordar, mas eu talvez separasse de maneira que a gente se propõe um objetivo factível que é o tema 4, e não vou discordar do objetivo impossível, que é o tema 3, mas de que os dois estão ligados não há a menor dúvida.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselheiro Nascimento.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Quando eu ouço que os temas estão ligados, nós vamos dizer que essas duas comissões se tornaram uma só? Ou não?

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Ainda não.

O SR. NASCIMENTO SILVA – O.k. Eu coloco meu nome à disposição do item 4.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Temos, então, duas propostas. Nós já formamos uma comissão de relatoria para o tema do item 3 da pauta. Sobreveio a proposta do eminente Conselheiro Fernando César Mesquita de que nós juntemos...

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA – É uma ponderação.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – É uma ponderação, mas eu tomo como uma proposta.

Embora não quisesse, foi objetado pelo eminente Conselheiro Walter Ceneviva que nós juntemos os dois temas. Temos que decidir. Se juntamos ou não é uma premissa fundamental. Já havia ali uma divergência.

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – Na leitura do Conselheiro Fernando Mesquita, ele está avaliando a questão das concessões em si, critérios para as concessões, etc. A leitura do Walter Ceneviva é muito mais para tratar do rito das concessões, muito mais a parte processual, tal qual está escrito. Na visão do Fernando Mesquita, realmente elas se interligam e são bem sobrepostas, inclusive as concessões de rádio e televisão seriam subordinadas à discussão de propriedade. Na questão dos processos, que são lentos, são extensos e geram situações até de entidades que ficam



com renovações pendentes ou com dificuldade de entrar, elas seriam uma coisa mais pragmática e de ordem processual.

Tomando essa visão do Conselheiro Walter Ceneviva, eu recomendo separá-las, sendo a primeira o tratamento mais conceitual, do ponto de vista de política pública, do modelo a ser seguido; e a segunda, entendendo o modelo atual como dar celeridade aos processos de concessão, para verificar quais entraves estão impedindo que esses processos se deem no ritmo esperado. Então, nessa visão, eu colocaria separado. Se é esta a visão – eu não sei o que imaginou quem propôs o escopo –, se for este o escopo, eu prefiro ficar separado.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselheiro Fernando César Mesquita, eu lhe consulto se mantém a ideia de juntar ou se podemos considerar.

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA – Eu aceito as ponderações. Agora, é óbvio que este aqui é um tema político, e um tema quente, porque envolve concessões de Parlamentares, concessões de Igreja. É um tema que é politicamente muito sensível. Então, eu acho que, como diz o Roberto, não é apenas uma questão burocrática. A questão burocrática é apenas o cenário. Na verdade, os atores são pessoas que realmente têm interesses poderosos.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselheiro Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Para dar opinião sobre isso, ou seja, se junta ou não. A proposta, se não está clara, é da nossa natureza, da natureza da Fenaj e particularmente da minha. Obviamente, ela traz embutida...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Mas até já foi retirada a proposta de junção.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Já foi retirada.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Já foi retirada. Então, está garantido. Vamos fazer duas comissões. O.k. Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Para ser prático.

Quanto ao item 3 da pauta, nós decidimos que já fica constituída a Comissão de Relatoria, designado o tema para a reunião do dia 11 de abril próximo.

Item3: Formação de comissão de relatoria para discutir processo de concessão do serviço de radiodifusão no Brasil, também de autoria do eminente Conselheiro Celso Schröder.

E também nesse, quando se justificou a ausência, o Conselheiro Araújo Lima colocou seu nome à disposição. Já tendo ele integrado a outra e como são só três membros, eu penso que alguém daqui presente...

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – Eu sugeriria botar o Walter Ceneviva, visto que o Chico Araújo já está na outra comissão.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Ceneviva aceita a designação? O colegiado tem objeção? *(Pausa.)*

Segundo membro. O Nascimento já se ofereceu. O colegiado tem objeção? *(Pausa.)*

Aprovados os dois nomes.

Para sociedade civil, quem se dispõe? Fernando César Mesquita, pode ser? *(Pausa.)*

Nenhuma objeção.

Aprovados os três nomes.



Consulta de igual forma, estando os três membros nesta assentada, se este tema pode vir na próxima ou se vem também para abril.

Nascimento.

Só quanto à data, o mais ligeiro possível, para que não...

O SR. NASCIMENTO SILVA – Presidente, para não ficar naquela questão do faz de conta que se está discutindo ou faz de conta que se faz um relatório...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Que não é o nosso perfil aqui.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Que não é o nosso perfil, creio que até abril é o prazo necessário, inclusive para nos acertarmos entre os representantes da comissão, para dar seguimento a essa discussão para o Conselho.

É melhor.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Fica também para abril?

O SR. NASCIMENTO SILVA – Infelizmente, porque já tem uma para o próximo mês...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – As duas são para abril.

Está ótimo.

Estou quase cancelando a minha viagem, de tão interessantes que são os temas. Já imagino o debate aqui. Imagino como o meu querido... Eu queria ficar sob a presidência dele mesmo, apenas para que eu pudesse ter a oportunidade de participar desses dois debates. Se tivermos aqui polêmicas... Quanto mais tivermos polêmicas, melhor será para o colegiado. Quanto mais embates tivermos, melhor para o colegiado. É disso que eu gosto. É essa provocação que eu quero. Pena que não estarei aqui nessa primeira.

Então, também quanto ao Item 4, temos aprovada a comissão de relatoria e a data designada para a discussão.

Encerrada a ordem do dia, passamos para os relatórios de andamento das comissões temáticas.

Os senhores coordenadores têm alguma colocação a fazer, alguma ponderação, alguma informação?

Conselheiro Nascimento.

Época própria.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Eu queria saber, se o *staff* puder nos ajudar... Foram suspensas as reuniões temáticas. E, se não me falha a memória, nós já fizemos duas da comissão de conteúdo e outra que também já encaminhou.

Quero saber o que falta, para eu dizer que estou pedindo espaço para fazermos a nossa reunião sobre conteúdo na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Quanto ao que falta, eu lhe respondo com simplicidade: falta data. Se nós estamos consumindo, por deliberação colegiada, as nossas manhãs com seminários, estamos consumindo o que ordinariamente seria o horário para as comissões. Voltamos a elas em maio.

O SR. NASCIMENTO SILVA – O.k.

Então vou ouvir as manifestações para dizer se eu vou me adequar a esse horário.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Sobre as comissões, nada mais?

Comunicação das senhoras e dos senhores Conselheiros.

Alguém pretende?

Farei a inscrição de todos.

Conselheiro Ismar, com a palavra.



O SR. ISMAR DE OLIVEIRA SOARES – Durante o próximo mês de setembro, a Intercom, que esteve hoje aqui presente, vai desenvolver na ECA/USP o tema da relação comunicação e educação.

Em novembro, na véspera do nosso encontro do dia 7, teremos em São Paulo um encontro a ser promovido pela Unesco, que vai trazer representantes de 40 países para discutir o tema da alfabetização midiática e informacional.

Estou citando esses dois fatos para dizer que o tema da comunicação para a sociedade civil está presente na mídia, nas relações sociais e na aproximação com o mundo da educação formal e não formal, recordando o que eu disse na parte da manhã, que temos hoje algo ao redor de 2,5 milhões de estudantes de escolas públicas trabalhando com a mídia.

Faço esse prólogo para fazer uma proposta de que nós incluamos um debate, uma discussão, um seminário sobre o tema da relação comunicação-educação na sessão de novembro, quem sabe, trazendo até o representante da Unesco que vai estar no Brasil presidindo esse encontro internacional.

Estou fazendo uma proposta, adiantando o tema de novembro, para que tenhamos tempo para nos preparar. Inclusive, adiantando que as Secretarias de Educação do País têm se mobilizado muito – no Rio de Janeiro e São Paulo e também e outros Estados. O tema é candente neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – V. Ex^a pretende que nós possamos discuti-lo aqui numa sessão plenária ou em comissão? Qual é o seu encaminhamento?

O SR. ISMAR DE OLIVEIRA SOARES – Em uma sessão plenária, como aconteceu hoje pela manhã. Que façamos uma sessão dedicada à relação comunicação-educação.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Perfeitamente. Em um seminário, então?

O SR. ISMAR DE OLIVEIRA SOARES – Em um seminário.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Está bom. Vamos levar a discussão adiante.

Conselheiro Nascimento. É sobre o ponto?

O SR. NASCIMENTO SILVA – É sobre o ponto.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Sim.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Sou favorável a que se convide o representante da Unesco para explicar melhor, para dizer melhor como funciona isso no mundo todo, porque as informações que temos são as melhores.

Inclusive, quando ele fala da educação, existe aqui, em Brasília, na Secretaria de Direitos Humanos, uma discussão que a Unesco apoia com relação a essa questão da comunicação na educação.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – A sugestão... Desculpe-me se não consegui captar bem. A sugestão do Conselheiro Ismar – agora apoiada por Nascimento – é de que chamemos aqui o representante da Unesco?

O SR. ISMAR DE OLIVEIRA SOARES – Não, que a gente organize o debate trazendo...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Pessoas ligadas à área?

O SR. ISMAR DE OLIVEIRA SOARES – Pessoas ligadas à área, tanto à pesquisa quanto à promoção dessa relação entre os dois universos. Inclusive para pessoas que estão estudando qual é a contribuição que a mídia tem dado para o universo da...



O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eu posso sugerir a V. Ex^a que como encaminhamento prático do tema – eu acho que o tema é, sim, interessante para todos – faça objetivamente a sugestão de temas, subtemas ou do tema central e de conferencistas que possam ser chamados. Já temos, nos dois próximos meses, os horários que temos ocupados por seminários já designados. Precisamos deixar pelo menos uma janela no mês para reunião de comissões. Quem sabe poderemos fazer no mês de junho. Aí, já temos março e abril com seminários designados por nós mesmos. Em maio, faremos reuniões de comissões, conforme a urgência, e, quem sabe em junho esse tema. Pode ser assim?

O SR. ISMAR DE OLIVEIRA SOARES – A minha proposta é de que façamos em novembro.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Em novembro?

O SR. ISMAR DE OLIVEIRA SOARES – É.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Perfeito, tanto melhor. Como próximo daquele outro.

V. Ex^a, então, fica encarregado de me encaminhar sugestão de nomes e temário. Pode ser?

O SR. ISMAR DE OLIVEIRA SOARES – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Perfeito.

Conselheiro Ceneviva. V. Ex^a está inscrito.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Obrigado, Presidente. Quero saudar a ideia do Conselheiro Ismar. Não era meu objetivo, mas quero aproveitar. Falamos muito pouco da integração de educação e comunicação. Certamente, essa é uma das grandes mudanças que vamos viver nas próximas décadas.

Peço a palavra, Presidente, sem mandato dele, evidentemente, para reiterar a preocupação do Senador Wellington Fagundes, que nos propôs a discussão do tema das RTVs, das repetidoras de televisão.

A excelente jornalista Elvira Lobato, – com quem muitas vezes concordei e de quem outras tantas discordei – acaba de publicar uma excelente pesquisa sobre o regime de prestação das RTVs e o tema deveria ser objeto da nossa preocupação, minimamente que fosse, para que entendamos como elas funcionam.

De tal maneira que proponho o tema das RTVs como uma pauta. Não há nada de emergente, não há nada de urgente, diferentemente da consulta pública do Ministro das Comunicações, diferentemente da migração de AM para FM, diferentemente do desligamento da televisão analógica, mas é um tema sobre o qual talvez nós devêssemos nos debruçar.

Eu tinha anotado como tema a circunstância mencionada pelo Secretário Roberto Pinto Martins, da falta de licitações, a circunstância de que o Ministério mantenha em aberto licitações que começaram em 2001 e hoje estamos em 2016, ou seja, 15 anos para concluir um processo de licitação viabiliza situações indesejáveis tanto pela circunstância de que faltam outorgas para cidades que demandam emissoras quanto pela circunstância de que isso gera uma incerteza jurídica entre todos os envolvidos.

Mas considero que o tema de ausência de licitações, também citado pelo Senador Wellington Fagundes, está abrangido pelo tema que acabamos de abordar, o item 4 da pauta de hoje, que são os processos de concessão de serviços de radiodifusão, dos quais a licitação é uma etapa.



Então, faço a menção porque a ausência de licitações é muito importante, concordo com o Senador Wellington Fagundes, e vamos tratar delas como um dos itens do processo de outorgas.

Eram essas as minhas manifestações.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Muito obrigado, Conselheiro.

Conselheira Patrícia Blanco.

A SRª PATRÍCIA BLANCO – Muito obrigada, Presidente.

Na verdade, queria me congratular com as propostas do Prof. Ismar. Acho que é bastante pertinente estudar a questão da relação entre comunicação e educação. Acho muito pertinente aproveitar um seminário internacional promovido pela Intercom, Unesco e USP para que possamos também ter alguns palestrantes aqui em novembro.

Quero fazer uma proposta de ação. Sei que estamos com as datas totalmente tomadas em relação a nossas reuniões, mas, da mesma forma como houve a comemoração do Dia Mundial do Rádio, proposto pela Unesco, a Unesco tem também comemorado o Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, que acontece no dia 3 de maio, ou seja, um dia depois da nossa reunião de maio. Todo ano, a Unesco divulga, faz um manifesto em relação à questão da liberdade de imprensa ressaltando principalmente a importância do jornalista, da profissão, alertando para a defesa do exercício da profissão de jornalismo e da liberdade de imprensa. Para tanto, eu queria propor que o Conselho fizesse algumas ações, vou entregar para o senhor e circular para todo o Conselho, em comemoração a esse dia: uma delas, no próprio dia 2 de maio, na nossa reunião, convidar o representante da Unesco no Brasil para que ele possa falar sobre essa data; uma manifestação oficial do Conselho de Comunicação reafirmando a importância do Dia Mundial da Liberdade de Imprensa; e propor também que o Conselho solicitasse ao Congresso Nacional, ao Presidente do Congresso, uma sessão solene em homenagem ao Dia Mundial da Liberdade de Imprensa para que possamos reforçar ainda mais essa data e o exercício da profissão.

Vou circular para os senhores. Posso ajudar a propor esse manifesto para que possamos ter uma manifestação bastante veemente do Conselho de Comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Muito obrigado.

Peço que encaminhe à Mesa esse rol de sugestões.

Sua sugestão de que chamemos aqui o representante da Unesco na reunião do dia 2 de maio, próximo, temos espaço na parte da tarde. Podemos fazê-lo? Alguma objeção do Colegiado a que se faça assim? (*Pausa.*)

Então, vamos já adotar como um dos itens da nossa pauta do dia 2 de maio. Os demais itens vou examinar.

Consulto o Conselheiro Ismar e a Conselheira Patrícia, enfim, a quem possa... O Ismar saiu? (*Pausa.*)

Queria sugerir, não sei se pode contribuir a Conselheira Patrícia ou quem mais, mais do que discutirmos o tema, essa ligação comunicação e educação no seminário de novembro, de alguma forma, fazermos inserir nesse evento, em uma interlocução com a Intercom. Talvez fosse fundamental.

Conselheiro Ismar, estou sugerindo aqui, em sequência ao que V. Exª trouxe há pouco no que se refere a discutirmos educação e comunicação em novembro, que V. Exª nos ajude a inserir o Conselho de Comunicação nesse evento que vai se realizar para que de alguma forma o Conselho esteja presente lá. Isso é importante para o nosso Colegiado.



(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Que V. Ex^a nos ajude a não só debatermos o tema, como foi proposto aqui, mas a nos inserir como colegiado no evento que vai haver em novembro...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Nos inserir, inserir o Conselho de Comunicação Social em um painel, em uma parte desse evento. V. Ex^a pode cuidar disso?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Por favor, me reportando para que eu direcione o encaminhamento. Pode ser? *(Pausa.)*

Perfeito.

Eu aguardo o retorno de V. Ex^a, Ismar.

Conselheiro Fernando César Mesquita.

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA – Sr. Presidente, acho importante registrar e comemorar os 20 anos de implantação e de funcionamento da TV Senado. A TV Senado, que foi um projeto do Senador Sarney, pelo qual fui incumbido de elaborar, implantar e, como Diretor da Comunicação do Senado, fiz funcionar. Acho que o Conselho poderia fazer uma manifestação, uma moção ao Presidente do Senado e à própria direção da TV Senado pelo reconhecimento aos serviços prestados. Ela foi pioneira na TV legislativa no Brasil, hoje nós temos TVs legislativas na Câmara, em todas as Assembleias Legislativas, Câmaras Municipais, no Judiciário. Foi uma iniciativa pioneira. Acho que foi um grande serviço prestado à democracia representativa.

A TV Senado, hoje, talvez seja o único veículo que dá ampla cobertura aos trabalhos do Conselho de Comunicação Social. Quando não está havendo reunião do Plenário, a TV Senado está transmitindo as sessões do Conselho de Comunicação Social. Hoje, a TV Senado está em 19 capitais, está no YouTube, está em todas as antenas parabólicas. Portanto, o Brasil, hoje, sabe o que o Senado faz. Da mesma maneira que a TV Câmara – que seguiu o modelo do Senado – está também fazendo.

Então, sugiro que o Conselho faça uma manifestação, uma moção ao Presidente do Senado, em reconhecimento aos relevantes serviços que a TV Senado tem prestado à democracia representativa no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Alguma objeção quanto a essa importante proposta? *(Pausa.)*

Eu peço então à Assessoria que prepare o expediente a ser encaminhado aos membros da Mesa Diretora do Senado e ao Diretor de Comunicação do Senado. Não é isso?

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA – À direção da TV Senado, porque são os 20 anos da TV Senado.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Então, ao Diretor de Comunicação e ao Diretor da TV.

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA – Não, ao Presidente do Senado e pode ser ao Diretor de Comunicação.



O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – A todos eles. Estou determinando a todos os membros da Mesa Diretora, ao Diretor de Comunicação do Senado e ao Diretor da TV Senado, que são figuras distintas, não é? Para dar maior dimensão.

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA – A propósito, para não perder a oportunidade, gostaria de registrar que, a não ser a TV Senado, a maioria dos veículos de comunicação do País ignora solenemente o Conselho de Comunicação Social.

Então, decisões importantes são tomadas aqui. O Ronaldo fez dois grandes trabalhos que foram reconhecidos até pelo Supremo e, praticamente, foram os únicos trabalhos que mereceram algum destaque na imprensa que não é na imprensa pública. A Rádio Nacional, a Radiobrás também. Fora isso, o Conselho de Comunicação é solenemente ignorado pela imprensa privada no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eu tomo essa sua ponderação, que de certa forma é crítica construtiva, como um alerta aos nossos companheiros vinculados aos veículos de comunicação como um todo e aos jornalistas, inclusive, para que revertamos esse quadro de desconhecimento quanto às atividades importantes.

Vejam, hoje foi um dia altamente produtivo. Uma sessão acredito que altamente produtiva. Por isso eu disse há pouco: precisamos encontrar um ponto específico para a curiosidade da imprensa e dos próprios companheiros.

Muito obrigado, Conselheiro.

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA – Só se o Conselheiro agredir outro fisicamente vai ser divulgado. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Não vai acontecer, tomara que não.

O Conselheiro Nascimento Silva é o último inscrito que tenho da tarde. V. Ex^a estava aí com o dedo em riste...

O SR. NASCIMENTO SILVA – É para agredir alguém. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Espero que não.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Eu quero aproveitar só para falar sobre esse tema. Só para solicitar aos donos da comunicação no Brasil – não vou dizer que estou olhando para um – que convoquem as suas equipes de comunicação para ser pauta em suas TVs, mesmo que sejam com eles falando sobre esses assuntos. Porque, muito dificilmente, um jornalista tem liberdade de pautar temas como os que são discutidos aqui no Conselho de Comunicação Social e colocar o Mesquita para falar.

E falo de você, Negão? Tudo bem. (*Fora do microfone.*)

Bom, mas é isso.

Hoje foi um dia extremamente importante, valoroso, produtivo, deu-me prazer em estar aqui hoje. Sempre me dá prazer vir aqui, tomar porrada, enfim, mas hoje foi legal.

O Ceneviva colocou uma questão de que a gente fica fazendo militância dos nossos grupos, militâncias corporativas, e, muitas das vezes, esquecemos da sociedade que está lá fora. E a gente vai, aos poucos, pelo menos, neste mandato, com a direção do Presidente, belíssima direção, tocando o barco.

No dia 8, foi-me solicitado que fosse incluído na pauta um espaço para que o Conselho de Comunicação Social discutisse a questão de um radialista do Mato Grosso – e olha só, hoje, a gente está falando sobre agressão, sobre violência. Esse radialista, que exerce a sua profissão há pelo menos 30 anos, Gilberto Piu Piu, como é conhecido, procurou o sindicato, o Sintert de Mato Grosso, para denunciar o atentado que sofreu. Ele e a esposa foram vítimas de um homem armado, que desferiu, contra eles, vários tiros, e, por sorte, nenhum disparo acertou o alvo.



Eu não coloquei na pauta para discussão porque é mais um caso para a gente estar falando, já falamos de tantos, mas eu solicitaria aos demais Conselheiros uma moção, alguma coisa nesse sentido para o sindicato, dizendo para esse profissional que nós estamos preocupados, sim, e que nós vamos fazer o que for possível para que, no futuro, a violência com os profissionais da comunicação diminua ou acabe definitivamente. Era isso que eu queria.

O outro tema é com relação à TV Alterosa, de Minas Gerais, retransmissora do SBT. Ela não paga e está devendo ainda o 13º, não paga Fundo de Garantia, está devendo ao governo, está fechando as portas. Eu queria uma manifestação deste Conselho, porque não é por falta de dinheiro, é por falta de administração. Portanto, está um caos em Minas Gerais, os trabalhadores parando, todos os dias, pelo menos duas horas por dia, para envolver a sociedade nessa situação, que é lastimável: falta de salário, 13º atrasado. Foram feitas já 31 reuniões com os responsáveis da TV Alterosa e, até agora, nenhuma resposta. O que eles dizem é que não há dinheiro. E eu não gostaria que acontecesse com a TV Alterosa o que aconteceu com a Rede Manchete.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Alguém pretende se manifestar sobre a proposta especificamente? Vamos debatê-la? (*Pausa.*)

Alguém pretende? Conselheiro Roberto Franco? (*Pausa.*)

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – Acho que, inclusive, como funcionário do SBT – e a Rede Alterosa é afiliada do SBT – acho que nós estamos trazendo ao Conselho assuntos estranhos ao Conselho, do ponto de vista dessa relação que existem outras instâncias para tratar do tema.

As afirmações feitas pelo Nascimento necessitariam de comprovações, e existem lá instituições no Estado de Minas Gerais que estão tratando do assunto e a própria emissora que sempre prestou excelentes serviços ao Estado e à comunicação.

Eu acho que trazer assuntos como esse carecia, então, de a gente inovar o Conselho e trazer temas semelhantes de tantas outras relações e de tantos outros problemas que acontecem e que aqui nós não temos nem a comprovação desses problemas. Então, entendo o manifesto do Nascimento como uma pessoa ligada ao sindicato, ligada ao radialista, mas eu acredito que não cabe a este Conselho tratar dessa questão.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eu tenho dúvidas, inclusive, em que termos eu poderia proferir, como Presidente do Conselho, alguma manifestação. Eu não posso fazer algum tipo de afirmação sobre fato de que eu não tenha – é claro, não colocando em xeque – as informações. As que me vieram há pouco foram prestadas pelo Conselheiro Nascimento. Em que termos V. Exª quer formalizar uma proposta nesse sentido para que eu traga algo concreto ao Conselho em uma próxima discussão, em uma próxima sessão, na próxima, quem sabe?

O SR. NASCIMENTO SILVA – Nós podemos reportar isso, e eu posso, inclusive, solicitar à direção da Fitert e à direção do Sintert de Minas Gerais uma posição sobre o caso e trazer para fazer a avaliação.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – E me encaminhar. Pode ser. Perfeito.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Agora, parece que é uma coisa menor a possível agressão do radialista lá do Mato Grosso...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Do Piu Piu, é porque nós invertemos, começamos pelo outro, V. Exª fez uma proposta objetiva.



O SR. NASCIMENTO SILVA – Então, eu aguardo, eu aguardo.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Quanto ao Piu Piu, alguma sugestão objetiva?

O SR. NASCIMENTO SILVA – Eu acho que nós já fizemos aqui algumas moções sobre essas questões de violência. No caso...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Mas violência foi objeto específico de manifestação genérica há pouco.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Sim, mas aí não foi específica a esse caso, porque é a primeira do ano, dia 8 de fevereiro, já começou. Quer dizer...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Como é que foi o ato?

O SR. NASCIMENTO SILVA – Porque se eles tivessem morrido, aí a consternação seria outra, não é. Ah, ele morreu! Então, vamos esperar eles morrerem para a gente fazer alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Não, não é disso que se cuida.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Não, não precisa.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Não é disso que se cuida e eu só pergunto se V. Exª tem uma proposta objetiva quanto a alguma ação nesse ponto. No ponto anterior V. Exª vai me encaminhar via Fitert e está encaminhado. E neste ponto do Piu Piu?

O SR. NASCIMENTO SILVA – Pois é, eu queria, inclusive, que fossem manifestações dos demais companheiros com relação à violência, já que a gente estava falando sobre violência hoje – pensar juntos. Tanto é que era para colocar na pauta e eu não coloquei, eu só coloquei no final da reunião exatamente para a gente... Eu estou pensando alto aqui sobre o que fazer, porque, corporativamente, eu estou olhando só o meu umbigo porque é um radialista. Se eu fosse jornalista e ele fosse jornalista, eu ia falar porque é um jornalista.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – A manifestação há pouco produzida sob a relatoria do eminente Conselheiro Celso Schröder contempla genericamente, em uma perspectiva mais ampla, a questão da violência contra profissionais de comunicação, no que se insere o radialista a que V. Exª se refere agora, de modo que eu penso que esta manifestação do Conselho não é pontual, mas ela já está satisfeita, não?

O SR. DAVI EMERICH – Sr. Presidente, talvez uma saída seria encaminhar para o respectivo sindicato uma comunicação...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – O parecer há pouco proferido.

O SR. DAVI EMERICH – ... de que o Conselheiro Nascimento ponderou hoje, na última reunião, que houve uma agressão, tal e tal, e encaminhamos em anexo o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – O parecer.

O SR. DAVI EMERICH – E aí eu acho que a gente resolve isso.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Aí encerra.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – V. Exª adere, satisfaz-se com essa proposta?

O SR. NASCIMENTO SILVA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eu encaminho, então, à assessoria para que assim o faça.

Mais alguma manifestação das senhoras e senhores conselheiros? Sociedade civil presente, aos quais agradeço, aos nossos visitantes, mais alguém?



**DOCUMENTOS PERTINENTES À 2ª REUNIÃO (ORDINÁRIA) DE 2016 DO
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, REALIZADA EM 15 DE FEVEREIRO DE
2016.**

1. Lista de presença dos membros;
2. Parecer nº 1, de 2016 – CCS, com seu respectivo anexo.



CONGRESSO NACIONAL
Conselho de Comunicação Social

Reunião: 2ª Reunião do CCS

Data: 15 de fevereiro de 2016 (segunda-feira), às 14h

Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - CCS

TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	
Walter Vieira Ceneviva	1. Paulo Machado de Carvalho Neto
Representante das empresas de televisão (inciso II)	
José Francisco de Araújo Lima	1. Márcio Novaes
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	
Marcelo Antônio Rech	1. Maria Célia Furtado
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	
Roberto Dias Lima Franco	1. Liliana Nakonechny
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	
Celso Augusto Schröder	1. Maria José Braga
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	
José Catarino do Nascimento	1. Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	
Sydney Sanches	1. Jorge Coutinho
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	
Pedro Pablo Lazzarini	1. Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva
Representante da sociedade civil (inciso IX)	
Ronaldo Lemos	1. Patrícia Blanco
Miguel Ângelo Cançado	2. Ismar de Oliveira Soares
Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira	3. Murillo de Aragão
VAGO	4. Aldo Rebelo
Fernando César Mesquita	5. Davi Emerich



CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO CONGRESSO NACIONAL

PARECER Nº 1, DE 2016 – CCS
(Altera do Parecer nº 8, de 2014 – CCS)

OBJETO DE ANÁLISE

PL 743/2011

Autor: Marcelo Crivella - PRB/RJ.

Ementa: Acrescenta artigo 166-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n. 5452, de 1º de maio de 1943, para determinar o fornecimento de coletes a prova de bala e Equipamentos de Proteção Individual – EPI's aos profissionais do Jornalismo.

PL 2658/2011

Autor: Lindomar Garçon - PV/RO.

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade dos órgãos de comunicação social fornecerem coletes a prova de bala, com as especificações técnicas descritas, para os seus funcionários que façam cobertura jornalística de operações policiais.

PLS 699/2011

Autor: Vital do Rêgo - PMDB/PB.

Ementa: Disciplina a utilização de coletes a prova de bala por profissionais que fazem cobertura jornalística e acompanham operações policiais.



CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO CONGRESSO NACIONAL

RELATO

Cuida o presente de alteração do Parecer nº 8, de 2014 – CCS, que trata da análise e consideração de proposta legislativa de medidas relativas à proteção dos profissionais de comunicação social e do fornecimento de coletes a prova de bala (PL 743), a obrigatoriedade de seu fornecimento por parte dos órgãos de comunicação social (PL 2658) e também disciplina o seu uso por profissionais de comunicação social quando da cobertura jornalística e o acompanhamento de operações policiais (PLS 699).

PARECER

A sociedade contemporânea é conhecida como a sociedade da informação e do conhecimento, daí a importância do trabalho realizado pelo conjunto dos diferentes profissionais da comunicação. Sua fundamentação reside, sobretudo, na natureza desse fazer cuja sustentação se apoia no princípio da liberdade de expressão. Esta se constitui não só em um direito individual em si mesmo, mas ao se potencializar pelos meios de comunicação assume o caráter de direito coletivo. Lembramos aqui Hannah Arendt, quando apresenta um conjunto de argumentos a nos ensinar que não somos só no singular, mas sim, somos no plural. Esta concepção é, aqui, especialmente importante. Assim, é por meio das diferentes atividades dos profissionais da comunicação que esse direito – a liberdade de expressão – adquire dimensões sociais, atinge dimensões públicas e faz com que o debate de ideias e de fatos relevantes à Nação seja do conhecimento de todos e que a cidadania brasileira possa efetivamente se inserir no encaminhamento de soluções às questões nacionais. Na verdade, trata-se aqui de um trabalho cujo objeto dos processos de produção, consumo e divulgação de informações conferem a essa atividade a condição de bem público de valor social, político e econômico. Daí o seu papel e relevância no tempo presente. Talvez por essa significação no conjunto das relações que se estabelecem entre os diferentes agentes sociais é que esse trabalho e o conjunto dos seus profissionais são, hoje, objeto de atentados, de riscos e de violências. Estas se fazem presentes, no Brasil, na América Latina e no mundo. Sem dúvida, pelo caráter de universalidade da atividade de comunicação e pela sua natureza, os profissionais passam, atualmente, por inúmeras situações de risco. Isso tem provocado muitos questionamentos, advindos de diferentes direções, colocando a pergunta: será esta uma profissão de risco? Apesar de sua aparente afirmação, há uma consciência bastante disseminada e fundamentada de que a violência atualmente constatada junto aos profissionais da área não é natural, não é intrínseca à profissão. A ocorrência de riscos e atos violentos acontece em determinadas ocasiões, nas quais os profissionais são expostos a situações de vulnerabilidade, muitas delas de caráter mais amplo e social, cuja exposição a essas situações ocorrem sem que sejam adotadas medidas



CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO CONGRESSO NACIONAL

mitigatórias do risco e sem as devidas ações de proteção ao exercício da atividade profissional.

Vejamos aqui alguns números que nos auxiliam no dimensionamento e nas características das diferentes situações vividas pelos homens e mulheres dedicados a essa profissão.

Antes, porém, é interessante que seja lembrado que a questão do risco e da violência aos profissionais da área está historicamente relacionado de forma restrita às coberturas de guerras e de conflitos sociais explícitos, ainda hoje observados. Trata-se, aqui, muito especialmente de focar a questão sob o ângulo da escalada da violência aos profissionais, em trabalho junto a situações sociais de conflitos, de disputas e do cotidiano, seja nas áreas urbanas ou rurais, nas grandes metrópoles e nas pequenas cidades, nos centros urbanizados e nas periferias, de norte a sul do Brasil e de outros países. Este certamente não é um problema só da sociedade brasileira!

A Federação Internacional de Jornalistas (FIJ), com um afirmativo grau de certeza, aponta que atualmente existem mais de 100 jornalistas presos em todo mundo. Informa que o país que detém o maior número de jornalistas presos é a Turquia, e que o argumento do governo turco é sempre o mesmo: os jornalistas estão envolvidos em ações separatistas dos curdos. São, portanto, caracterizados como terroristas; muitos estão encarcerados e, um grande número deles, há muito tempo.

Ainda, a FIJ registra que 108 jornalistas e outros profissionais da comunicação foram mortos em 2013, cujos números maiores por região, em ordem decrescente, se apresentam da seguinte forma: Ásia/Pacífico 29%; Oriente Médio/ Mundo Árabe 27%.

Em 2013, a Síria registrou o maior número de casos de assassinatos com 15 vítimas. O Iraque apareceu em segundo lugar com 13, o Paquistão, as Filipinas e a Índia com 10 casos e o Egito com 6 assassinatos. Observa-se que praticamente em todos esses países há conflitos declarados e graves.

Os números da violência são expressivos tanto em termos internacionais como em termos nacionais, como adiante veremos. Entretanto, a falta de padronização, de sistematização e atualização permanente, bem como das diferentes metodologias utilizadas e da falta de uma maior interação entre os múltiplos agentes, instituições, organizações a coletar e a registrar os dados e a trabalhar na busca e na análise das informações, tornam difícil uma clara e qualificada visão das situações encontradas, como também apresentam controvérsias nas considerações. Entretanto, salientamos aqui algumas estatísticas apresentadas em relação à violência contra Jornalistas, Radialistas e outros Comunicadores, apresentadas por entidades dos trabalhadores e das empresas de comunicação ao CCS.



CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO CONGRESSO NACIONAL

Os dados referem-se a casos de violência aos profissionais da área provenientes de relatórios que explicitam situações graves como assassinatos de profissionais, sequestros, agressões, intimidações e medidas judiciais. É nesta direção que a ABERT apresentou dados em que salienta a estatística lamentável que é o número de mortes de profissionais, ou seja: em 2010 - duas; em 2011 - seis; em 2012 - sete; em 2013 - quatro; e, em 2014, cinco registros de morte de profissionais.

Em 2013, com relação a casos de violência à atividade dos jornalistas a ABERT registrou de forma detalhada 136 casos de violação à atividade jornalística, o que significa um aumento de praticamente três vezes em relação às violações das atividades jornalísticas registradas em 2012, quando ocorreram “apenas” 50 casos.

Outra informação importante são os registros de ataques às emissoras, depredação de equipamentos, carros, unidades móveis, cujos dados revelam um crescimento de 170% nas violações de um ano para o outro: 2012 a 2013.

Já a Federação Internacional dos Jornalistas (FIJ) indicou que, em 2013, o Brasil registrou o assassinato de 5 profissionais da comunicação. Destes, dois são jornalistas, dois são radialistas e um diretor de um jornal. As investigações até o momento apontam que um jornalista e dois radialistas foram assassinados efetivamente em razão do seu exercício profissional. São eles o jornalista Rodrigo Neto, de Minas Gerais, que denunciou um esquema de extermínio no Estado; o radialista Mafaldo Bezerra e o diretor de jornal José Roberto Ornelas.

Em 2014, segundo dados da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), foram registrados três assassinatos de jornalistas. Também foram assassinados três radialistas e um blogueiro. Em 2015, conforme dados da FENAJ, dois jornalistas, cinco radialistas, dois blogueiros e dois comunicadores populares foram assassinados no país. Outros 135 casos de agressões a jornalistas foram registrados, desde agressões verbais à ameaças de morte e atentados.

Os dados acima e outros tantos divulgados em notícias, informativos, debates, conferências e estudos mostram que os profissionais da comunicação social têm sido submetidos a vários riscos e que, correlata a sua atuação profissional, como em outras profissões, há risco iminente de morte em serviço e/ou decorrência de sua atuação profissional, como no caso de assassinato, ou ainda, de danos a sua integridade física e psicológica. Sendo assim, o perigo e o risco no exercício da profissão da área deixou de ser algo restrito das zonas de guerra e conflitos sociais, como em tempos outros, e chegou atualmente à cobertura diária.

Tal violência cotidiana que observamos não é natural e tem causas concretas que, invariavelmente, atentam contra a liberdade de expressão e de imprensa, assim como ao direito constitucional de todos terem acesso à informação de qualidade e pertinente



CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO CONGRESSO NACIONAL

à realidade dos fatos. Outrossim, como os dados apresentados também mostram, o número de atentados, riscos e violências aumentou. E de modo especial pode-se observar esse movimento diante de um novo fenômeno que marcou o Brasil a partir de 2013. E o que é esse novo fenômeno? Um grande número de ameaças e agressões sofridas por jornalistas e outros profissionais da comunicação, que foram atingidos durante a cobertura de manifestações populares públicas, principalmente nas chamadas “Jornadas de Junho”. Esse fenômeno, que começou em 2013, perdurou em 2014 e 2015, ano no qual foram registradas 49 agressões físicas a jornalistas, sendo 15 delas em manifestações populares de rua ou protestos de categorias profissionais, como taxistas, professores e caminhoneiros, segundo acompanhamento da FENAJ.

Os números são reveladores de uma realidade bastante cruel e de insegurança profissional e social a exigir urgentes, eficientes e eficazes ações do Estado brasileiro. Mas, tão importante quanto essas ações políticas, é o conhecimento e identificação de quem são os atores desses atos presentes em diferentes territórios do país. E, ainda, como se caracterizam, de onde são provenientes e como se configuram.

É incrível que tais agressões, ameaças e atos violentos não tenham partido de traficantes, bandidos ou políticos corruptos, mas sim, de policiais e manifestantes a quem a imprensa sempre serviu e cujas tarefas profissionais buscam atender o legítimo direito ao trabalho e o seguro de obter informações para divulgá-las junto ao conjunto da sociedade. Suas causas, como ficou evidente nas “Jornadas de Junho”, em grande parte se relacionam à não aceitação dos princípios democráticos, sobretudo, no que se refere à exposição do contraditório e a prevalência do interesse público, em detrimento ao interesse privado, característica essa própria ao trabalho de comunicação social.

Diante desses fatos, da sua amplitude e complexidade, a FIJ há dois anos foi à ONU solicitar manifestação, bem como medidas e orientações aos Estados-membros, visando o tratamento do tema com a sua qualificação como uma questão de Estado. A resposta foi positiva e, em dezembro de 2013, a ONU aprovou o dia 2 de novembro como o Dia Internacional pelo fim da impunidade e lançou um plano de promoção à segurança dos profissionais de comunicação no exercício de suas atividades, para além das situações de conflitos e guerras. Esse plano apresenta um conjunto de recomendações dirigidas aos Estados-membros, às empresas de comunicação, às entidades e às organizações representativas dos profissionais da comunicação e ONGs que atuam na proteção dos mesmos.

Portanto, há muito o que se fazer. Nesse sentido, é o momento da Comissão de Liberdade de Expressão e Participação Social apresentar junto ao plenário do Conselho de Comunicação Social sugestões e recomendações visando o combate a



CONGRESSO NACIONAL

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO CONGRESSO NACIONAL

essas situações acima pontuadas, as quais revelam a grande complexidade e abrangência do tema. O que por sua vez nos leva também a identificar a pouca efetividade das medidas e ações até o momento existentes e os limites das propostas relativas aos PLs aqui em voga e reforçar a convicção de que o compartilhamento de responsabilidades sobre o enfrentamento de tais atos de violência, entre o poder público - Executivo e Legislativo -, as empresas, os profissionais e a sociedade, se constituem no caminho para construção de propostas e ações.

Daí as seguintes recomendações advindas de diferentes oitivas e fruto de discussões e debates ocorridos no contexto deste fórum:

- 1) Conhecer, caracterizar e tipificar os atos de violência praticados em relação aos profissionais de Comunicação Social, bem como suas origens;
- 2) Promover a organização e a compatibilização dos diferentes sistemas de informações e registro de dados, visando a sua permanente atualização, padronização e uso universal;
- 3) Incentivar e apoiar, estudos, análises, reflexões, debates que permitam a construção de um conhecimento técnico-científico aplicado à questão;
- 4) Estabelecer programas de qualificação e treinamento das polícias, buscando assim qualificar o seu trabalho - especialmente no que se refere a sua atuação em grandes eventos - como uma atividade de proteção e respeito ao direito de manifestação e participação social;
- 5) Construir um diálogo efetivo produtivo e célere entre todos os diferentes atores vinculados à questão em pauta, no sentido da elaboração de políticas públicas de proteção ao bom desempenho das atividades dos profissionais da comunicação com a elaboração de instrumentos concretos à sua real efetividade.

Destaca-se especialmente nesses processos o papel de liderança, transparência e coordenação a ser exercido pelo Estado através de suas instâncias específicas e inerentes às questões postas pelo tema.



CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO CONGRESSO NACIONAL

Conclusão

O CCS sugere a análise, elaboração e adoção de políticas públicas e ações visando a implementação das propostas acima, e aponta como primeiras medidas a criação do Observatório da Violência contra Comunicadores, no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, e a criação de um protocolo de atuação para as polícias, no âmbito do Ministério da Justiça.

O CCS, a despeito dos limites das propostas apresentadas, quanto à sua efetividade positiva, recomenda a sua aprovação.

O CCS reitera sua posição contrária a todo e qualquer tipo de violência contra os profissionais da comunicação.

É o parecer.

Brasília, 15 de fevereiro de 2016.


Celso Augusto Schröder
Relator



CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – CCS
LISTA DE VOTAÇÃO

Item: PARER N° 1, DE 2016 - CCS

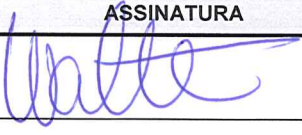
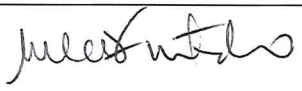
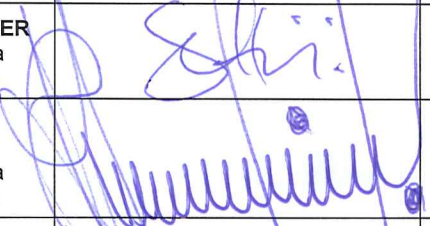
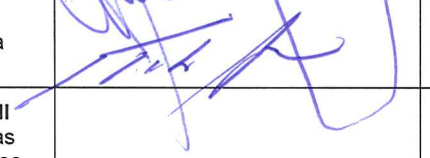
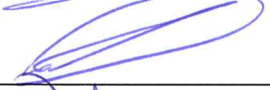
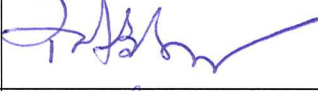
Reunião: 2ª Reunião (Ordinária) do CCS

Data: 15 de fevereiro de 2016 (segunda-feira), às 14h

Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6

Presidente: MIGUEL ÂNGELO CANÇADO

Vice-Presidente: RONALDO LEMOS

TITULARES	ASSINATURA	SUPLENTE	ASSINATURA
WALTER VIEIRA CENEVIVA Representante das empresas de rádio		PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	
JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA Representante das empresas de televisão		MÁRCIO NOVAES	
MARCELO RECH Representante de empresas da imprensa escrita		MARIA CÉLIA FURTADO	
ROBERTO FRANCO Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social		LILIANA NAKONECHNYJ	
CELSO AUGUSTO SCHRÖDER Representante da categoria profissional dos jornalistas		MARIA JOSÉ BRAGA	
JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO Representante da categoria profissional dos radialistas		ANTÔNIO CORTIZO	
SYDNEY SANCHES Representante da categoria profissional dos artistas		JORGE COUTINHO	
PEDRO PABLO LAZZARINI Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo		LUIZ ANTONIO GERACE	
RONALDO LEMOS Representante da sociedade civil		PATRÍCIA BLANCO	
MIGUEL ÂNGELO CANÇADO Representante da sociedade civil		ISMAR DE OLIVEIRA SOARES	
MARCELO CORDEIRO Representante da sociedade civil		MURILLO DE ARAGÃO	
VAGO		ALDO REBELO	
FERNANDO CESAR MESQUITA Representante da sociedade civil		DAVI EMERICH	

VISTO:


Presidente

em 15 de fevereiro de 2016.



RELATÓRIO 2015

VIOLÊNCIA

CONTRA JORNALISTAS E LIBERDADE
DE IMPRENSA NO BRASIL

FENAJ
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS

70
ANOS
EM DEFESA
DO JORNALISMO
E DOS JORNALISTAS

Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ

SCLRN 704 – Bloco F, Loja 20

CEP: 70.730-536 Brasília-DF

Fax: (61) 3244-0650/ 3244-0658

E-mail: fenaj@fenaj.org.br

Site: www.fenaj.org.br

Realização

Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ

Pesquisa

Maria José Braga

(com colaboração dos Sindicatos de Jornalistas)

Análise e Redação

Laura Santos e Maria José Braga

Edição

Maria José Braga

Projeto Gráfico e Editoração

Michele Bagestão

Brasília – Brasil

Janeiro 2016

SUMÁRIO

Apresentação	6
A violência contra jornalistas no Brasil	8
A violência por Região e Estado	10
A violência por gênero	12
A violência por tipo de mídia	14
Quem são os agressores	16
Relato de Casos	18
Assassinatos	20
Agressões físicas	24
Agressões verbais/Injúrias raciais	30
Ameaças/Intimidações	32
Atentados	36
Censura	38
Cerceamentos à liberdade de imprensa por ação judicial	39
Impedimentos ao exercício profissional	41
Prisões/detenções	43
Violência contra a organização sindical	45
Considerações finais	46



APRESENTAÇÃO

O Jornalismo, como forma de conhecimento imediato da realidade, está ameaçado no Brasil e no mundo. As ameaças são diversas e uma delas é a insegurança dos profissionais jornalistas, vítimas constantes da violência. Jornalistas de todo mundo têm sofrido ameaças, agressões e, em muitos casos, tem pagado com a vida o alto preço por defender o interesse público e dar voz a quem precisa.

A Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ recorrentemente tem denunciado que jornalistas agredidos, ameaçados e/ou amedrontados, assim como sem condições dignas de trabalho, ficam limitados em sua missão profissional. A busca da verdade e a difusão das informações relevantes para as sociedades exigem a garantia das liberdades de expressão e de imprensa, bem como das condições materiais necessárias para o exercício do Jornalismo. Essas garantias ainda são metas e não conquistas.

Em relação à violência, 2015 foi mais um ano perverso para os jornalistas, no Brasil e no mundo. Segundo dados da Federação Internacional dos Jornalistas (FIJ) 109 profissionais foram assassinados em 30 países. No Brasil, houve duas mortes e outros 135 casos de violências, que vão desde agressões físicas a cerceamento da liberdade de imprensa por meio de ações judiciais.

O jornalista Evany José Metkzer foi assassinado em Minas Gerais e o jornalista paraguaio Gerardo Seferino Servián Coronel foi assassinado em Ponta Porã (Mato Grosso do Sul). Além dos dois jornalistas, foram vítimas de homicídios cinco radialistas, dois blogueiros e dois comunicadores populares. Todas essas mortes tiveram característica de crimes por encomenda,

em que pistoleiros são a mão que executa, mas há um mandante por trás.

Esse é um tipo de violência recorrente no Brasil, alimentada pela impunidade. Historicamente, poucos casos foram desvendados e poucos criminosos punidos. Dos assassinatos de jornalistas e outros comunicadores ocorridos em 2015, apenas em um caso – do radialista Gleydson Carvalho – os assassinos e os mandantes foram identificados e foram denunciados pelo Ministério Público.

A FENAJ e os Sindicatos de Jornalistas, durante todo o ano denunciaram os casos de violência contra jornalistas e pressionaram para que houvesse apuração e punição dos culpados. Também cobraram das autoridades da segurança pública, em nível federal e estadual, e das empresas empregadoras a adoção de medidas de proteção aos profissionais.

Mais uma vez, terminado o ano a FENAJ cumpre sua missão de tornar público os casos de violência contra jornalistas e também os casos de assassinatos de outros comunicadores. Temos a certeza de que a denúncia e a publicização é um importante instrumento de combate a toda forma de agressão à categoria que, na verdade, busca restringir às liberdades de expressão e de imprensa.

A FENAJ e os Sindicatos dos Jornalistas dizem não à intolerância, ao autoritarismo, à prevalência de interesses privados em detrimento do interesse público no Jornalismo e a qualquer forma de violência contra a categoria.

Celso Augusto Schröder
Presidente



A VIOLÊNCIA CONTRA JORNALISTAS NO BRASIL

Os jornalistas brasileiros, historicamente, são vítima de violências como agressões verbais, ameaças, intimidações, censuras e até mesmo assassinatos. Em 2015, os profissionais da área viveram mais um ano violento. Em comparação com 2014, houve aumento no número de casos de violência contra a categoria: foram 137 casos, oito a mais do que os 129 registrados em 2014. O número de assassinatos – a violência extrema – caiu. Em 2014, três jornalistas foram assassinados no Brasil. Já em 2015, houve duas mortes, sendo uma delas de um jornalista estrangeiro.

O jornalista Evany José Metkzer, 67 anos, foi assassinado em Minas Gerais, estado brasileiro onde dois jornalistas foram mortos em razão do exercício profissional no ano de 2013. O jornalista paraguaio Gerardo Seferino Servián Coronel foi assassinado em Ponta Porã, a 200 metros da linha de fronteira com a cidade paraguaia de Pedro Juan Caballero. Servián trabalhava na rádio Ciudad Nueva 103,3 FM, de Santa Pytã, distrito pertencente ao município de Pedro Juan Caballero, mas morava em Ponta Porã (Mato Grosso do Sul).

Uma questão muito preocupante, em 2015, foi o crescimento do número de assassinatos de outros profissionais da comunicação. Radialistas, comunicadores populares e blogueiros foram vítimas em nove casos de homicídios. Ano passado, foram registrados quatro casos; em 2015, cinco radialistas, dois blogueiros e dois comunicadores populares foram assassinados.

Apesar de constarem nos relatos de casos deste Relatório para registro, esses casos não são somados aos números totais de ocorrências de violência contra jornalistas, visto que essas vítimas ou pertencem a outra categoria profissional (a de radialistas) ou são comunicadores populares e, portanto, não integram a categoria profissional. Também constam dos relatos, com finalidade de registro, mas sem serem computados, os assassinatos de dois jornalistas sem relação com o exercício profissional do Jornalismo.

Entre as violências sofridas pelos jornalistas em 2015, as agressões físicas (49) foram registradas em maior número. Grande parte delas foi registrada em manifestações de rua, mas em número muito inferior às ocorridas nos anos de 2013 e 2014.

Foram registrados em 2015, 16 casos de agressões verbais, 28 casos de ameaças e/ou intimidações, nove atentados, 13 ocorrências de impedimento do exercício profissional, nove cerceamentos à liberdade de expressão por meio de ações judiciais, oito prisões e ainda um caso de censura.

A categoria dos jornalistas ainda foi vítima de violência, como um todo, em dois casos contra a organização sindical.

A VIOLÊNCIA CONTRA JORNALISTAS



CENSURA 1 CASO	0,73%
ASSASSINATOS 2 JORNALISTAS	1,46%
VIOLÊNCIA CONTRA ORGANIZAÇÃO SINDICAL 2 CASOS	1,46%
PRISÕES/DETENÇÕES 8 CASOS	5,84%
ATENTADOS 9 CASOS	6,57%
CERCEAMENTOS À LIBERDADE DE EXPRESSÃO POR MEIO DE AÇÕES JUDICIAIS 9 CASOS	6,57%
IMPEDIMENTOS AO EXERCÍCIO PROFISSIONAL 13 CASOS	9,49%
AGRESSÕES VERBAIS 16 CASOS	11,68%
AMEAÇAS/INTIMIDAÇÕES 28 CASOS	20,44%
AGRESSÕES FÍSICAS 49 CASOS	35,76%

A VIOLÊNCIA POR REGIÃO E ESTADO

Os casos de violência contra jornalistas brasileiros, assim como nos anos de 2013 e 2014, foram registrados em maior número no Sudeste. Do total de casos (137), 57 foram registrados nos estados da região, o que representa 41,6% das ocorrências.

Dentro da Região Sudeste, o estado de São Paulo foi o mais violento com 24 casos, também repetindo a mesma classificação dos anos anteriores. No Rio de Janeiro foram 16 casos, seguido por Minas Gerais, com 12 ocorrências, e pelo Espírito Santo, com cinco registros de violência contra jornalistas.

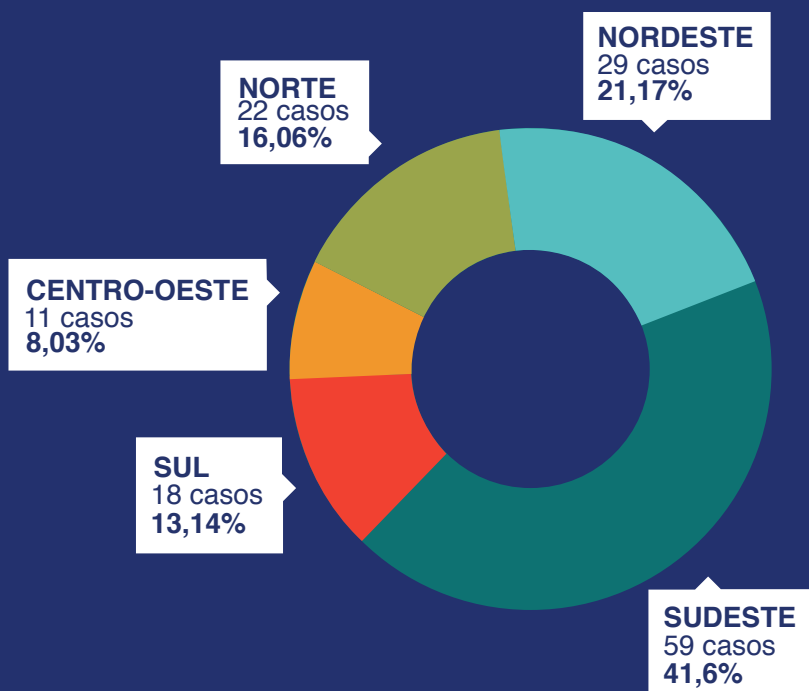
A Região Nordeste foi a segunda mais violenta para os jornalistas em 2015, com o registro de 29 (21,16%) casos contra a categoria. Entre os estados da região, pelo terceiro ano consecutivo, o maior número de casos foi no Ceará (sete). Os estados de Alagoas e Piauí registraram seis casos, cada. Já na Bahia, foram três ocorrências. Em Pernambuco, no Maranhão e na Paraíba foram dois casos e, no Rio Grande do Norte, uma ocorrência.

Na Região Norte, que em 2014 foi classificada como a quarta mais violenta para jornalistas, neste ano apareceu em terceiro lugar. Foram registradas 22 (16,06%) ocorrências. O Pará foi o estado com o maior número de casos: 13 registros. No Tocantins, foram outros quatro casos e, no Amazonas, dois. Já nos estados do Acre, Rondônia e Roraima foi registrado um caso, em cada.

O Sul, que em 2013 foi a localidade menos violenta para os jornalistas, em 2015 ficou na quarta posição, com 18 (13,14%) casos de violência contra a categoria. O maior número de ocorrências foi no Paraná, onde foram registrados nove casos. Em Santa Catarina foram sete ocorrências de violência contra os profissionais do Jornalismo e, no Rio Grande do Sul, duas.

A Região Centro-Oeste registrou 11 casos de violência contra jornalistas (8,03% do total). No estado de Mato Grosso do Sul, foram quatro ocorrências. Outros três casos de violência foram identificados no Distrito Federal e, em Goiás e no Mato Grosso, foram registradas quatro agressões contra a categoria, duas em cada estado.

NÚMEROS DA VIOLÊNCIA POR REGIÃO



NÚMEROS DA VIOLÊNCIA POR ESTADO

A VIOLÊNCIA POR GÊNERO

Apesar de as mulheres serem maioria na categoria dos jornalistas, os casos de violência em razão do exercício do Jornalismo ocorrem com mais frequência com os profissionais do sexo masculino. Esta tendência histórica, registrada nos anos anteriores, repetiu-se em 2015: os jornalistas do sexo masculino foram os mais agredidos.

Nos 137 casos de violência registrados, 105 profissionais do sexo masculino e 19 do sexo feminino foram agredidos. Em 24 casos, os profissionais não foram identificados.

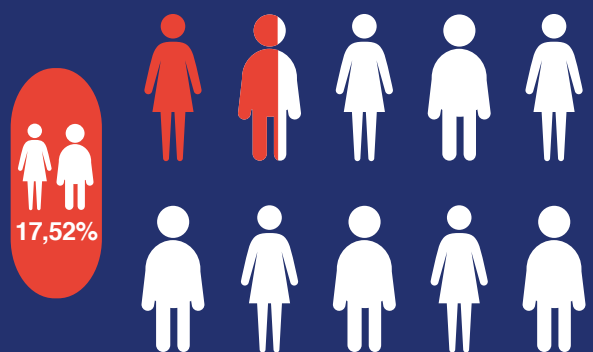
Seguindo a tendência dos anos anteriores, os dois assassinatos de jornalistas registrados no Brasil, em 2015, foram contra profissionais do sexo masculino.

Os casos não identificados representam as ocorrências em que o gênero do jornalista não foi identificado, ou ainda a violência foi contra equipes de profissionais, em que o nome dos jornalistas não foram divulgados.

Na análise da violência contra jornalistas por gênero, o número supera o total dos 137 casos porque, em algumas ocorrências, mais de um jornalista foi agredido.

NÚMEROS DA VIOLÊNCIA POR GÊNERO

 **NÃO IDENTIFICADO – 24 CASOS**



 **SEXO MASCULINO – 105 CASOS**



 **SEXO FEMININO – 19 CASOS**



*O número de casos por gênero é maior do que o total porque, em algumas ocorrências, mais de um profissional foi agredido.

A VIOLÊNCIA POR TIPO DE MÍDIA

Diferentemente da tendência verificada nos últimos anos, que apontava os profissionais de jornal como as principais vítimas da violência, em 2015, os mais agredidos foram os jornalistas que trabalham em televisão. A análise da violência contra jornalistas por local de trabalho, apontou 50 casos de agressões a profissionais de TV, 36,49% do total das ocorrências. Na sequência, estão os profissionais de jornal, com 38 registros de violência (27,74%).

Os repórteres cinematográficos e fotográficos foram as vítimas mais frequentes em razão do exercício profissional do Jornalismo, principalmente, por serem facilmente identificáveis em razão dos equipamentos de trabalho que carregam.

Contra os jornalistas que trabalham na chamada mídia digital (portais/sites/blogs) foram registradas 23 (16,79%) ocorrências de agressão, incluindo um assassinato. O jornalista Evany José Metkzer, assassinado em Minas Gerais, matinha o blog Coruja do Vale. Já o jornalista paraguaio Gerardo Seferino Servián Coronel, assassinado no Brasil, trabalhava em rádio, meio de comunicação do qual sete profissionais (5,11%) foram vítimas em 2015.

Outros cinco casos de violência (3,65%) foram registrados contra jornalistas que trabalham em agências de notícias e assessorias de imprensa ou participam de coletivos de profissionais, agrupados no item Outros. Também foi registrado um caso contra um profissional de revista e outro contra um jornalista sem vínculo empregatício (freelancer).

Em outros 12 casos (8,76%), o local de trabalho do jornalista não foi identificado ou não cabia a identificação (casos de violência contra a organização sindical).

VIOLÊNCIA POR TIPO DE MÍDIA



TV
50 casos
36,49%



JORNAL
38 casos
27,74%



MÍDIA DIGITAL
(sites/portais/blogs)
23 casos
16,79%



RÁDIO
7 casos
5,11%



REVISTA
1 caso
0,73%

OUTROS
5 casos
3,65%



FEELANCER
1 caso
0,73%



**MÍDIA
NÃO
IDENTIFICADA**
12 casos
8,76%

QUEM SÃO OS AGRESSORES

Seguindo a tendência verificada em 2013 e 2014, as agressões contra jornalistas tiveram como principais autores os policiais militares, especialmente nos casos registrados em manifestações de rua. Ao todo, a categoria policial foi responsável por 28 (20,44%), das 137 agressões. Seguranças privados foram os agressores em 4 ocorrências (2,92%)

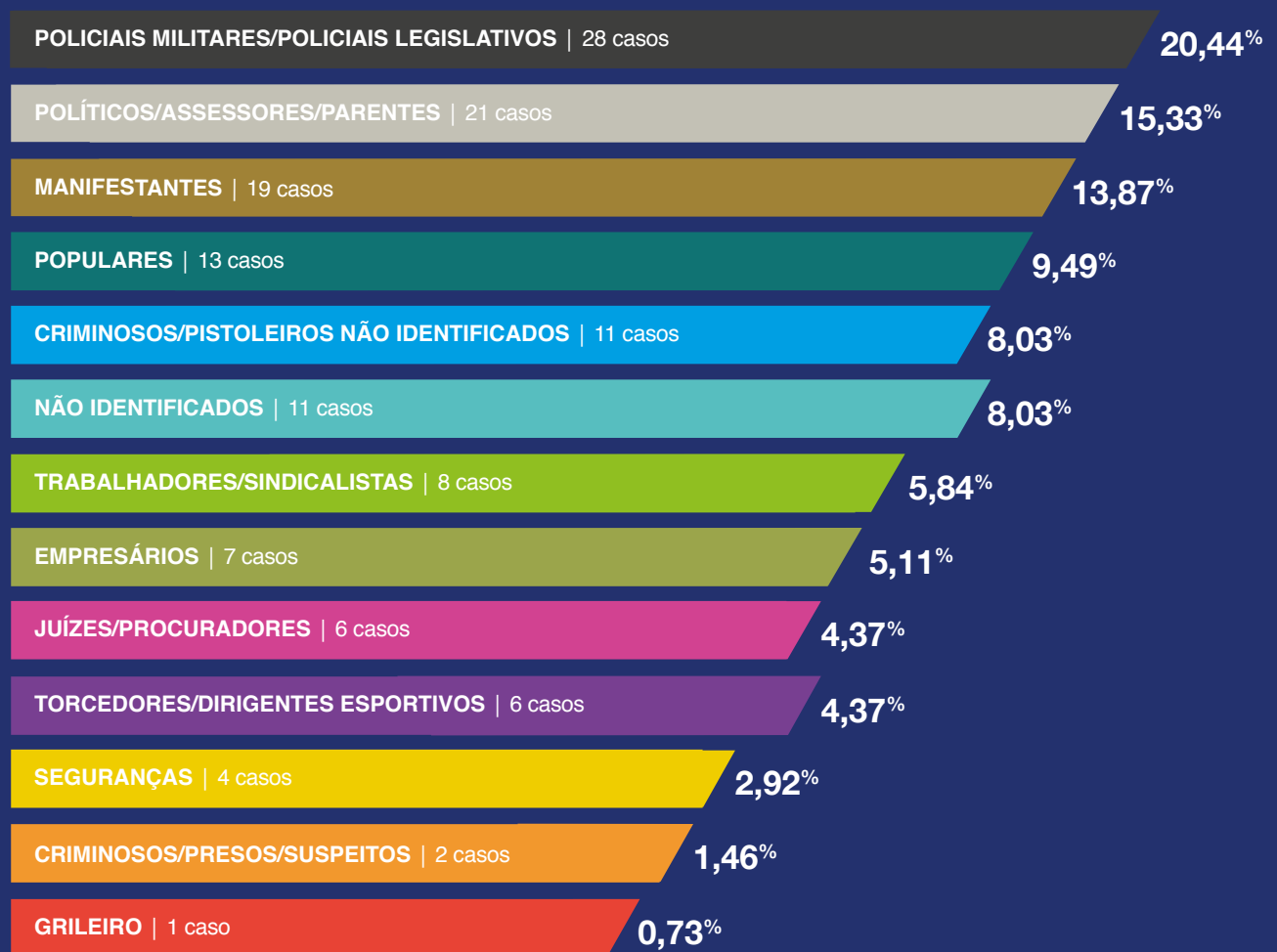
Em segundo lugar, aparecem os políticos/assessores/parentes com 21 (15,33%) ocorrências contra a categoria dos jornalistas. Na sequência, aparecem os manifestantes, com 19 (13,87%) casos. Em quarto lugar estão os populares, com o registro de 13 (9,49%) casos.

Criminosos de aluguel foram os responsáveis diretos pelos dois assassinatos de jornalistas ocorridos no país e também pelos atentados, chegando a 11 casos de violência (8,03% do total). Os criminosos de aluguel também foram os responsáveis diretos pelas nove mortes de outros comunicadores, ocorridas em 2015 e que estão registradas neste Relatório, mas não foram computadas, por não se tratar de violência contra jornalistas.

As agressões contra jornalistas praticadas por trabalhadores/sindicalistas chegaram a oito casos e, praticadas por dirigentes/torcedores esportivos, a seis (4,37%) ocorrências. Procuradores/juízes foram responsáveis por seis (4,37%) casos de violência e empresários por outros sete (5,11%).

Em 11 casos (8,03%) de violência contra jornalistas, os agressores não foram identificados.

OS AGRESSORES





RELATO DE CASOS

ASSASSINATOS

MINAS GERAIS

PADRE PARAÍSO-13 de maio

O Jornalista e blogueiro Evany José Metkzer, 67 anos, que mantinha o blog Coruja do Vale, foi assassinado, provavelmente no dia 13 de maio, quando foi visto pela última vez na cidade de Padre Paraíso, Vale do Jequitinhonha. Seu corpo foi encontrado dia 18 de maio, decapitado e já em estado de decomposição, à beira de uma estrada rural do município.

Evany morava na cidade de Medina e foi a Padre Paraíso a trabalho. Em seu blog, ele divulgava notícias e reportagens políticas e policiais. Segundo familiares, à época do assassinato, ele estava investigando uma quadrilha que aliciava adolescente para a prostituição.

As investigações sobre o assassinato estão sob segredo de justiça. O pedido foi feito pelo delegado Emerson Moraes, chefe da equipe que investiga o crime, e acatado pelo juiz da 1ª Vara da Comarca de Araçuaí, Rucky Bert Biglione. O delegado alegou a complexidade do caso para solicitar o segredo de justiça.

ASSASSINATO DE JORNALISTA ESTRANGEIRO NO BRASIL

MATO GROSSO DO SUL

PONTA PORÃ - 4 de junho

O jornalista paraguaio Gerardo Seferino Servián Coronel, 45 anos, foi assassinado a tiros em Ponta Porã, a 200 metros da linha de fronteira com a cidade paraguaia de Pedro Juan Caballero. Ele trafegava em sua moto em direção ao Paraguai e foi alvejado por dois homens, que também estavam em uma motocicleta.

Servián trabalhava na rádio Ciudad Nueva 103,3 FM, de Santa Pytã, distrito pertencente ao município de Pedro Juan Caballero, mas morava na cidade brasileira.

ASSASSINATOS DE JORNALISTAS SEM RELAÇÃO COM O EXERCÍCIO PROFISSIONAL

MINAS GERAIS

ARAÇUAÍ - 3 de agosto

O Jornalista André Luiz de Sá, 39 anos, assessor de comunicação da Prefeitura de Araçuaí, foi assassinado a pauladas, em sua casa, no bairro de Canoeiros, em Araçuaí, cidade do Vale do Jequitinhonha. Um adolescente de 16 anos, com várias passagens pela polícia por furto, roubo e uso de drogas, confessou o crime à mãe, que o entregou à polícia. Segundo disse, no início da madrugada do dia 3 de agosto aceitou fazer um programa sexual com o jornalista e os dois se desentenderam. O adolescente armou-se com um pedaço de pau e desferiu vários golpes contra André Luiz.

PIAUÍ

JOSÉ DE FREITAS - 2 de outubro

O Jornalista Elson Feitosa da Silva, 38 anos, foi assassinado em José de Freitas (cidade a cerca de 300 Km de Teresina), provavelmente em 2 de outubro, dia em que desapareceu. Seu corpo foi encontrado parcialmente carbonizado, dentro de seu carro, na zona rural do município. Elson atuou em vários portais de notícias da capital do Piauí, mas não estava mais trabalhando no Jornalismo. Tinha se tornado funcionário público na Universidade Federal do Piauí e empresário, mantendo uma loja de roupas esportivas num shopping de Teresina. A polícia identificou três criminosos que teriam praticado latrocínio, sendo um deles ex-namorado do jornalista.

ASSASSINATOS DE OUTROS PROFISSIONAIS DA COMUNICAÇÃO, COMUNICADORES POPULARES E BLOGUEIROS

BAHIA

CONCEIÇÃO DA FEIRA - 23 de maio

O radialista Djalma Santos da Conceição, 54 anos, foi assassinado no início da madrugada do dia 23 de maio, em Conceição da Feira. Conhecido como Djalma Batata, ele apresentava o programa Acorda Cidade na rádio comunitária RCA FM, da cidade do Recôncavo Baiano. Ele foi sequestrado no município de Governador Mangabeira e sofreu torturas antes de ser executado com 15 tiros. Seu corpo foi encontrado no povoado de Timbó.

CEARÁ

BREJO SANTO - 30 de março

O radialista Patrício Oliveira, 39 anos, da rádio Sul Cearense AM, foi assassinado na tarde do dia 30 de março, logo após deixar a emissora, na cidade de Brejo Santo, a cerca de 500 quilômetros de Fortaleza. Ele pilotava sua motocicleta na rua Coronel Ferraz, Centro da cidade. Outra motocicleta emparelhou-se e um dos ocupantes disparou várias vezes. Três tiros atingiram o radialista, que foi levado a um hospital, onde já chegou morto. Ele estava sendo ameaçado, mas não denunciou as ameaças.

PACAJUS - 9 de junho

O radialista e empresário, Francisco Rodrigues de Lima, 62 anos, foi assassinado dia 9 de junho, no estacionamento da rádio FM Monte Mor, na cidade de Pacajus, região metropolitana de Fortaleza. Ele estava estacionando o seu carro, por volta das 10h50, quando dois homens, numa motocicleta, aproximaram-se e atiraram. Francisco apresentava o programa de auto-ajuda Mude sua mente, mude sua vida. Ele também era dono de uma funerária. Seu filho, Francisco Flávio de Lima, foi vítima de uma tentativa de homicídio em 28 de agosto.

CAMOCIM - 6 de agosto

O radialista Gleydson Carvalho, locutor da rádio Liberdade FM, foi assassinado na tarde do dia 6 de agosto, na cidade de Camocim, a 379 quilômetros de Fortaleza. O radialista estava apresentando seu programa chamado Revista Regional, quando o estúdio da rádio foi invadido por dois homens armados, que atiraram três vezes. Gleydson morreu a caminho do hospital.

Ele era conhecido por fazer denúncias contra políticos da região. Pouco antes de ser assassinado, havia comentado no ar e com colegas que vinha recebendo ameaças.

O inquérito policial apontou que o crime foi “premeditado, meticulosamente planejado e que teve motivação política”.

O Ministério Público denunciou nove envolvidos, entre eles os pistoleiros (contratados por R\$ 9 mil) e o tio do prefeito de Martinópole, João Batista Pereira da Silva, conhecido como Batista Dentista, que fez contatos para a contratação dos pistoleiros e os abrigou em sua fazenda. Também foi indiciado Daniel Lennon Almada da Silva, tesoureiro da Prefeitura de Martinópole, que cedeu sua própria motocicleta aos pistoleiros. Martinópole é município vizinho de Camocim.

ESPÍRITO SANTO

CONCEIÇÃO DO CASTELO - 19 de novembro

A presidente da rádio comunitária 87 FM, Soneide Dalla Bernadina, 58 anos, foi assassinada na noite do dia 19 de outubro, em Conceição do Castelo, município localizado na região serrana do Estado. Ela estava dentro do carro esperando um enteado sair de uma aula de música que acontecia no Centro de Referência de Assistência Social (Cras), Centro do município, quando recebeu quatro tiros. Ela morreu na hora e nada foi roubado. O autor do crime, que fugiu a pé, não foi identificado.

MARANHÃO

GOVERNADOR NUNES FREIRE - 13 de novembro

O blogueiro Ítalo Eduardo Diniz Barros foi morto a tiros em Governador Nunes Freire, cidade a 181 quilômetros de São Luís. Ele foi atingido por quatro disparos efetuados por dois homens que estavam em uma motocicleta, em frente a um centro comercial da cidade. O blogueiro estava acompanhado de um amigo que também foi atingido, mas não fatalmente.

Além de manter seu blog, no qual criticava políticos, o blogueiro trabalhava como porta-voz do prefeito Marcel Curió. Poucos dias antes de ser baleado, ele teria dito a colegas que tinha recebido ameaça de morte. Os assassinos não foram identificados.

BURITICUPU - 21 de novembro

O blogueiro Roberto Lano foi morto a tiros na noite de 21 de novembro na cidade de Buriticupu, a 407 quilômetros de São Luís. Ele estava em sua motocicleta, com a mulher na garupa, quando foi interceptado por outro motociclista, que disparou contra sua cabeça e fugiu sem ser identificado. Registrado como Orislano Timóteo Araújo, Roberto Lano, como era conhecido, atuava também como DJ e promotor de eventos. Na última postagem em seu blog fez denúncias contra o prefeito da cidade.

PERNAMBUCO

ITAENGA - 10 de novembro

O comunicador popular Israel Gonçalves Silva, da Rádio Comunitária Itaenga FM, foi morto a tiros na manhã de 10 de novembro. Ele foi abordado dentro de um estabelecimento comercial por dois homens, que efetuaram os disparos e fugiram em uma motocicleta. Israel Silva também era guarda municipal e apresentava, ao vivo, o programa Microfone Aberto, no qual abordava questões de segurança pública. O radialista Silva havia dito em seu programa que estava sendo ameaçado de morte. A polícia prendeu quatro suspeitos.

PARAÍBA

SANTA RITA - 27 de fevereiro

O radialista Ivanildo Viana, da rádio Líder 100,5 FM, foi assassinado a tiros no início da tarde do dia 27 de fevereiro, em Santa Rita, região metropolitana de João Pessoa. Ele trafegava pela BR 230, em sua motocicleta, e foi baleado por dois homens que também estavam em uma motocicleta. Os criminosos não foram identificados.

AGRESSÕES FÍSICAS

ALAGOAS

MACEIÓ - 2 de fevereiro

O jornalista Janilton da Silva, repórter fotográfico da TV Pajuçara (afiliada da Rede Record) foi atingido por pedras, durante cobertura de protesto de transportadores escolares e estudantes da rede estadual de ensino. O fato aconteceu na avenida Fernandes Lima, em frente ao Centro Educacional Antônio Gomes de Barros (CEAGB), bairro do Farol. As pedras foram lançadas pelos manifestantes.

MACEIÓ - 23 de março

O jornalista Wellington Soares, repórter cinematográfico da TV Pajuçara (afiliada da Rede Record) foi agredido com um soco por um torcedor do CSA (Centro Sportivo Alagoano), durante tumulto, em evento no Centro de Treinamento Gustavo Paiva.

AMAZONAS

MANAUS - 12 de maio

Os jornalistas Débora Holanda e Roberto Araújo, repórter e repórter cinematográfico da TV A Crítica, da Rede Calderaro de Comunicação (retransmissora da Rede Record), foram vítimas de agressão de policiais militares, inclusive, alguns à paisana. Eles tentavam fazer a cobertura jornalística de uma reunião entre os policiais, na Comunidade Jesus me Deu, zona Norte de Manaus

MANAUS - 5 de julho

O delegado de Polícia Federal (PF), Leon Emerich, tomou de forma abusiva o telefone celular e o cartão da máquina fotográfica da repórter Cynthia Blink, do jornal Diário do Amazonas, em sessão do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas. Três agentes da PF, inclusive o delegado, eram testemunhas no processo que tem a empresária Nair Blair como ré, suspeita de compra de votos nas eleições 2014, em favor do governador do Estado, José Melo (PROS).

BAHIA

LUÍS EDUARDO MAGALHÃES - 27 de fevereiro

Os jornalistas Muller Nunes e Fernando Correa, respectivamente repórter e repórter cinematográfico da TV Oeste (afiliada da Rede Bahia), foram agredidos e ameaçados na tarde do dia 27 de fevereiro, quando faziam reportagem sobre o protesto de caminhoneiros na BR-242, trecho da cidade de Luís Eduardo Magalhães. Eles também foram impedidos de se locomoverem, com o esvaziamento dos pneus do carro da reportagem.

SALVADOR - 4 de julho

O jornalista Marivaldo Filho, editor de política do site Bocão News, foi agredido por policiais militares, quando saía de uma festa de aniversário no bairro do Bonfim, em Salvador. Ele presenciou a agressão física sofrida por um colega, que colocou um copo de cerveja sobre o carro de um PM que estava à paisana, mas acompanhado de outros policiais fardados. Quando tirou uma foto da agressão e se identificou como jornalista, passou a ser o alvo dos policiais.

Após ser preso por desacato e desobediência, ele foi agredido com socos. Um policial tentou fazer com que ele desbloqueasse o celular para apagar a foto. Não conseguindo, agrediu o jornalista com um objeto que provocou um ferimento profundo em sua cabeça. Ferido, ele foi algemado, colocado numa viatura e levado à Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do bairro Roma, para a sutura do ferimento. Depois foi conduzido à Central de Flagrantes da Polícia. Marivaldo denunciou a agressão à Corregedoria da Polícia Militar.

CEARÁ

PACAJUS - 15 de dezembro

Equipe de reportagem da TV da Gente, emissora sediada no município de Pacajus, Região Metropolitana de Fortaleza, foi agredida durante a gravação de uma reportagem em um posto de saúde do bairro Croatá. A agressão ocorreu após uma discussão entre o repórter da emissora, Gilson Sales, e um funcionário do posto de saúde.

DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA - 24 de setembro

O repórter fotográfico Carlos Moura, do jornal Correio Braziliense, foi agredido e ameaçado por grileiros, quando averiguava a denúncia de invasão e cercamento do Campus da Universidade de Brasília (UnB) no Gama-DF. Ele foi fotografado e intimidado pelo grileiro Orcalino Éneas Filho, que também tentou derrubá-lo, agarrando-o pelas pernas.

ESPÍRITO SANTO

VITÓRIA - 28 de agosto

Os jornalistas Bruno Barros, repórter fotográfico do jornal ESHoje, e Geílson Ferreira e Alex Pereira, respectivamente repórter e repórter cinematográfico da TV Tribuna, afiliada do SBT, foram agredidos dentro da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, por um suspeito de violentar dois jovens no interior do estado.

O suspeito foi conduzido por policiais à sala da delegacia em que estavam os jornalistas, para dar entrevista. Quando viu os profissionais, agrediu primeiramente Bruno Barros, derrubando-o no chão e tentando jogar um armário sobre ele. Em seguida, agrediu Alex Pereira, com socos e uma mordida. Geílson tentou ajudar o colega de equipe e teve sua camisa rasgada pelo agressor que, no momento do ataque, estava algemado somente pelos tornozelos.

GOIÁS

GOIÂNIA - 21 de fevereiro

Os jornalistas João Vitor Guedes, Wilton Santiago e Douglas Felipe, foram agredidos, durante manifestação contra o aumento abusivo das passagens do transporte coletivo em Goiânia. Os profissionais, à serviço da TV Serra Dourada, foram cercados e também ameaçados por um grupo que participava dos protestos.

MATO GROSSO

CUIABÁ - 23 de julho

A jornalista Cecília Gonçalves, assessora de imprensa do Sindicato dos Trabalhadores da Assistência Técnica e Extensão Rural (Sinterp-MT), teve sua câmara de vídeo confiscada e as imagens apagadas, durante um evento com a presença de autoridades estaduais. Ela estava filmando a reunião entre o vice-governador Carlos Fávaro, dirigentes da Secretaria da Agricultura Familiar e dirigentes da Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (Empaer). O vice-governador pediu para a reunião não ser gravada e, imediatamente, Cecília desligou e guardou seu equipamento. Pouco depois, abordada por uma mulher que exigiu a entrega da câmara e a devolveu sem nenhum arquivo; todo o conteúdo fora apagado. A jornalista registrou a ocorrência na Delegacia Policial.

MATO GROSSO DO SUL

TRÊS LAGOAS - 13 de junho

Um segurança do Hospital Auxiliadora de Três Lagoas agrediu um jornalista do site TL Notícias, que tentava registrar imagens de um acidentado recém-chegado na unidade de saúde, após um acidente. De acordo com o site Capital News, mesmo estando do lado de fora do hospital, o segurança tentou tomar os equipamentos das equipes de reportagem que estavam no local.

MINAS GERAIS

GOVERNADOR VALADARES - 11 de janeiro

Ao fazer a cobertura de um acidente de trânsito para a Inter TV dos Vales, afiliada da TV Globo, o repórter cinematográfico Kassem Said Naaman foi agredido por um dos homens envolvidos na colisão. O profissional registrava as imagens no local acompanhado da jornalista Ana Carolina Magalhães, quando o agressor percebeu e, nervoso, agrediu Naaman. O acidente envolveu um carro e uma moto, no município de Governador Valadares. O agressor foi identificado com Fernando Alves da Silva. Antes de agredir o repórter cinematográfico, Fernando já havia agredido o dono do automóvel com um capacete.

BELO HORIZONTE - 27 de janeiro

O repórter Fernando Otto, da “TV Estadão”, foi atingido por uma bala de borracha lançada pela Polícia Militar durante o protesto do Movimento Passe Livre (MPL) contra o aumento da tarifa em Belo Horizonte. O profissional foi atingido enquanto filmava ação de adeptos da tática “black bloc”. O tiro atingiu o celular que estava no bolso do repórter.

BELO HORIZONTE - 12 de abril

O jornalista Beto Novaes, repórter fotográfico do jornal Estado de Minas, foi agredido por manifestantes, durante protesto contra o governo federal. O jornalista, que tem grande semelhança física com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, parou o trabalho para atender ao pedido de uma senhora que, por brincadeira, queria tirar uma fotografia em sua companhia. Neste momento, um grupo de manifestantes agrediu Beto Novaes com empurrões e chutes, além de xingamentos. Nenhum dos agressores foi identificado.

BELO HORIZONTE - 12 de agosto

O jornalista Denilton Dias, repórter fotográfico do jornal O Tempo, foi atingido por um tiro de bala de borracha, durante cobertura de protesto contra o reajuste das tarifas de ônibus, na capital mineira. Dias tentou atravessar um bloqueio policial para acompanhar o possível enfrentamento atrás dos policiais militares, mas foi impedido. Em seguida, os policiais dispararam bombas de efeito moral e atiraram na direção dos manifestantes. Duas balas de borracha atingiram uma das pernas do repórter fotográfico. Depois de ferido, o repórter conseguiu passar pelo bloqueio policial e buscou refúgio num prédio até poder seguir para um hospital.

BOCAIÚVA - 20 de setembro

O jornalista Marlon Bueno, da Rádio Clube de Bocaiúva, foi agredido por dois filhos do vereador João Katolla, líder do prefeito Ricardo Veloso na Câmara Municipal. Bueno estava em um bar da cidade, acompanhado do radialista Ricardo Sena, quando os filhos do vereador entraram e o agrediram. O jornalista e seu colega radialista fazem denúncias e criticam políticos da cidade no programa Fatos e Debates.

PARÁ

BELÉM - 16 de abril

No dia 16 de abril, o repórter cinematográfico da TV Liberal, Natanael Rodrigues foi agredido com tapas e socos por manifestantes durante cobertura do protesto realizado por servidores públicos da Educação, que estavam em greve. A agressão se estendeu ao motoqueiro da TV, Robson Aiwo, que tinha ido buscar o cartão de memória com as imagens da manifestação.

Na mesma ocasião, os manifestantes também agrediram o repórter da TV Record, André França, que levou um tapa na nuca e teve a camisa rasgada. Todas as agressões tiveram imagens registradas pelas câmeras das equipes de reportagem.

BARCARENA - 11 de junho

O repórter fotográfico cinematográfico Herlon Peres de Oliveira, que presta serviço para a RBA (afiliada da Band), foi agredido e ameaçado de morte em Barcarena, dia 11 de junho. Por volta das 22 horas, ele foi abordado na rua por dois homens armados, que estavam em uma motocicleta. A dupla imobilizou o jornalista agarrando-o pelo braço e o pressionando contra a grade de uma escola. Um conhecido do repórter avistou a agressão e gritou. Os bandidos avisaram o jornalista para ele “não se meter onde não devia” e lhe deram uma coronhada na cabeça.

O repórter tem documentado a ação da multinacional Bunge, empresa de transporte e armazenamento de soja, acusada de dano ambiental pela comunidade ribeirinha do Furo do Arrozal e pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf). A vítima registrou boletim de ocorrência.

BELÉM - 18 de outubro

Uma equipe da TV Liberal, afiliada da TV Globo no Pará, flagrou a ação de assaltantes na saída do Estádio Olímpico Edgar Proença, o Mangueirão, após a partida entre Remo e Operário, e também foi agredida. Aproximadamente 15 pessoas cercaram uma família que saía do local, roubaram seus objetos de valor e a agrediram. Um dos agressores, ao perceber a filmagem, agrediu também o repórter cinematográfico. Ele registrou a ocorrência e entregou as imagens à polícia para a identificação dos envolvidos.

MOJU - 9 de novembro

O jornalista Reginaldo Ramos e o repórter cinematográfico freelancer, Lucas Mendes, ambos a serviço da TV RBA (afiliada da Band), foram agredidos física e moralmente dentro da residência do prefeito de Moju, Deodoro Pantoja da Rocha, quando faziam reportagem sobre a suspensão do serviço de coleta de lixo no município. Reginaldo foi imobilizado com uma gravata e levou socos nas costas, enquanto Lucas foi imobilizado com o braço torcido nas costas. Em seguida, foram expulsos e tiveram o microfone e a câmera apreendidos. As vítimas registraram boletim de ocorrência, mas só conseguiram recuperar o microfone.

BELÉM - 23 de dezembro

A repórter Pollyanna Gomes, o repórter cinematográfico Amilton Torres e o motorista Maurício Azevedo, componentes da equipe de reportagem da TV RBA, foram vítimas de assalto por volta das 10 horas, no bairro da Pratinha 2, quando faziam reportagem sobre acessibilidade nos ônibus.

A equipe estava entrevistando uma cadeirante, quando foi abordada por dois bandidos armados em uma bicicleta. Eles levaram o celular do repórter cinematográfico e tentaram levar a câmera, porque suas imagens tinham sido gravadas, mas não conseguiram graças à população que saiu em defesa da equipe.

PARAÍBA

JOÃO PESSOA - 13 de janeiro

O jornalista e radialista Josival Pereira, da rádio Nova Tambaú FM, foi agredido por outro membro da bancada, enquanto comandava uma entrevista ao vivo, dentro do estúdio da rádio. O agressor foi Thalles Gadelha, ex-vereador e prefeito do município de Sousa, que passou a trabalhar na rádio. Minutos antes da entrevista, Josival Pereira, fora do ar, repreendeu Thalles por um comentário que julgou indevido, e os dois discutiram. Os ânimos se acalmaram e foi iniciada a entrevista. Porém, alguns minutos depois, Thalles deixou o estúdio, retornando em seguida, quando dirigiu-se ao jornalista com xingamentos e desferiu-lhe um soco. Josival conseguiu se esquivar, mas caiu da cadeira devido ao movimento abrupto.

PARANÁ

CURITIBA - 29 de abril

Um repórter cinematográfico da Band foi atacado por um cachorro da Polícia Militar durante o protesto de professores que teve 150 feridos nas imediações da Assembleia Legislativa do Paraná, em Curitiba. Luiz Carlos de Jesus foi mordido por um cão da raça Pit Bull na parte interna da perna direita, enquanto gravava imagens da confusão.

PONTA GROSSA - 4 de junho

O jornalista Márcio Elias Francischet, repórter cinematográfico da TVGuará/Rede Massa, afiliada do SBT, foi agredido quando realizava uma cobertura jornalística na Praça Barão de Guaraúna. A reportagem sobre o trabalho da organização não-governamental "The Street Store" – que realiza ações solidárias para pessoas em situação de rua – foi interrompida, quando um homem não identificado atacou o repórter cinematográfico com socos. O agressor também tentou agredir a repórter Rafaela Schuinka, que foi protegida pelo grupo que estava sendo beneficiado pela ação da ONG.

MARECHAL CÂNDIDO RONDON - 22 de setembro

O jornalista Juliano Augusto Bortolon, repórter da Catve, foi atingido com um soco desferido pelo presidente da Federação e do Sindicato dos Trabalhadores em Cooperativas Agrícolas de Palotina e Região, Mauri Viana.

Juliano fazia reportagem sobre o cotidiano dos estrangeiros muçulmanos que trabalham no frigorífico de aves na cidade de Marechal Cândido Rondon e, no mesmo dia, havia assembleia do Sintrascopa. Mauri Viana, presidente do sindicato e ex-candidato a senador, se aproximou e deferiu um soco, primeiramente, contra a câmera e, em seguida, contra o jornalista. O agressor também xingava Juliano, sem saber que ele era jornalista. Outros trabalhadores e profissionais do setor administrativo da cooperativa também foram agredidos.

CURITIBA - 12 de dezembro

Um repórter da Gazeta do Povo, que o jornal não quis identificar, foi agredido pelo superintendente de Futebol do Paraná Clube, Durval Lara Ribeiro, no dia 12 de dezembro, durante as eleições do Clube Atlético Paranaense. Vavá, como é conhecido no meio esportivo, acertou um soco na barriga do profissional, tomou seu celular após ser fotografado e ainda o ameaçou. O celular do jornalista foi devolvido por um terceiro. Ele registrou a agressão na delegacia de polícia.

PERNAMBUCO

RECIFE - 15 de dezembro

O jornalista Henrique Barbosa foi agredido pelo empresário Eduardo Monteiro, dono do Sistema Folha de Pernambuco, dia 15 de dezembro. O jornalista estava saindo do Rio Mar Shopping, quando foi surpreendido pelo empresário que lhe deu uma bofetada. O jornalista não regaiu e o agressor ainda o ameaçou de morte, enquanto se dirigia ao seu carro.

PIAUÍ

TERESINA - 6 de janeiro

O jornalista Pedro Borges, repórter da TV Meio Norte, foi agredido com um chute nas costas, quando fazia reportagem sobre tiroteio que deixou um homem morto e uma mulher e uma criança feridas, no bairro Parque Alvorada, Zona Norte de Teresina. O agressor deu um chute nas costas do jornalista e correu para uma casa. Mesmo tendo policiais no local, ele nem chegou a ser identificado.

TERESINA – 21 de outubro

O repórter fotográfico Thiago Amaral, do portal CidadeVerde.com, foi agredido com tapas e chupões por manifestantes integrantes do movimento Vem Pra Rua, durante manifestação a favor do impeachment da presidente Dilma. A manifestação foi realizada em frente à Assembleia Legislativa do Estado. O repórter fotográfico entrou num espaço reservado aos integrantes do movimento e, mesmo tendo se identificado, foi agredido.

RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO - 19 de março

Uma equipe do jornal O Globo foi vítima de assalto enquanto fazia uma reportagem na Rua Joaquim Silva, no bairro da Lapa, no Rio de Janeiro. A repórter, o repórter fotográfico e o motorista apuravam o acúmulo de lixo nas ruas em razão da greve dos garis quando dois homens, num veículo preto, se aproximaram do carro de reportagem. O assaltante que estava no banco do carona desceu armado e abordou a equipe. No furto, foram levados o equipamento do fotógrafo e celulares da equipe do jornal.

CABO FRIO - 28 de março

Um repórter cinematográfico da TV Globo foi agredido em Cabo Frio enquanto acompanhava fiscais do Ibama numa operação sobre a venda ilegal de peixes. O acusado de comércio ilegal ficou nervoso com a filmagem e agrediu o profissional da imprensa, dando vários “tapas” na câmera.

RIO DE JANEIRO - 4 de abril

O jornalista Athos Moura, à época repórter do jornal O Dia, foi atingido em 14 de abril por gás de pimenta disparado arbitrariamente por policial, durante a cobertura da desocupação de prédio no Morro da Viúva. O edifício, que pertencia a Eike Batista, estava ocupado por integrantes do movimento sem-teto.

RIO DE JANEIRO - 24 de julho

A jornalista Cecilia Flesch, repórter da Globonews, foi agredida com empurrões, chutes e arranhões por um grupo de manifestantes quando cobria o protesto de taxistas contra o aplicativo Uber, no Aterro do Flamengo. Os agressores não permitiram que a equipe da emissora continuasse no local acompanhando a manifestação. Ela foi protegida por outras pessoas que participavam do ato.

RORAIMA

BOA VISTA - 1º agosto

O jornalista Dárcio Pedrosa, repórter cinematográfico da TV Boa Vista, foi agredido por populares durante a cobertura jornalística de um acidente automobilístico ocorrido na madrugada do dia 1º, no bairro Caçari, zona Leste de Boa Vista. Os agressores não queriam que o jovem ferido no acidente fosse filmado. No momento em que foi abordado pelos agressores, o repórter cinematográfico estava usando a luz da câmera para auxiliar o resgate da vítima pelos Bombeiros. Ele foi atacado por vários homens que o empurraram, deram socos e pontapés. Dárcio, que teve o nariz quebrado, registrou a ocorrência na Central de Flagrantes no 5º Distrito Policial.

RONDÔNIA

VILHENA - 6 de dezembro

A jornalista Ellen Donadon Lucena, editora do site Notícias RO, foi agredida durante a madrugada de domingo, no salão de parque de exposições da cidade, onde havia ocorrido um show sertanejo. Ao entrar no salão para encontrar sua irmã, foi puxada pelos cabelos por uma mulher, identificada como Luana, que a arranhou nos braços, derrubou-lhe e lhe deu um chute na cabeça.

Segundo Ellen, a agressão em razão de uma notícia redigida por ela, quando trabalhava no jornal Correio da Manhã, sobre a inauguração de uma loja chamada Legalize. A repórter considerou que o nome da loja fazia apologia ao uso de drogas. Luana é a dona da loja e foi denunciada por lesão corporal.

SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS - 13 de dezembro

A jornalista Ângela Bastos, repórter do Diário Catarinense, foi agredida e intimidada por policiais militares, quando registrava a prisão de forma violenta de um jovem, ocorrida no Centro de Florianópolis, no terminal de integração de ônibus (Ticen). Ângela presenciou o jovem ser cercado por três viaturas e membros da cavalaria da PM. Ela registrou dois policiais pisando na cabeça do suspeito, e um terceiro desferindo tapas no rosto do rapaz. A jornalista começou a fotografar o fato, mas seu celular foi arrancado de suas mãos por um policial sem identificação. A PM tentou levá-la para a delegacia como testemunha, e ela se negou. Após o acionamento do departamento jurídico do DC, Ângela recuperou seu celular, mas as fotos foram apagadas. A jornalista registrou boletim de ocorrência na 1ª Delegacia da Polícia Civil.

SÃO PAULO

SÃO PAULO - 20 de janeiro

O jornalista Felipe Laroza, repórter fotográfico da revista Vice, foi agredido por um policial militar no dia 20 de janeiro, quando fazia reportagem sobre protesto contra o aumento de preço das passagens do transporte coletivo. O próprio repórter fotográfico filmou, com uma câmara acoplada ao seu capacete, a agressão e o policial agressor. Cópias do vídeo foram enviadas, pela revista Vice, ao secretário de Segurança do Estado de São Paulo e ao presidente do Tribunal de Justiça Militar.

SÃO PAULO - 23 de janeiro

O jornalista Edgar Maciel, do jornal “O Estado de São Paulo”, foi atingido na perna por bala de borracha. Ele cobria a manifestação contra o aumento do preço dos combustíveis dos transportes públicos, em São Paulo. O tiro partiu da Polícia Militar. O jornalista levou três pontos.

SÃO PAULO - 3 de fevereiro

O jornalista Marco Antonio Martins Bucater, de José Bonifácio (município da região de São José do Rio Preto), foi agredido, após divulgar notícia sobre violência contra animais domésticos. Ele caminhava na rua 21 de abril, na tarde do dia 3 de fevereiro, quando foi surpreendido pelo agressor, que o empurrou contra um muro, desferiu-lhe vários tapas e tentou lhe enforcar. O jornalista foi socorrido por populares, que impediram a continuidade das agressões. O agressor, identificado pelas iniciais L.R.A., é filho de uma idosa que seria adepta da prática de soltar rojões para espantar cães e gatos e que teria sido procurada por entidades de defesa dos animais depois da publicação da notícia.

SÃO PAULO - 4 de abril

O repórter fotográfico do jornal Diário do Grande ABC, Claudinei Plaza, foi agredido pelo jogador de futebol Michel, do Santo André, após uma partida contra o Velo Clube, pelo campeonato Paulista, série A-2. O profissional de imprensa acompanhava a discussão entre jogadores e torcedores do Santo André no estacionamento do estádio Bruno Daniel. Irritado com a presença do fotógrafo, Michel acertou um soco em Claudinei e tomou sua câmera. Em seguida, o atleta ainda tentou chutar o profissional e alguns jogadores quiseram, à força, fazer com que as fotos fossem apagadas. Momentos depois, Michel pediu desculpas ao fotógrafo, alegando estar de “cabeça quente”.

SÃO PAULO - 24 de abril

Pelo menos quatro jornalistas foram agredidos durante manifestação de professores da rede estadual de São Paulo, em frente à Secretaria da Educação na Praça da República. Um repórter cinematográfico foi jogado no chão, chutado e teve seu equipamento quebrado. Uma equipe da Rede Globo foi perseguida por cerca de três quarteirões.

Os agressores usavam camisetas pretas e adesivos da Apeoesp (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo). Sindicalistas afirmaram que os agressores não eram docentes e não faziam parte da manifestação. A polícia os identificou como black blocs.

SÃO PAULO – 4 de setembro

O jornalista Lucas Salles, repórter do programa CQC da Band, foi agredido com um soco e uma cabeçada por um entrevistado, durante a entrevista. O homem havia defendido em seu blog que “bandido bom é bandido morto.” Ao ser questionado sobre seu posicionamento, ficou nervoso e agrediu o repórter, que preferiu não registrar ocorrência policial.

SÃO PAULO - 8 de outubro

Uma equipe de reportagem da TV Globo foi agredida enquanto realizava a cobertura do protesto de taxistas contra a nova categoria dos “táxis pretos”, em frente à prefeitura de São Paulo. Na ocasião, houve tensão entre repórteres e manifestantes, e o repórter cinematográfico da emissora acabou agredido ao levar soco e rasteira.

SÃO PAULO - 9 de outubro

O repórter fotográfico Taba Benedicto, freelancer, e o repórter cinematográfico Caio Castor, do site Viomundo, foram agredidos por policiais e tiveram seus equipamentos danificados, durante manifestação de estudantes e professores contra o fechamento de escolas na capital paulista. Eles tentavam registrar imagens da agressão policial contra um professor.

ITAPECERICA DA SERRA - 29 de novembro

O jornalista Paulo Silveira, assessor de imprensa do Porto de Santos, foi agredido pelo pré-candidato à prefeitura de Itapequerica da Serra, Erlon Chaves, em um supermercado da cidade. O político abordou o jornalista, acusando-o de “escrever muita merda na internet”. O jornalista disse que levou um tapa e dois socos do agressor e ainda foi ameaçado.

TOCANTINS

ARAGUAÍNA - 8 de março

O repórter cinematográfico Fábio Dione, do programa Rota de Araguaína, foi agredido na noite do dia 8 de março e teve a câmera quebrada, enquanto fazia uma reportagem policial. Ele registrava imagens de uma ocorrência que envolvia tentativa de roubo e um familiar da vítima, ao tentar impedir o registro da imagem, deu um chute nas costas do profissional.

PALMAS - 5 de maio

O repórter cinematográfico Elciomar Lino, foi agredido com um soco por um vigilante que presta serviços de segurança no Hospital Geral Público de Palmas (HGPP). Ele fazia imagens para reportagem da TVE Palmas, quando o agressor lhe desferiu vários socos, que atingiram sua boca, seu queixo, peito e braço esquerdo.

Elciomar estava na companhia da repórter Charlyne Sueste, que foi empurrada e agredida verbalmente ao questionar a agressão. A equipe estava autorizada pela Secretaria de Saúde do Estado a entrar no hospital e estava acompanhada do assessor de comunicação da unidade hospitalar.

ALVORADA - 10 de dezembro

O jornalista Claudemir Brito, repórter e editor do portal de notícias que tem o seu nome, foi agredido dentro da Câmara de Vereadores, quando registrava a sessão do dia 10 de dezembro, que tratou de projetos polêmicos, como o aumento do IPTU e a autorização para a venda de imóveis públicos.

O irmão de um secretário de governo do Município tentou evitar que as imagens fossem feitas, dando um tapa no aparelho celular do repórter, que também foi atacado fisicamente e sofreu ameaças para que as imagens não fossem divulgadas. Os agressores foram contidos por policiais militares e um grupo de populares presentes na sessão. O repórter saiu da Câmara de Vereadores escoltado pela Polícia Militar.

AGRESSÕES VERBAIS/ INJÚRIAS RACIAIS

ACRE

RIO BRANCO - 10 de março

A jornalista Gina Menezes, do site ContiNet Notícias, foi agredida por Sandro Guimarães Barroso, assessor do Deputado Estadual Josa da Farmácia (PTN), na Assembleia Legislativa do Acre. Segundo a profissional, ela esperava para fazer uma reportagem com o deputado Lorival Marques (PT), quando foi abordada pelo assessor de Josa e após uma discussão, ela teria sido empurrada e agredida verbalmente na presença de outros jornalistas, seguranças e deputados. Gina registrou boletim de ocorrência.

DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA - 29 de abril

A jornalista Cristiane Damascena sofreu ataques racistas por meio do Facebook, após trocar sua foto de perfil. Os primeiros comentários com teor racista foram publicados em 29 de abril. Os usuários agressores chamam a jornalista de “macaca” e “escrava” e portaram frases como “Mãe, tô na tv da África”, fazendo alusão à atividade profissional de Cristiane, que registrou queixa na polícia e um inquérito policial foi aberto para apurar quem foram os responsáveis pelo crime de injúria racial.

ESPÍRITO SANTO

VITÓRIA - 6 de novembro

O jornalista Diego Gama, repórter cinematográfico da TV Vitória, afiliada da Record, foi agredido verbalmente por um manifestante, durante o ato “Mulheres contra Cunha e o PL 5069”, no dia 6 de novembro, na capital do Espírito Santo. Ele foi abordado por um rapaz que o acusou de ser “tipo um capitão do mato”, a serviço da empresa jornalística. Manifestantes gritaram palavras de ordem contra a Rede Record. O jornalista registrou ocorrência na polícia e o manifestante agressor foi identificado.

PARÁ

ÓBIDOS - 29 de maio

Os repórteres Jailton Santos, Ana Paula Coelho e o repórter cinematográfico Adson Pene, da Sentinela TV, afiliada da Rede Bandeirantes, e o repórter Marcos Cantuário e o repórter cinematográfico Rafael Marques, da TV Atalaia, afiliada da RedeTV, foram hostilizados por um grupo de servidores municipais, quando saíram do prédio da Prefeitura, durante cobertura da greve de professores municipais.

PARAÍBA

JOÃO PESSOA - 2 de outubro

O jornalista Wellington Farias sofreu agressões verbais por parte do deputado federal Manoel Júnior (PMDB), dia 2 de outubro, durante programa de rádio no qual é comentarista. Após debaterem ao vivo, o parlamentar se aproveitou dos microfones desligados no intervalo comercial e se dirigiu ao jornalista com o dedo em riste e aos gritos, afirmando que ele havia ferido sua honra. Wellington, na verdade, fizera, dias antes, uma análise sobre os rumores de indicação de Manoel Júnior para o Ministério da Saúde, assim como centenas de jornalistas por todo o país, o que desagradou o deputado.

PARANÁ

FRANCISCO BELTRÃO - 24 de abril

O jornalista Adolfo Pegoraro, da Rádio Onda Sul FM, foi agredido verbalmente e ameaçado de agressão dentro do estúdio da emissora pelo presidente do Francisco Beltrão Futebol Clube, Antônio Jacir Gonçalves da Silva. As ameaças foram motivadas por uma reportagem sobre os problemas enfrentados pelo time na disputa do campeonato paranaense da segunda divisão.

PONTA GROSSA - 8 de julho

A jornalista Mareli Martins, repórter da Rádio T FM, foi agredida verbalmente pelo vereador Alyssom Zampieri, do PPS de Ponta Grossa. Ela o questionou sobre o não comparecimento na Câmara Municipal no horário das sessões legislativas que consta do regimento da casa. O vereador não respondeu à pergunta e declarou: “Não dou entrevista para jornalista que nos ataca.” Ele também assediou moralmente a jornalista, dizendo que daria entrevista ao dono da rádio e a um dos comentaristas da emissora.

PIAUÍ

TERESINA - 3 de novembro

A jornalista Sávila Lorena, editora do portal O Olho, sofreu agressões verbais em seu perfil no Facebook, por Mariano Silva, parente de um funcionário da empresa que ela gerencia. Ela foi chamada de vadia e também foi ameaçada. A agressão foi registrada na Delegacia da Mulher.

RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO - 2 de dezembro

O jornalista Daniel Penna-Firme, repórter e apresentador do SBT, foi agredido verbalmente, enquanto cobria a ocupação, por estudantes, do Campus da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), no Maracanã. Um dos estudantes xingou o jornalista de vendido, safado e outros adjetivos pejorativos.

RIO DE JANEIRO - 16 de dezembro

O jornalista Guilherme Belarmino, do programa Profissão Repórter, sofreu ataques racistas pelo Twitter, após a exibição de sua reportagem sobre feminismo no programa do dia 15. O repórter narrou a história da professora e blogueira Lola Aronovich, que desde 2011 recebe ameaças de morte por sua atuação feminista na internet, e que fora agredida por Marcelo Mello, que mantinha uma página misógina na internet. O caso foi denunciado à polícia.

SANTA CATARINA

XANXERÊ - 4 de março

O vereador João Paulo Menegatti, do PTB do município de Xanxerê, localizado no oeste catarinense, ao fazer pronunciamento na tribuna da Câmara Municipal, referiu-se a um jornalista da região, sem identificá-lo nominalmente, como “reporterzinho” e “vermezinho”. O pronunciamento de Menegatti abordava um confronto envolvendo policiais rodoviários federais e caminhoneiros, ocorrido na semana anterior, no Parque da FEMI, na BR-282, em Xanxerê. O vereador expressava sua indignação com um suposto depoimento de um jornalista à Delegacia de Polícia, “que segundo quem foi preso” era favorável aos policiais rodoviários federais.

Segundo veículos de imprensa de Xanxerê, após a confusão na BR-282, cinco pessoas foram encaminhadas à Delegacia de Polícia e vários repórteres acompanharam a detenção. Os relatos apontam que nenhum profissional esteve na DP para prestar depoimento, nem registrar Boletim de Ocorrência, apesar de terem recebido diversas ameaças durante a cobertura das manifestações.

BLUMENAU - Junho

A jornalista Danúbia de Souza, repórter da RIC Record, foi desrespeitada pelo deputado federal Jair Bolsonaro (PP-RJ), quando o entrevistava no município de Blumenau, onde o parlamentar participava de audiência pública sobre projeto de lei que objetiva anular o estatuto o desarmamento.

Na entrevista, ao abordar as polêmicas declarações do parlamentar sobre homossexualidade, a repórter foi pega de surpresa com a resposta. “Eu tenho certeza que nenhum filho meu jamais será gay. Você é solteira?”, disse. Constrangida, ao responder que sim, Danúbia ainda teve de ouvir do deputado: “Vou te apresentar meu filho depois, ok? Você vai conhecer meu filho. É da família Bolsonaro. Esse não nega fogo, não!”

SÃO PAULO

BRAGANÇA PAULISTA - 7 de abril

O jornalista Paulo Alberti Filho, dono dos jornais Gazeta Bragantina e GB Norte, foi agredido verbalmente pelo prefeito de Bragança Paulista, Fernão Dias da Silva Leme, em um restaurante da cidade. Por cerca de 10 minutos e sempre em alto tom de voz, o prefeito xingou o jornalista. Antes de sair do restaurante, ainda lhe desferiu um tapa nas costas. Paulo Alberti registrou a ocorrência na delegacia de polícia.

SÃO PAULO - 3 de julho

A jornalista Maria Júlia Coutinho, apresentadora do TV Globo, foi vítima de comentários racistas feitos de maneira coordenada em seu perfil no Facebook. Foram cerca de 50 postagens criminosas, que foram rebatidas por milhares de manifestações de solidariedade.

SÃO PAULO - 21 de novembro

A jornalista Joyce Ribeiro, apresentadora e repórter do SBT em São Paulo, foi vítima de injúria racial no dia 21, por meio de publicação na página do Facebook do Jornalismo do SBT. A injúria racial foi cometida por uma usuária de nome Simone Hidalgo, que foi denunciada à polícia. A investigação vai apurar se Simone é uma pessoa real ou se se trata de um perfil falso, gerenciado por alguém e, neste caso, quem é o responsável pelo perfil.

SÃO PAULO - 13 de dezembro

Jornalistas que cobriam os protestos a favor do impeachment da presidente Dilma Rousseff na tarde do domingo, 13 de dezembro, na Avenida Paulista, foram hostilizados por manifestantes. Os repórteres e repórteres cinematográficos, principalmente da Rede Globo e Globonews, foram alvos de xingamentos.

AMEAÇAS/ INTIMIDAÇÕES

BAHIA

SALVADOR - 9 de fevereiro

O editor-chefe do site Mídia Periférica, Anderson Araújo, foi ameaçado por um policial militar de Salvador. A ameaça foi motivada por uma notícia de Araújo publicada na revista Carta Capital, sobre ações da Polícia Militar em Salvador, nas quais 15 jovens foram assassinados. De acordo com o profissional, o policial o abordou quando saía de uma padaria e disse para ele “segurar o dedo e parar de escrever porque ficaria sem segurança”. Araújo havia publicado um vídeo no qual policiais ordenavam a dois jovens que tirassem a roupa para facilitar a revista durante a operação em Sussuarana (BA).

CEARÁ

SOBRAL - 5 de abril

O repórter fotográfico Wellington Macedo, do jornal Diário do Nordeste, recebeu ameaça de morte por parte de frequentadores de uma festa, realizada em um sítio da Serra da Meruoca, dia 4 de abril. Durante a festa, ele filmou uma operação policial feita no local, que prendeu seis jovens flagrados portando maconha. Segundo Wellington, depois da veiculação da notícia no jornal e em seu blog, ele teria passado a sofrer ameaças pela internet. O repórter fotográfico registrou a ocorrência na Delegacia de Sobral e solicitou proteção policial.

SOBRAL - Junho

O repórter fotográfico Wellington Macedo de Souza, do jornal Diário do Nordeste, recebeu ameaças por telefone. Após a publicação de uma notícia com fotografia na página policial do jornal, um policial chamado Shyrlei, lotado na Delegacia Regional de Polícia Civil de Sobral (CE), fez três postagens na página do facebook que administra, identificando o autor da foto. Depois da postagem, Wellington passou a ser ameaçado por meio de ligações telefônicas.

CAMOCIM - 11 de agosto

O jornalista Rômulo Rocha, repórter do portal 180 Graus (com sede em Teresina, Piauí), foi seguido por um motoqueiro em Camocim, cidade do Ceará onde o radialista Gleydon Carvalho fora assassinado na semana anterior. Rômulo estava justamente investigando o assassinado do radialista e passou a ser seguido depois de deixar o quartel da polícia. Para se desvencilhar do intimidador, Rômulo voltou para o quartel e deixou a cidade escoltado por policiais.

GOIÁS

GOIÂNIA - 6 de maio

O repórter Cleomar Almeida e o repórter fotográfico Zuhair Mohamad, ambos do jornal O Popular, foram ameaçados por policiais militares no dia 6 de maio. Eles apuravam informações sobre curso preparatório para membros do Serviço de Interesse Militar Voluntário Especial (Simve), sistema para contratação de policiais, adotado pelo governo do Estado e considerado inconstitucional pelo Superior Tribunal de Justiça.

MARANHÃO

BOM JARDIM - abril

O jornalista Luiz Linhares, dono e editor do jornal A Rocha, da cidade de Bom Jardim, foi ameaçado de morte. Ele pediu proteção policial, porque fora informado por pessoas de credibilidade da cidade que dois pistoleiros estavam contratados para “passá-lo”.

Em setembro de 2014, um segurança do prefeito Beto Rocha tomou-lhe os jornais que portava, ameaçou-o com uma pistola e o ameaçou, dizendo que se não quisesse morrer que era pra sair e nunca mais voltar a cidade.

MATO GROSSO

CUIABÁ - 27 de março

O jornalista Alexandre Aprá de Almeida, do blog Isso É Notícia, foi ameaçado de morte, através de comentário postado em notícia do seu blog. Ele denunciou, em 2013, uma fraude em um leilão de um apartamento de luxo, feito pelo Tribunal Regional do Trabalho, em 2009, que teria beneficiado uma juíza. Em 2014, foi procurado pelo advogado do marido da juíza, que lhe disse para não publicar mais nada sobre as investigações contra a juíza (que foi considerada culpada e teve como pena a aposentadoria compulsória). A partir de março deste ano, Alexandre Aprá começou a receber ameaças por mensagens postadas nos espaços destinados a comentários de notícias, todas relativas ao caso denunciado. Em 17 de julho, ele foi agredido, com socos, por um desconhecido quando entrava em seu carro, ao sair de um escritório de advocacia. O jornalista registrou a ocorrência e denunciou o caso também ao Conselho Nacional de Justiça.

MATO GROSSO DO SUL

COXIM - 18 de abril

O jornalista Edson Brandão, repórter e editor do site Mixoc, foi agredido pelo vereador Celso Rodrigues, de Coxim, cidade a 253 quilômetros de Campo Grande. O jornalista estava saindo de um baile na noite de 18 de abril, quando foi abordado pelo vereador, que o agrediu com socos. A agressão, segundo denúncia do jornalista, foi motivada pela publicação de uma notícia sobre o cancelamento do show de um grupo sertanejo, que se apresentaria na festa de comemoração do aniversário da cidade, comemorado em 26 de abril.

CAMPO GRANDE - 9 de novembro

A jornalista Marithe Lopes, repórter fotográfica do jornal Midiamax, foi obrigada pelo superintendente de comunicação da cidade, Djalma Machado Jardim Neto, a mostrar todas as fotografias que havia tirado durante agenda pública do prefeito Alcides Bernal (PP), realizada no gabinete do prefeito. Após o evento, a repórter foi conduzida até uma sala, onde ficou sozinha com o prefeito, que reclamou do trabalho da imprensa. Ele olhou as fotos e disse que estava tudo certo.

O jornal apresentou ao Ministério Público uma representação contra o prefeito por constrangimento legal e por abuso de autoridade.

MINAS GERAIS

DIVINÓPOLIS - 12 de março

Uma equipe da TV Candidés, de Minas Gerais, foi intimidada enquanto fazia uma reportagem na Escola Estadual Monsenhor Domingos, na cidade de Divinópolis. Os assessores da Secretaria de Educação ordenaram aos jornalistas que apagassem a entrevista concedida na ocasião pela secretária de Educação, Macaé Maria Evaristo dos Santos. Os assessores da secretária disseram que a equipe não sairia da escola até que as imagens fossem apagadas. A equipe ficou impedida de sair da escola durante mais de uma hora e só conseguiu sair após o diretor de Jornalismo da emissora se dirigir até a escola. A gravação da reportagem não foi apagada.

BARÃO DE COCAIS - 9 de junho

O jornalista Guilherme de Assis, do Diário do Barão, recebeu ameaça por causa de uma notícia sobre denúncias de danos ambientais no município de Barão de Cocais. A reportagem abordava uma acusação feita pela Secretaria de Meio Ambiente contra o dono de um terreno pela retirada ilegal de árvores do local. Assis recebeu uma ligação do agressor, que afirmou ser vítima da reportagem e pediu para que os dois se encontrassem.

ARAÇUAÍ - 25 de outubro

O jornalista Sérgio Vasconcelos, repórter e ditor do jornal Gazeta de Aracuaí, foi ameaçado de morte pelo empresário Thales Varjão, após publicar reportagem sobre uma ocorrência policial na qual o empresário estaria envolvido. Thales estava acompanhado de outro empresário, Mário Chaves Filho, que também estaria insatisfeito com as denúncias divulgadas por Sérgio. Os dois foram à porta do jornal e Thales disse que iria executá-lo.

Mais tarde, quando estava em um bar da cidade, o jornalista foi agredido por Thales Varjão, que estava acompanhado do irmão, Wallace Varjão. Sérgio Vasconcelos registrou ocorrência e se submeteu a exame de corpo de delito.

PARÁ

SANTARÉM - 20 de fevereiro

A jornalista Ronilma Santos foi intimidada por integrantes da Coordenadoria de Comunicação (CCOM) da Prefeitura de Santarém por ter publicado, em reportagem no jornal Folha de S. Paulo, resultados de uma pesquisa da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), que atestam a contaminação das águas de Alter do Chão, no município de Santarém, na região Oeste do Pará. Ela, inclusive, recebeu mensagem eletrônica do chefe da Divisão de Imprensa da CCOM, afirmando que a intenção da jornalista com a matéria era “aparecer”.

BELÉM - 18 de março

A repórter Thamires Nicolau e o repórter fotográfico Mauro Ângelo, do jornal Diário do Pará, foram hostilizados por cerca de 30 manifestantes, que os impediram de entrar no carro de reportagem, quando realizavam cobertura de uma manifestação de mototaxistas, cujas motocicletas irregulares haviam sido recolhidas pela Superintendência de Mobilidade Urbana de Belém. Os manifestantes pediram ao repórter fotográfico que apagasse as fotografias e ameaçaram quebrar a máquina fotográfica. Alguns chegaram a puxar o equipamento das mãos do repórter fotográfico e ameaçavam quebrar o carro com pedras e pedaços de pau. Policiais chegaram no local e conseguiram afastar os manifestantes e conduzir a equipe de reportagem em segurança.

BELÉM - 6 de julho

O repórter fotográfico Bruno Carachesti, do jornal Diário do Pará, sofreu ameaças de um segurança, quando fotografava a fachada do Posto de Saúde do bairro da Pedreira. O vigilante tentou impedir que ele realizasse seu trabalho colocando a mão sobre a câmera fotográfica. Disse também que sua fotografia dele fosse publicada no jornal, iria procurar o jornalista no jornal e mandar prendê-lo.

MOJU - 9 de novembro

O jornalista Reginaldo Ramos, repórter cinematográfico da RBA TV, teve seus equipamentos de trabalho apreendidos pelo prefeito Deodoro da Rocha, quando estava fazendo a cobertura jornalística de uma manifestação em frente à casa do político. Ele foi abordado pelo prefeito, que estava acompanhado de policiais militares, levado para dentro da casa, onde ficou por alguns minutos.

PARANÁ

CURITIBA - 9 de abril

Os jornalistas Albari Rosa, Diego Ribeiro, Felipe Anibal e Mauri König, repórteres do jornal Gazeta do Povo, foram intimidados por policiais civis e militares para que revelassem como obtiveram informações para a série de reportagens sobre desvio de conduta de polícias. Eles foram convocados sistematicamente a prestar depoimentos, sendo insistentemente inquiridos para revelar as fontes da reportagem.

LONDRINA - 9 de abril

O jornalista James Alberti, produtor da RPCTV, afiliada de Rede Globo no Paraná, foi ameaçado de morte, por telefone, quando estava em Londrina, para aprofundar a investigação sobre rede de corrupção e pedofilia na Receita Estadual do Paraná, que levou à prisão cerca de 20 pessoas. No telefonema, foi relatado um plano para matá-lo em um suposto assalto a uma churrascaria que ele costumava jantar durante sua estadia na cidade. Outros profissionais da RPC que trabalhavam na mesma cobertura jornalística também foram intimidados. O jornalista James Alberti foi retirado de Londrina e enviado para fora do estado.

PIAUÍ

TERESINA

O jornalista Arimatéia Azevedo, do Portal AZ, está sendo ameaçado de morte em razão de sua atuação no caso Fernanda Lages (estudante encontrada morta na obra do prédio do Ministério Público federal, em 2011). Em reportagens, ele tem contestado a conclusão das polícias Civil e Federal de que se tratou de um suicídio. As ameaças estão sendo denunciadas à polícia. Arimatéia, de 62 anos de idade e 44 de profissão é o jornalista mais ameaçado e processado do Piauí. Já respondeu a 180 processos por calúnia, injúria ou difamação, tendo sido inocentado na maioria deles e oito ainda estão em andamento.

TERESINA - 26 de janeiro

O jornalista Renato Bezerra, repórter fotográfico do jornal Diário do Povo, foi intimidado por policiais militares, ao tentar registrar uma abordagem violenta da equipe policial. Ao perceberem que estavam sendo fotografados, os policiais intimidaram o profissional apontando pistolas e metralhadoras para sua cabeça e para a cabeça do grupo de jovens que havia sido abordado.

RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO - 7 de abril

O repórter fotográfico Fabiano Rocha foi ameaçado através de mensagens postadas nas redes sociais Facebook e WhatsApp. Ele é autor da foto que mostra um policial militar do Batalhão de Operações Especiais (Bope) usando touca ninja, durante uma ação no Complexo do Alemão, publicada no jornal Extra. Uma portaria da Secretaria de Segurança de 1995 proíbe o uso de máscaras em ações policiais no Rio. O jornalista é o mesmo que, dias antes, mostrou a precária situação a que estavam submetidos policiais de uma das bases da Unidade de Polícia Pacificadora do Complexo do Alemão, localizada na Rua Canitar.

RIO DE JANEIRO - 17 de agosto

O repórter Paulo Renato Soares e sua equipe de reportagem da TV Globo foram hostilizados por manifestantes, durante protesto em Copacabana. A confusão se deu quando organizadores do grupo conhecido como “Revoltados Online” percebeu que Soares conversava com manifestantes favoráveis à intervenção militar na política brasileira. Em um carro de som, os participantes do protesto chamaram a multidão ao redor da equipe. Foi necessária a ação policial para proteger os jornalistas. A equipe precisou afastar-se do local.

RIO DE JANEIRO - 29 de dezembro

Uma equipe de reportagem do jornal O Dia foi intimidada por guardas municipais, no entorno do Maracanã, logo após o repórter fotográfico Alexandre Brum ter registrado a abordagem truculenta seguida de agressão física a um ambulante. Ao perceberem que a agressão havia sido registrada, outros dois guardas, identificados como Mendanha e Cosme, abordaram o motorista da equipe, Carlos Eduardo, também com truculência e tentaram intimidá-lo, ameaçando multar o veículo.

RIO GRANDE DO SUL

PORTO ALEGRE - 3 de agosto

O jornalista e chargista Augusto Bier, do Sindicato dos Bancários, foi ameaçado após publicar, no site do Sindicato, charges críticas ao governador José Ivo Sartori (PMDB). A ameaça foi feita num telefonema anônimo para a casa do jornalista, na noite de 3 de agosto. O agressor disse ao jornalista para parar de fazer charges com “gracinhas ofendendo o governador Sartori”, senão lhe quebraria os braços. Ele registrou boletim de ocorrência na 1ª Delegacia de Polícia de Porto Alegre.

SANTA CATARINA

PALHOÇA - 27 de janeiro

O repórter cinematográfico Gregori Flauzino, da RBS TV de Santa Catarina, foi obrigado, por policiais civis, a apagar imagens captadas durante a cobertura da reconstituição da cena do crime que resultou na morte do surfista Ricardo dos Santos, no município de Palhoça, próximo à Florianópolis. O surfista, reconhecido internacionalmente, havia sido baleado com três tiros no dia 19 de janeiro, por um policial militar em férias, na praia da Guarda do Embaú, após uma discussão em que pediu para o PM retirar seu carro estacionado em frente à sua casa, em cima de uma obra de encanamento.

Além da imposição para que o profissional apagasse as imagens – que foram captadas fora da área de isolamento estabelecida pela polícia – a equipe da Central de Operações Policiais também ameaçou prender o profissional e apreender o equipamento de filmagem.

FLORIANÓPOLIS - 17 de agosto

Na tarde do dia 17 de agosto, um homem armado entrou no prédio do jornal Diário Catarinense, e ameaçou os jornalistas a “cuidarem com o que escrevem”. Os profissionais reclamaram que o comando da redação não prestou nenhum esclarecimento e pediram mais segurança. A polícia foi acionada, o indivíduo foi retirado do prédio e a direção da empresa registrou um boletim de ocorrência.

SÃO PAULO

SANTANA DO PARNAÍBA - 8 de junho

O repórter Leandro Stoliar, o repórter cinematográfico Rogério Gomes e o assistente André Carvalho foram ameaçados em um restaurante no município de Santana do Parnaíba. A equipe gravava reportagem sobre a existência de um frigorífico clandestino na cidade, e o estabelecimento em que estavam seria um dos suspeitos de receptar a carne ilícita. Os profissionais foram hostilizados por dois homens identificados como Djalma e Gélvio Olinto, que simularam estar armados e ameaçaram quebrar os equipamentos.

SÃO PAULO - 4 de dezembro

A jornalista Laura Capriglione, do grupo Jornalistas Livres, foi intimidada e ameaçada por um segurança do Palácio do Governo de São Paulo, depois de ter sido impedida de entrar no prédio para participar de uma coletiva do governador Geraldo Alkmin. Ela exigiu dos seguranças uma explicação por ter sido barrada. Um dos seguranças a segurou pela mão, apertando fortemente, e lhe disse que ela não podia filmá-lo. Como ela manteve a câmara do celular ligada, o segurança ameaçou quebrar o aparelho e conseguiu desligá-lo.

ATENTADOS

CEARÁ

AQUIRAZ - 17 de julho

Os jornalistas Júnior Diniz e Sérgio Queiroz, repórter e repórter cinematográfico da TV Cidade, foram alvo de disparos durante a gravação de uma reportagem na madrugada do dia 17 de julho, em uma estrada do município de Aquiraz, Região Metropolitana de Fortaleza. A equipe de reportagem havia recebido denúncias de que assaltantes aproveitavam a escuridão de um trecho da rodovia para abordar carros que passavam pelo local. Os criminosos usariam frutas com pregos para furar pneus e quando os motoristas paravam, eles abordavam-nos. Ao chegar ao local, a equipe desceu do carro da emissora e foi alvo de vários disparos. Ninguém foi ferido.

PARÁ

BARCARENA - 13 de junho

Dois dias depois de ter sido agredido, o repórter fotográfico e cinematográfico Herlon Peres Oliveira sofreu um atentado a tiros. Ele estava numa Kombi juntamente com outras pessoas ameaçadas, quando foram alvo de nove tiros partidos de uma Pick-Up Ford prata, sem placas, que os seguia. Após os disparos, o veículo deixou rapidamente o local. Foi registrado boletim de ocorrência.

BELÉM - 12 de setembro

O repórter Zezinho Noronha e demais membros da equipe do programa Rota Cidadão da TV RBA, enfrentaram um tiroteio durante cobertura de uma operação policial. O repórter chegou a ser atingido, mas estava usando colete à prova de balas.

PERNAMBUCO

GLÓRIA DO GOITÁ - 9 de junho

A Polícia Federal informou que um jornalista que contribuiu com as investigações sobre uma suposta prática de cartel para contratar serviços de transporte escolar em prefeituras do interior de Pernambuco foi vítima de um atentado. O profissional, de 59 anos, está num programa de proteção à testemunha após ter a casa alvejada. O atentado ocorreu depois que a vítima prestou depoimento à polícia. Duas empresas são investigadas por terem recebido R\$ 50 milhões de verba pública do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar, do Ministério da Educação. O atentado foi na cidade de Glória do Goitá, na Zona da Mata, no norte do Estado.

RIO DE JANEIRO

NITERÓI - 14 de janeiro

Equipe de reportagem da TV PassaPonte foi alvo de tiros, disparados por traficantes do município de Niterói, na tarde do dia 14 de janeiro. A equipe não estava fazendo uma reportagem policial; apenas uma reportagem sobre a duplicação de uma via urbana. Ninguém ficou ferido e os agressores não foram identificados.

RIO DE JANEIRO - 10 de setembro

Um carro de reportagem da TV Record foi atingido por um tiro durante a cobertura de uma operação da Polícia Militar no Morro do Juramento. Três membros da equipe da emissora estavam dentro do veículo no momento do disparo, que atingiu o vidro dianteiro do carro. Nenhum dos profissionais ficou ferido. Em nota, a PM informou que a equipe não tinha autorização do comandante da corporação para acompanhar a intervenção policial.

SÃO PAULO

RIBEIRÃO PRETO - 9 de janeiro

O jornalista Renato Vargas, conhecido como Nato Campos, registrou um boletim de ocorrência relatando que sua casa foi alvo de quatro tiros. Em depoimento à polícia, o jornalista, que mora em Ribeirão Preto, afirmou que os disparos acertaram o portão da garagem e a porta da sala da residência. Segundo Campos, ele vinha sendo ameaçado de morte. Há suspeitas de que o atentado possa ter ligação com a convocação do jornalista para prestar depoimento ao Ministério Público sobre um processo criminal que corre em segredo de Justiça.

POTIRENDABA - 8 de maio

A casa do jornalista Luiz Aranha, dono do jornal e site Gazeta do Interior, em Potirendaba, região de São José do Rio Preto, foi alvo de atentado a tiros. De acordo com o jornal Região Noroeste, uma moto com duas pessoas parou na frente da casa e um dos homens atirou. Dois tiros acertaram o portão e os outros acertaram a parede da frente da residência. Ninguém se feriu. Aranha afirma não ter suspeitos, mas acredita que a motivação seja o trabalho jornalístico desenvolvido, principalmente em matérias relacionadas com a segurança.

ANDRADINA - 31 de julho

O Jornalista Moisés Eustáquio, editor do jornal Impacto online, teve sua casa alvejada por tiros, no dia 31 de julho. Ele vinha sendo ameaçado de morte, por telefone, desde que publicara reportagem denunciando a adulteração de combustível no município. A polícia civil instaurou inquérito para apurar a responsabilidade pelo atentado.

CENSURA

ALAGOAS

MACEIÓ

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Alagoas recebeu denúncias de censura que estariam ocorrendo no sistema de jornalismo público do Estado. Segundo relatos de profissionais, em 2015 foi implantada uma política de controle prévio de todo conteúdo que vai ao ar nas emissoras públicas do Instituto Zumbi dos Palmares (IZP). Informações dão conta de que vários jornalistas e outros profissionais de comunicação passaram por episódios de censura. Os trabalhadores afirmam que, para controlar o que vai ao ar, os jornalistas e outros profissionais de comunicação têm suas funções retiradas e repassadas a estagiários ou a profissionais com cargos comissionados ou terceirizados. O único programa jornalístico da rádio FM do IZP foi retirado do ar. O sistema de comunicação pública de Alagoas é composto por uma rádio AM, uma FM e uma TV.

CERCEAMENTOS À LIBERDADE DE IMPRENSA POR AÇÃO JUDICIAL

ESPÍRITO SANTO

VITÓRIA

Em 2015, o jornal on-line Século Diário, seu editor e proprietário, Rogério Medeiros, e todos os jornalistas sofreram cinco processos judiciais impetrados por membros do Judiciário do Espírito Santo. A perseguição judicial vem ocorrendo desde 2010, a partir de revelações de denúncias contra membros do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), durante a Operação Naufrágio da Polícia Federal. A operação, deflagrada em dezembro de 2008, transformou-se no maior escândalo da Justiça capixaba, expondo um esquema de venda de sentenças, nepotismo e fraudes em concursos na Corte. Já foram ajuizadas 42 ações judiciais contra o jornal, sendo 33 casos na justiça comum (17 na esfera cível, 16 na esfera criminal) e outros nove processos no âmbito dos Juizados Especiais Criminais de Vitória. Entre as condenações estão a decretação da prisão do diretor-fundador do jornal, Rogério Medeiros, jornalista com mais de 53 anos de atividade e passagens pela imprensa nacional (no extinto Jornal do Brasil e no Estado de São Paulo) e ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas do Espírito Santo. Rogério acumula duas condenações criminais pelos chamados crimes contra a honra – formada pelos tipos penais de injúria, calúnia e difamação.

ALAGOAS

MACEIÓ

O conselheiro e ex-presidente do Tribunal de Contas de Alagoas, Cícero Amélio, move quatro ações na Justiça Estadual contra o jornalista Odilon Rios. Ex-deputado, Cícero é irmão da juíza Esther Manso e cunhado do desembargador e ex-presidente do Tribunal de Justiça, Orlando Manso. O repórter fez uma série de reportagens sobre negociações para aumento de vagas na Câmara de Vereadores, envolvendo parecer do Tribunal de Contas. Arnaldo Fontan, irmão de Cícero Amélio, seria beneficiado com o aumento. O portal Cada Minuto, onde o jornalista trabalhava, decidiu não defender o jornalista.

MACEIÓ - Abril

A procuradora da República, Niédja Káspary solicitou a prisão do jornalista Odilon Rios após série de reportagens a respeito da construção do novo prédio sede do Ministério Público Federal, em Maceió, inaugurado sem o habite-se. Em audiência, solicitou à Justiça Federal acesso a todas as ligações telefônicas, durante um ano, realizadas por todos os funcionários do MPF (menos os procuradores) para descobrir quem passou a informação ao jornalista. A Justiça negou o pedido e absolveu o jornalista das acusações.

MACEIÓ - Novembro

O deputado estadual Antonio Albuquerque está processando o jornalista Odilon Rios e chegou a solicitar sua prisão, que foi negada pelo Judiciário alagoano. Em aparte ao discurso do deputado Inácio Loyola sobre material produzido pelo jornalista sobre o corte de R\$ 50 milhões do Canal do Sertão em Alagoas, Antonio Albuquerque agrediu verbalmente o jornalista. Em reportagens, Odilon Rios apontou o deputado como chefe de uma organização criminosa que teria desviado cerca de R\$ 300 milhões da Assembleia Legislativa.

MARANHÃO

SÃO LUÍS - 8 de maio

O juiz titular da 5ª Vara da Fazenda Pública de São Luís, João Francisco Gonçalves Rocha, concedeu liminar a uma ação proposta pelo governo do Estado, determinando ao jornal O Estado do Maranhão que publicasse, como direito de resposta, uma nota já publicada.

O Jornal veiculou na edição de 26 de abril reportagem sobre mortes ocorridas em Hospital Público no Município de Coroatá. Na ocasião, a Secretaria Estadual de Saúde foi procurada e se pronunciou por meio de nota, que foi publicada na íntegra. A Secretaria Estadual de Comunicação requereu, em 28 de abril, direito de resposta ao jornal, que não acolheu o pedido, porque o texto apresentado era praticamente idêntico à nota veiculada na edição de 26 de abril.

O governo do Estado entrou com ação judicial, dia 6 de maio, e a liminar foi concedida no dia 8. O juiz determinou que o jornal veiculasse a nota, com destaque na primeira página e em metade de página no interior do periódico. Fixou multa diária de R\$ 10 mil e ordenou a publicação na data subsequente à intimação. A intimação ocorreu no dia 12 de maio e o jornal teve de publicar novamente a nota no dia 13.

PIAUI

TERESINA - 22 de abril

O juiz Antônio Soares dos Santos, da 9ª Vara Cível da Comarca de Teresina, proibiu o Portal AZ e o jornalista Arimatéia Azevedo de divulgar qualquer informação sobre o caso Fernanda Lajes (estudante encontrada morta na obra do prédio do Ministério Público Federal, em 2011). O jornalista tem questionado a conclusão das polícias Civil e Federal, de que se tratou de um suicídio. O juiz que estabeleceu a censura considerou “desproporcional e desarrazoável a reiteração de notícias sobre o mesmo caso quando ausentes fatos novos”.

No dia 22 de maio, o ministro Celso de Melo, do Supremo Tribunal Federal, derrubou a censura ao portal e ao jornalista.

RIO GRANDE DO NORTE

MOSSORÓ - 4 de abril

O jornalista Dinarte Assunção, do Portal No Ar, foi condenado a dois meses e 20 dias de detenção, convertidos em multa, por publicar uma notícia na qual questionava o uso de caixões com timbre da administração municipal. No texto, ele comparou o prefeito Silveira Júnior (PDS) a Odorico Paraguaçu, personagem da novela O Bem Amado. O prefeito sentiu-se ofendido e recorreu à justiça, apresentando uma ação criminal contra o jornalista.

SÃO PAULO

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - 27 de novembro

O jornalista Allan de Abreu, do jornal Diário da Região, teve seu sigilo telefônico quebrado por decisão do juiz da 4ª Vara Federal de São José do Rio Preto, Dasser Lettiére Júnior. O juiz determinou ainda a quebra do sigilo telefônico do jornal, editado pelo Grupo Diário da Comunicação.

Allan fora indiciado pela Polícia Federal, a pedido do Ministério Público Federal, sob a acusação de quebra de sigilo judicial, por ter divulgado reportagem, em 2011, sobre a Operação Tamburutaca, que apurou irregularidades na Delegacia Regional do Trabalho.

Em maio deste ano, o MPF negou pedido de arquivamento do processo e pediu à Polícia Federal para solicitar judicialmente a quebra do sigilo telefônico do jornalista e do jornal. O juiz deu provimento ao pedido, em flagrante desrespeito ao direito do sigilo da fonte, assegurado pela Constituição Federal. O jornalista e o jornal recorreram ao Supremo Tribunal Federal que, em setembro, revogou a quebra dos sigilos. No final de outubro, o MPF decidiu arquivar o inquérito que apurava quebra de sigilo judicial por parte do jornalista.

SÃO PAULO - 28 de maio

A juíza Christina Spadoni, da 5ª Vara da Família e Sucessões de São Paulo, impôs censura à revista eletrônica Consultor Jurídico, determinando que fosse retirada do ar uma notícia sobre a herança milionária deixada pelo advogado e ex-ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. Um dos criminalistas mais famosos do país, Márcio Thomaz Bastos morreu em 20 de novembro de 2014 e deixou uma herança de R\$ 393 milhões.

A decisão foi derrubada pelo ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), no dia 29 de junho. O ministro considerou a informação de interesse público, ao contrário do que alegara a juíza.

IMPEDIMENTOS AO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

ESPÍRITO SANTO

VITÓRIA - 6 de novembro

O jornalista Alexandre Capiche, repórter da TV Vitória (afiliada da Record), foi impedido de cobrir o ato Mulheres contra Cunha e o PL 5069, no dia 6 de novembro. O profissional foi expulso pela coordenação do movimento e manifestantes gritaram palavras de ordem contra a Rede Record.

VITÓRIA - 6 de dezembro

Quatro jornalistas, sendo dois repórteres de texto e dois repórteres cinematográficos, dos Jornais A Gazeta e A Tribuna, foram intimidados e impedidos de trabalhar por torcedores do time Vasco da Gama, membros da torcida organizada Guerreiros do Almirante. Eles também jogaram copos de cerveja sobre os profissionais, durante cobertura da transmissão do jogo, em um bar do Bairro Jardim da Penha.

MINAS GERAIS

LAVRAS - 25 de maio

O jornalista Sebastião Filho, repórter e editor do blog O Corvo-Veloz, foi impedido de acompanhar a assembleia dos docentes da Universidade Federal de Lavras (UFLA), realizada dia 25 de maio, para deliberar sobre deflagração ou não de greve da categoria. A presidente da Associação dos Docentes (Adufla), professora Júlia Moretto Amâncio, impediu a permanência do jornalista Sebastião Filho no local da assembleia e ordenou também que os estudantes deveriam se retirar. Após muita confusão, a presidente submeteu à assembleia a permanência ou não dos estudantes no recinto e a grande maioria decidiu pela permanência. A presença do jornalista nem foi colocada em discussão.

FRUTAL - 9 de junho

A jornalista Paola Silveira, repórter da rádio 97 FM, teve seu exercício profissional cerceado pelo comandante do Corpo de Bombeiros de Frutal, Tenente Magalhães. Segundo a repórter, ele disse que ela não era bem-vinda à corporação e que instruiria os bombeiros a não lhe conceder entrevista, para não associar a imagem dela à da corporação. O motivo seria um vídeo na qual a jornalista aparece de minissaia e dançando numa festa. O tenente alegou que foi mal-interpretado.

MARIANA - 11 de novembro

O jornalista Juliano Dip, repórter do CQC da Band, foi impedido de participar da entrevista coletiva organizada pela mineradora Samarco, para informar as providências que estavam sendo tomadas pela empresa, em razão do rompimento da barragem de Fundão, no distrito de Bento Gonçalves. O jornalista havia se credenciado, conforme o solicitado, mas teve de contar com a solidariedade dos demais jornalistas para conseguir permanecer no ônibus que levaria os profissionais até a sede da empresa, onde seria realizada a coletiva. No local, o repórter e os demais membros da equipe do CQC foram barrados por seguranças, que alegaram que a empresa decidira não credenciar a equipe do programa.

RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO - Fevereiro

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro constatou, em ação de fiscalização no Sambódromo, durante o Carnaval, que vários profissionais de imprensa tiveram dificuldades para realizar seu trabalho e, em alguns casos, foram impedidos de atuarem, além de enfrentarem jornadas abusivas e acúmulo de funções. Segundo o Sindicato, há privilégios para os profissionais da Rede Globo, que é detentora da exclusividade de transmissão dos desfiles.

BÚZIOS - 5 de fevereiro

O jornalista e escritor Paulo César de Araújo foi impedido de participar de uma entrevista coletiva do cantor e compositor Roberto Carlos, em Búzios, dia 5 de fevereiro. O jornalista é o autor da biografia não autorizada Roberto Carlos em Detalhes, de 2006, e é alvo de ação judicial por parte do cantor. A obra foi retirada de circulação depois de um acordo entre a Editora Planeta e os advogados do artista, que alegaram que o livro invadia sua privacidade. O jornalista havia sido convidado pelo jornal Folha de S. Paulo a entrevistar o cantor.

RIO DE JANEIRO - 4 de abril

Uma equipe da Globonews foi cercada, hostilizada e expulsa de manifestação no Complexo do Alemão, Zona Norte do Rio, que reivindicava o fim da violência, após 90 dias de tiroteios e quatro mortos. A equipe da Globo trabalhava na cobertura da manifestação no conjunto de favelas, quando foi cercada e vaiada por um grupo de pessoas. Os profissionais foram obrigados a deixar o local sob gritos de “Globo assassina” e o coro “o povo não é bobo, abaixo a Rede Globo”.

RIO DE JANEIRO - 16 de agosto

Uma equipe da TV Globo foi expulsa do protesto contra o governo federal na orla de Copacabana. Os profissionais da emissora quase foram agredidos por manifestantes. O repórter Paulo Renato Soares e outros quatro profissionais da emissora acabaram impedidos de realizar seu trabalho e deixaram o local sob escolta de policiais militares.

SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS - 4 de fevereiro

O jornalista Colombo de Souza, repórter do jornal Notícias do Dia, foi impedido de realizar seu trabalho, por integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), durante manifestação no prédio da Receita Federal, em Florianópolis. Ele cobria protesto, com cerca de 500 participantes, realizado como parte da Jornada Nacional de Mobilização do MST contra os cortes nos recursos da União e pelo desbloqueio de verbas para a reforma agrária e chegou a entrevistar vários líderes do movimento. Quando dirigiu-se ao prédio para entrevistar o delegado da Receita Federal, Luiz Gustavo Souza Gonçalves, teve seu acesso impedido por manifestantes. Em seguida, ao buscar argumentar, foi ameaçado por um deles, que arrancou-lhe o bloco de anotações das mãos. Após a intervenção da Polícia Militar, Colombo de Souza teve seu bloco devolvido, mas as páginas com suas anotações foram arrancadas. Indignado, ele registrou Boletim de Ocorrência na 1ª Delegacia de Polícia da capital.

SÃO PAULO

RIBEIRÃO PRETO - 4 de fevereiro

O repórter Lucas Bretas, da EPTV, foi impedido de participar de entrevista coletiva com os jogadores do Comercial Futebol Clube, após o jogo realizado, em 4 de fevereiro, entre Comercial e Água Santa, pela Série A2 do Campeonato Paulista. A proibição teria partido de diretores do Comercial Futebol Clube.

SÃO PAULO - 29 de dezembro

Os jornalistas Jean Raupp e Eduardo Gonzales, repórter e repórter cinematográfico da Rede Globo, foram impedidos de fazer a cobertura de manifestação dos taxistas paulistas contra a regularização do serviço de transporte feito por meio do aplicativo Uber, realizada na manhã do dia 29 de dezembro. Eles estavam em frente à sede da Prefeitura, local da manifestação, quando foram cercados e hostilizados pelos manifestantes, que também esvaziaram os pneus do carro em que a equipe estava e quebraram a câmara que o repórter cinematográfico utilizava.

TOCANTINS

PALMAS - Outubro

O jornalista Emivaldo Alves teve negado o acesso ao sinal de internet por um servidor da área de tecnologia da informação da Assembleia Legislativa do Tocantins. Ele necessitava do sinal para transmissão de notícia a Brasília.

PRISÕES/ DETENÇÕES

DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA - Novembro

Jornalistas no exercício da profissão foram detidos por seguranças da Polícia Legislativa da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, no mês de novembro, sob a justificativa de desacato à autoridade policial. As detenções ocorreram quando os jornalistas faziam a cobertura de ato do movimento dos atingidos por barragem, que protestavam contra o desastre ecológico provocado pela mineradora Samarco, em Mariana (MG).

BRASÍLIA - Novembro

O repórter fotográfico Lula Marques, credenciado no Congresso Nacional há mais de três décadas, foi detido por seguranças da Polícia Legislativa do Senado. Ele fora denunciado por uma funcionária terceirizada da segurança, por ter entrado na galeria do Senado Federal sem credencial. Mesmo apresentando a credencial de imprensa, que estava pendurada no pescoço, seguranças retiraram Lula Marques à força do Senado e o detiveram por mais de quatro horas.

PARÁ

BELÉM - 8 de julho

O repórter fotográfico Fernando Araújo, do jornal Diário do Pará foi impedido de realizar seu trabalho ao flagrar sete policiais militares agredindo um rapaz, na praia do Amor, distrito de Outeiro, em Belém. Ele estava fazendo cobertura do movimento na praia quando viu e começou a registrar a agressão feita pelos policiais militares. Nesse momento, ele foi surpreendido por outros policiais militares, que o impediram de continuar fotografando e pediram que ele apagasse as imagens. Como ele se negou, foi levado à delegacia, onde chegou a apagar algumas fotos. No entanto, os policiais pegaram o cartão de memória e uma hora depois devolveram com todas as imagens apagadas. A ação foi feita na frente do delegado.

PARANÁ

CURITIBA - 20 de janeiro

Iverson Vaz, repórter do “Programa 190”, da CNT, foi detido no bairro de Cajuru, em Curitiba. O jornalista fazia a cobertura ao vivo da explosão de uma caixa eletrônico quando policiais o retiraram da área de isolamento. Já fora do cordão que impedia o acesso do público, os policiais voltaram e tomaram o equipamento que o repórter usava. Em seguida, Iverson foi detido e encaminhado ao 6º Distrito Policial, onde foi ouvido e assinou um termo circunstanciado. Os policiais o acusaram de desacato e registraram contra ele um boletim de ocorrência.

RIO GRANDE DO SUL

PORTO ALEGRE - 9 de agosto

O repórter fotográfico Wesley Santos foi detido pela Brigada Militar de Porto Alegre, enquanto cobria a chegada das torcidas à Arena do Grêmio, para a partida contra o Internacional. Wesley registrou uma tentativa de agressão entre torcedores, que acabou dispersada pela brigada. Em seguida, um agente da corporação tentou impedi-lo de fazer imagens no local. Identificado com jaleco e carteira da Associação de Repórteres Fotográficos e Cinematográficos do Rio Grande do Sul (Arfoc-RS) e credencial de imprensa, o fotógrafo se negou a parar de fotografar e acabou algemado e conduzido até a Delegacia de Polícia, localizada na própria Arena.

SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS - 19 de dezembro

Três jornalistas foram detidos durante a cobertura de uma ocupação urbana às margens da SC-401, na região norte da Ilha. O repórter-fotográfico Marco Favero, do Diário Catarinense, e as repórteres Natália Pilati e Joana Zanotto, do Coletivo Maruim, cobriam a desocupação realizada pelas forças de segurança. Natália chegou a ser ferida na perna pelas bombas de gás arremessadas pela PM. Favero foi liberado pela PM, mas as jornalistas Natália e Joana foram levadas para a 5ª Delegacia de Polícia Civil, na Trindade, e obrigadas a assinar um termo circunstanciado.

SÃO PAULO

SÃO PAULO - 13 de abril

Os jornalistas Giovanna Consentini, Felipe Pava e Wesley Passos, do Grupo Jornalistas Livres, foram detidos enquanto cobriam a ocupação de um terreno vazio em Jabaquara, zona sul de São Paulo. Os jornalistas foram levados para o 26º Distrito Policial de Sacomã, onde ficaram detidos para averiguação. Os repórteres observavam a negociação entre as lideranças do movimento e a Guarda Civil Metropolitana (GCM), que tentava convencer os ocupantes a deixar a região antes que a Polícia Militar chegasse. Um policial pediu a identificação dos profissionais, mas não aceitou os crachás e pediu os documentos pessoais. Em seguida, passou a fazer perguntas aos jornalistas e questionou de o repórter Felipe Paiva era usuário de drogas. Wesley foi algemado e os três profissionais foram levados para o meio da rua, enfileirados, enquanto o policial determinou que outros agentes filmassem os jornalistas, que, segundo ele, estavam “incitando a violência, fazendo as pessoas de massa de manobra para vender matéria”.

SÃO PAULO - 6 de julho

O jornalista Paulo Cezar de Andrade Prado, do Blog do Paulinho, foi preso na tarde do dia 6 de julho, em São Paulo, por ter sido condenado em ação por difamação, apresentada pelo advogado Antonio Carlos Sandoval Catta Preta. A decisão pela privação de liberdade foi do juiz José Zoéga e não cabe recurso. O juiz alegou que o jornalista tinha antecedentes criminais e era réu reincidente.

Paulinho foi processado diversas vezes por Catta Preta em nome de clientes como Milton Neves, e Vanderlei Luxemburgo. O advogado obteve êxito em todas as ações e passou a ser criticado pelo jornalista, decidindo processá-lo pessoalmente. Paulinho foi condenado a 5 meses e 10 dias de prisão, em regime semiaberto, mas foi preso em regime fechado.

VIOLÊNCIA CONTRA ORGANIZAÇÃO SINDICAL

CEARÁ

FORTALEZA - 6 de novembro

A direção do Sistema Verdes Mares (SVM) negou o acesso da diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Ceará (Sindjorce) às empresas do grupo, solicitado para a tarde do dia 15 de março. A negativa viola a cláusula 49ª da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria, que garante o livre acesso dos dirigentes sindicais às redações das empresas de comunicação em todo o Estado.

A direção negou o acesso dos dirigentes sindicais depois que o Sindjorce distribuiu, nas redações das empresas, informe dando conta de que a proprietária do SVM, Yolanda Queiroz, manteria, segundo O Globo/UOL, uma conta no HSBC da Suíça com um saldo de US\$ 84 milhões.

RIO DE JANEIRO

CAMPOS DOS GOYTACAZES - 3 de novembro

O jornalista Robson Fraga, eleito e nomeado Delegado pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Rio de Janeiro, foi demitido da InterTV Planície, dia 3 de novembro, sem justa causa. Desde sua eleição como delegado sindical, no dia 28 de julho, Fraga sofreu retaliação por sua luta pelo cumprimento da lei que estabeleceu o piso salarial para nos jornalistas no Rio de Janeiro (Lei 6.983, de 31 de março de 2015) e por melhores condições de trabalho na empresa. Em três meses de trabalho, o delegado do sindical organizou manifestações, cobrou o cumprimento da CLT, o pagamento do piso regional retroativo a janeiro deste ano, o pagamento das horas-extras superiores às contratuais e o fim do acúmulo das funções de repórter cinematográfico e motorista. Por várias vezes, Robson Fraga foi ameaçado de demissão, teve seu trabalho cerceado e foi impedido de participar livremente de reuniões sindicais e de dar entrevistas sobre o trabalho sindical que desempenhava diariamente. O caso de prática antissindical foi levado à Justiça do Trabalho e ainda aguarda julgamento.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se em 2013 e 2014 houve avanços importantes no combate à violência contra jornalistas no Brasil e no mundo, 2015, ao contrário, foi um ano de estagnação. As questões de guerra e as ações terroristas contribuíram para agravar o quadro mundial, sem que medidas protetivas ganhassem efetividade. No Brasil, as conjunturas política e econômica não foram favoráveis, mas certamente também faltou vontade política por parte do governo federal (e de governos estaduais), do parlamento e dos empresários da comunicação para que houvesse avanços.

Em 2013, a Organização das Nações Unidas (ONU) divulgou seu Plano de ação para a segurança dos jornalistas e a questão da impunidade, no qual faz recomendações aos países para que esse problema seja tratado como uma questão de Estado e de governo. Anteriormente, havia recomendações somente para as zonas de conflitos armados e, com o Plano, reconheceu-se que a violência contra jornalistas não se restringe à violência de guerra. A ONU também aprovou a criação do Dia Internacional pelo Fim da Impunidade dos Crimes contra Jornalistas, data fixada em 2 de novembro.

Em 2014, houve avanços no Brasil, com a produção de um documento, no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, com recomendações para o governo federal, os governos estaduais, as empresas de comunicação e para as entidades das categorias dos comunicadores, entre elas, os jornalistas.

Em 2015, a violência contra jornalistas voltou a crescer, em comparação com o ano anterior, e não se avançou na adoção de medidas de prevenção ou no combate à impunidade. No âmbito do governo federal, a FENAJ voltou a tratar da criação de políticas públicas de proteção aos jornalistas com o Ministério da Justiça, mas os resultados concretos ainda não foram obtidos.

Também não foi implementado o Observatório da Violência contra Comunicadores, apesar da portaria de sua criação ter sido anunciada, em 2014, pelo Ministério da Justiça e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

A FENAJ e os Sindicatos dos Jornalistas mantiveram-se na luta em defesa dos jornalistas e de medidas de proteção para a categoria, apuração dos casos de violência e punição dos culpados. Também continuam denunciando e enfrentando as situações cotidianas de violência ocorridas dentro das redações, como imposição de censura interna, assédio moral, excesso de carga horária de trabalho, acúmulo de funções, entre outras.

Uma das principais lutas da FENAJ – em sintonia com a Federação Internacional dos Jornalistas (FIJ) – é o combate à impunidade. Segundo dados da FIJ, apenas uma em cada dez mortes de jornalistas no mundo é investigada. A impunidade é o verdadeiro combustível da violência contra os jornalistas e demais comunicadores.

Por isso, a FENAJ insiste na criação do Observatório da Violência contra Comunicadores, como medida de grande importância no combate à impunidade. Também reitera, às empresas de comunicação, sua reivindicação de adoção de um protocolo de segurança, que inclui o fornecimento de equipamentos de proteção individual aos jornalistas que forem submetidos a situações de risco e a criação de comissões de segurança nas redações, responsáveis pela avaliação de riscos e a definição de medidas de proteção.

O combate à violência contra jornalistas e outros comunicadores, por meio da criação de medidas protetivas e do combate à impunidade, é um dever do Estado brasileiro, das empresas de comunicação e da sociedade em geral.

Diretoria da FENAJ.



FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS – FENAJ

DIRETORIA-EXECUTIVA

Presidente

Celso Schröder - Rio Grande do Sul

1ª Vice-Presidente

Maria José Braga - Goiás

2ª Vice-Presidente

Valdice Gomes da Silva - Alagoas

Secretário Geral

Guto Camargo - São Paulo

1ª Secretária

Valci Zuculoto - Santa Catarina

1ª Tesoureira

Suzana Tatagiba - Espírito Santo

2ª Tesoureira

Samira de Castro - Ceará

Suplente

Wilson Reis - Amazonas

Suplente

Bruno Cruz - Rio de Janeiro

VICES-PRESIDÊNCIAS REGIONAIS

Vice Regional Centro-Oeste

Wanderlei Pozzembom - Distrito Federal

Vice Regional Sul

Valmor Fritsche - Santa Catarina

Vice Regional Sudeste

Aloísio Moraes - Minas Gerais

Vice Regional Nordeste I

Rafael Freire - Paraíba

Vice Regional Nordeste II

Osnaldo Moraes Silva - Pernambuco

Vice Regional Norte I

José Gilvan da Costa - Roraima

Vice Regional Norte II

Júnior Veras - Tocantins

DEPARTAMENTOS

Departamento de Educação e Aperfeiçoamento Profissional

Carmen Lúcia Pereira - Rio de Janeiro
Rafael Mesquita - Ceará
Rogério Wagner - Minas Gerais

Departamento de Relações Institucionais

José Carlos Torves - Rio Grande do Sul
Márcia Regina Quintanilha - São Paulo
Luiz Spada - Goiás

Departamento de Mobilização, Negociação Salarial e Direito Autoral

Déborah Lima - Ceará
Edvaldo de Almeida - São Paulo
Bruno Couto - Minas Gerais

Departamento de Cultura e Eventos

Marjorie Moura - Bahia
Maigne Gueths - Paraná
Maria das Graças Prado de Oliveira - Pernambuco

Departamento de Mobilização em Assessoria de Comunicação

Luís Carlos Luciano - Mato Grosso do Sul
Douglas Dantas - Espírito Santo
Jane Vasconcelos - Acre

Departamento de Relações Internacionais

Suzana Blass - Rio de Janeiro
José Nunes - Rio Grande do Sul
Paulo Zocchi - São Paulo

Departamento de Mobilização dos Jornalistas de Produção e Imagem

Land Seixas - Paraíba
Robinson Estrasulas - Rio Grande do Sul
Lailson de Holanda Cavalcanti - Pernambuco

Departamento de Saúde e Previdência

Priscilla Lima do Amaral - Pará
Regina Maria Ferreira de Oliveira - Bahia
Luiz Carlos de Oliveira Silva - Piauí

Conselho Fiscal

Volney Oliveira - Amapá
Flávio Peixoto - Alagoas
Lúcia de Fátima Figueiredo - Paraíba



SINDICATOS FILIADOS

Sindicato dos Jornalistas Profissionais do **Acre**
Sindicato dos Jornalistas Profissionais de **Alagoas**
Sindicato dos Jornalistas Profissionais do **Amapá**
Sindicato dos Jornalistas Profissionais do **Amazonas**
Sindicato dos Jornalistas Profissionais da **Bahia**
Sindicato dos Jornalistas Profissionais do **Ceará**
Sindicato dos Jornalistas Profissionais do **Distrito Federal**
Sindicato dos Jornalistas Profissionais de **Dourados**
Sindicato dos Jornalistas Profissionais do **Espírito Santo**
Sindicato dos Jornalistas Profissionais de **Goiás**
Sindicato dos Jornalistas Profissionais de **Juiz de Fora**
Sindicato dos Jornalistas Profissionais de **Londrina**
Sindicato dos Jornalistas Profissionais do **Maranhão**
Sindicato dos Jornalistas Profissionais do **Mato Grosso**
Sindicato dos Jornalistas Profissionais do **Mato Grosso do Sul**
Sindicato dos Jornalistas Profissionais de **Minas Gerais**
Sindicato dos Jornalistas Profissionais do **Município do Rio de Janeiro**
Sindicato dos Jornalistas Profissionais do **Pará**
Sindicato dos Jornalistas Profissionais da **Paraíba**
Sindicato dos Jornalistas Profissionais do **Paraná**
Sindicato dos Jornalistas Profissionais de **Pernambuco**
Sindicato dos Jornalistas Profissionais do **Piauí**
Sindicato dos Jornalistas Profissionais do **Rio de Janeiro**
Sindicato dos Jornalistas Profissionais do **Rio Grande do Norte**
Sindicato dos Jornalistas Profissionais do **Rio Grande do Sul**
Sindicato dos Jornalistas Profissionais de **Rondônia**
Sindicato dos Jornalistas Profissionais de **Roraima**
Sindicato dos Jornalistas Profissionais de **Santa Catarina**
Sindicato dos Jornalistas Profissionais de **São Paulo**
Sindicato dos Jornalistas Profissionais de **Sergipe**
Sindicato dos Jornalistas Profissionais do **Tocantins**

SCLRN 704 – Bloco F, Loja 20
CEP: 70.730-536 Brasília-DF
Fax: (61) 3244.0650 / 3244.0658
E-mail: fenaj@fenaj.org.br
Site: www.fenaj.org.br

FENAJ

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS



EM DEFESA
DO JORNALISMO
E DOS JORNALISTAS



O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos, mais uma vez agradecendo à TV Senado, à equipe da internet, aos servidores do Senado, como destaque em todas as nossas reuniões, pela excelência, a atenção, o cuidado e o carinho que dispensam a todos nós, convocando titulares e suplentes para a sessão do próximo dia 7 de março, às 9h, para as pautas já devidamente definidas nesse dia.

Muito obrigado a todos, boa tarde e que tenham todos um bom regresso aos seus lares.

(Iniciada às 14 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 24 minutos.)